



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
- MESTRADO E DOUTORADO -
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Gleimiria Batista da Costa

**PERMANÊNCIA DE PRÁTICAS TRADICIONAIS EM RESERVAS EXTRATIVISTAS
NO ESTADO DE RONDÔNIA**

Santa Cruz do Sul

2012

Gleimiria Batista da Costa

**PERMANÊNCIA DE PRÁTICAS TRADICIONAIS EM RESERVAS EXTRATIVISTAS
NO ESTADO DE RONDÔNIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Mestrado e Doutorado - Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Profa. Dra. Heleniza Ávila Campos
Coorientador: Prof. Dr. Osmar Siena

Santa Cruz do Sul
2012

Gleimiria Batista da Costa

**PERMANÊNCIA DE PRÁTICAS TRADICIONAIS EM RESERVAS EXTRATIVISTAS
NO ESTADO DE RONDÔNIA**

Esta tese foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Regional.

Dra. Heleniza Ávila Campos
Orientadora

Dr. Osmar Siena
Coorientador

Dra. Virginia Elisabeta Etges
Professora Examinadora - UNISC

Dr. Silvio Cezar Arend
Professor Examinador - UNISC

Dr. José Moreira da Silva Neto
Professor Examinador - UNIR

Dr. Leonel Piovezana
Professor Examinador - UNOCHAPECÓ

Santa Cruz do Sul

2012

Ao Paulo Gil e Maria Luiza, amores da minha vida, pelo apoio e carinho.

AGRADECIMENTOS

Deus maravilhoso, obrigada por tudo que tens me proporcionado nesta vida.

À minha família, pelo incentivo e pela compreensão ao permitir dividir as minhas responsabilidades com a realização deste trabalho, em particular à minha filha Maria Luiza que compartilhou desse sonho, o meu companheiro Paulo Gil, pela força incondicional e minha irmã (mãe) Ângela Maria, por ter me incentivado a estudar e me apoiado na saída de Tefé, não medindo esforços pra as minhas conquistas.

À Fundação Universidade Federal de Rondônia, por me oferecer esta oportunidade de aprimoramento e crescimento profissional, ao Núcleo de Ciências Sociais e aos colegas professores do Departamento de Ciências Contábeis, pelo apoio dado.

À Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental, na pessoa da Secretária Nanci Maria Rodrigues da Silva e Secretário de Estado Adjunto da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental, Francisco Salles de Oliveira dos Santos, pelo apoio.

À equipe da SEDAM e à Diretoria do Uso Sustentável, José Maria dos Santos, Diretor de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, Daniela Moreira dos Santos Machado, Assistente Técnica Ambiental II e Paulo Henrique Bonavigo, Coordenador de Unidades de Conservação, pela confiança e parceria na elaboração do diagnóstico socioeconômico das Resex.

Aos extrativistas de todas as reservas por acreditarem em meu trabalho e as Associações Extrativistas: OSR, AGUAPÉ, ASM, ASMOREX, ASMOREMA, COOPEX e PRIMAVERA.

Á Orientadora, Profa. Dra. Heleniza Ávila Campos, pelo incentivo, força, orientação, acompanhamento e concretização de mais um objetivo.

Ao coorientador, Prof. Dr. Osmar Siena.

À professora, coordenadora do curso, Virginia Elisabeta Etges, que sempre se colocou à disposição dos alunos, bem como dos alunos vindos de outras localidades, com respeito e carinho.

Aos professores participantes da banca de qualificação do projeto de tese, Prof. Dr. Ivaldo Gehlen, Virginia Elisabeta Etges e o Prof. Dr. Dieter Rugard Siedenberg, pelas críticas, sugestões e indicações de leitura.

À estrutura do PPGDR, na pessoa da Cássia Andrade, Juliana, Daniela, Andréa, Grasiela e Milena pela dedicação e eficiência nas demandas de professores e alunos do programa.

À escola Educar-se, na pessoa da Diretora Cristinane Iserhard Machado e secretária Cleone M. W. Weber pelo carinho e atenção para com a Maria Luiza.

Aos colegas do PPGDR da turma de doutorado 2009: Adilene Alvares Mattia, Janete Stoffel, José Odim Degrandi, Mário Nunes Torrinha, Marcos Paulo Dhein Griebeler, Natalicio Pereira Lacerda, Oleides Francisca de Oliveira, Roberto de Gregori, Roberto Tadeu de Moraes, Viviane Rossato Laimer, pelas oportunidades de compartilhar conhecimentos, a turma de 2008, Wanderlei José Ghilardi, Rut Maria Friedrich Marquette, Fernando do Nascimento Lock e Almir Arantes e a turma de mestrado 2009, Eduardo Carissimi, Carina, Fernanda e Luiz Felipe, pela força e carinho.

Aos Professores doutores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Carlos Aguedo Nagel Paiva, Dieter Rugard Siedenberg, Erica Karnopp, Marcos Artêmio Fischborn Ferreira, Marília Patta Ramos, Mário Riedl, Mozart Linhares da Silva, Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira, Silvio Cezar Arend e Virginia Elisabeta Etges pelo conhecimento propiciado por meio das experiências e discussões.

Às amigas, Oleides Francisca de Oliveira, Angelita Melos e Mary Rodrigues por terem compartilhado deste sonho.

À Cooperativa de Crédito CREDIFORTE, pelo apoio nas horas certas.

“Os sonhos são realizados mediante o esforço do sonhador.”

Jose Maria dos Santos

(Extrativista)

RESUMO

PERMANÊNCIA DE PRÁTICAS TRADICIONAIS EM RESERVAS EXTRATIVISTAS NO ESTADO DE RONDÔNIA.

Esta tese analisa a permanência de práticas tradicionais de extração de produtos florestais nas Reservas Extrativistas - Resex no Estado de Rondônia. O processo de ocupação no estado ocorreu pela implantação de projetos de assentamentos governamentais diferenciados, configurados pelas atividades ligadas à agricultura, exploração madeireira e, posteriormente, à pecuária. O manejo de recursos florestais, dadas as características e potencialidades da região, coloca-se como uma alternativa base para se alcançar um desenvolvimento sustentável. Atualmente, o Estado de Rondônia conta com 21 Reservas Extrativistas, sendo que duas não estão habitadas. O desafio está em como manter essas práticas e torná-las sustentáveis do ponto de vista econômico, social e ambiental. Para tanto, propõe-se buscar o entendimento sobre como as práticas tradicionais estabelecem relações de permanência com o território em que se inserem. Como premissa, o trabalho discute o contexto da formação e desenvolvimento das Reservas Estaduais do Estado de Rondônia - objeto de estudo - e identifica os produtos que geram renda para os extrativistas. O estudo foi desenvolvido utilizando dados secundários existentes em documentos oficiais de órgãos públicos, e por dados primários, obtidos por meio de entrevistas realizadas com os representantes das Resex e representantes das famílias das reservas. Quanto aos resultados, todos os moradores das Resex estabelecem as práticas tradicionais, mesmo com o desafio das ameaças constantes como: invasões de madeireiros e índios, falta de energia elétrica e abastecimento de água, bem como falta de escolas nas comunidades. No indicador econômico, a maioria dos extrativistas vive da extração da castanha e seringueira, contribuindo como fator preponderante para a renda familiar. Quanto ao meio ambiente, a preocupação é com a preservação das espécies, principalmente os peixes como a jatuarana, tambaqui e o pintado, que estão desaparecendo. O questionário destaca o anseio de todos os entrevistados, que desejam mais atenção das autoridades governamentais, pois as necessidades da maioria está voltada para a educação, saúde, energia e transporte nas comunidades, bem como alternativa econômica. A pesquisa aponta que as Reservas Extrativistas Estaduais de Rondônia têm suas atividades econômicas baseadas na venda de produtos como a borracha, castanha e óleo de copaíba, a exploração de recursos madeireiros nessas unidades vem despontando como uma das alternativas de renda. Referente aos aspectos sociais, as unidades estudadas seguem uma evasão populacional, decorrente de uma combinação de fatores, entre os quais, a dificuldade no acesso aos serviços sociais básicos. Concluímos, que as políticas públicas tem um papel importante para a permanência dessas práticas tradicionais nas RESEX.

Palavras-chave: Unidade de conservação, Resex, Extrativismo, Desenvolvimento Territorial, Práticas Tradicionais.

ABSTRACT

TRADITIONAL PRACTICES PERMANENCE IN EXTRACTIVE RESERVES IN THE STATE OF RONDÔNIA.

This thesis examines the persistence of traditional practices extraction of forest products in the Extractive Reserves - Resex in the State of Rondônia. The process of occupation occurred in the state by deploying differentiated government settlement projects, set by the activities related to agriculture, logging, and later to livestock. The forest resource management, given the characteristics and potential of the region, there is an alternative basis for achieving sustainable development. Currently, the State of Rondônia has 21 Extractive Reserves, two of which are not inhabited. The challenge is how to maintain these practices and make them sustainable economically, socially and environmentally. Therefore, it is proposed to seek the understanding of how traditional practices establish permanent relations with the territory in which they operate. As a premise, the paper discusses the context of the formation and development of the State Reserves State of Rondônia - object of study - and identifies products that generate income for extraction. The study was developed using existing secondary data on official documents from government agencies, and primary data obtained through interviews with representatives of Resex and representatives of families of the reserves. As for the results, all residents of Resex establish traditional practices, even with the challenge of constant threats as invasions of loggers and Indians, lack of electricity and water supply, as well as lack of schools in communities. In economic indicator, most extractive lives of Brazil nut and rubber, as a major factor contributing to the family income. Regarding the environment, the concern is with the preservation of the species, especially fishes like jatuarana, tambaqui and painted, which are disappearing. The survey highlights the desire of all respondents, wanting more attention from government authorities, because the needs of the majority is focused on education, health, energy and transportation in communities, as well as other economic alternative. The research shows that extractive reserves in Rondonia State have their economic activities based on sales of products such as rubber, cashew and copaiba oil, the exploitation of timber resources in these units has emerged as an alternative income. Regarding social aspects, the units studied follow a dropout population, resulting from a combination of factors, including the difficulty in access basic social services. We conclude that public policy has an important role for the permanence of these traditional practices in RESEX.

Keywords: Conservation Unit, Resex, Extraction, Territorial Development, Traditional Practices.

LISTA DE ABREVIATURAS

APL	Arranjo produtivo local
ASM	Associação de Seringueiros de Machadinho D'Oeste
BASA	Banco da Amazônia
CECAT	Conservação da Biodiversidade do Cerrado e Caatinga
CNMAD	Comissão Nacional para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNS	Conselho Nacional de Seringueiros
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
COPOM	Centro Nacional de Orquídeas, Plantas Ornamentais, Medicinais e Aromáticas.
CPDS	Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21
IAPS	Instituto de Assistência e Previdência Social
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICDPs	Integrated conservation and development projects
ICMbio	Instituto Chico Mendes de Biodiversidade
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISA	Instituto Socioambiental
MDA	Ministério do Desenvolvo Agrário
MMA	Ministério do Meio Ambiente
OG	Organização não governamental
PAD	Projetos de assentamento dirigido
PFNMs	Produtos florestais não madeireiros
PIC	Projeto integrado de colonização
PLANAFLORO	Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia
PLANONOROESTE	Programa de Desenvolvimento da Região Noroeste do Brasil Renováveis
RESEX	Reservas Extrativistas
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural

SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEDAM	Secretaria Estadual de Meio Ambiente
SEMA	Secretaria Municipal do meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC	Unidade de Conservação

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Localização das 21 Resex Estaduais do Estado de Rondônia.....	20
Figura 02 – Distribuição da produção de castanhais na Amazônia	65
Figura 03 – Áreas protegidas na Amazônia Legal	82
Figura 04 – Unidades de Conservação na Amazônia Legal.....	83
Figura 05 – Pressão humana nas Unidades de Conservação da Amazônia.....	87
Figura 06 - 16 Resex Localizadas na região de Machadinho do Oeste	92
Figura 07 – Localização das Resex do Vale do Guaporé e Mamoré.....	94
Figura 08 – Localização da Resex Jaci-Paraná	95

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Produção em Toneladas (t) dos Produtos Agrícolas em Todas as Reservas	111
Gráfico 02 – Produção (Kg) dos Principais Produtos Extrativistas	113
Gráfico 03 – Renda Anual (R\$) dos Principais Produtos Extrativos	114
Gráfico 04 – Acesso à Energia Elétrica	116
Gráfico 05 - Bens materiais dos moradores	117
Gráfico 06 - Destino do lixo doméstico	119
Gráfico 07 - Instalações Sanitárias.....	120
Gráfico 08 - Abastecimento da água consumida.....	121
Gráfico 09 - Tratamento de água	122
Gráfico 10 - Escolaridade da População	124
Gráfico 11 - Escolaridade da população por Resex	124
Gráfico 12 - Existência de escolas nas colocações.....	125
Gráfico 13 - Doenças mais Presentes nas Resex	126
Gráfico 14 - Presença de Agentes de Saúde	127
Gráfico 15 - Uso de essências medicinais.....	128
Gráfico 16 – Número de Animais Domésticos por Reserva	129
Gráfico 17 – Produtos artesanais	130
Gráfico 18 - Média de pessoas por família que caçam nas respectivas Resex.....	132
Gráfico 19 – Métodos de caça mais utilizados nas respectivas Resex	133
Gráfico 20 - Principais animais causadores de danos nas Resex	136
Gráfico 21 - Problemas ambientais gerais ocorrentes nas Reservas Extrativistas.	137
Gráfico 22 - Formas de pesca utilizadas nas Resex	139
Gráfico 23 - Principais espécies de peixes desaparecendo nas Resex	141
Gráfico 24 – Conhecimento do Plano de Utilização da Resex	143
Gráfico 25 – Conhecimento do Documento de Concessão de Uso	144
Gráfico 26 – Religião da família	146
Gráfico 27 – Lideranças Presentes na Comunidade	148
Gráfico 28 – Presença de Instituições e Secretarias.....	149
Gráfico 29 – Percepções das Lideranças das Resex do Estado de Rondônia.....	159

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Dimensões e Critérios de Sustentabilidade	39
Quadro 02 – Informações Oficiais das Resex Estaduais.....	90
Quadro 03 – Etapas do manejo florestal e executores das atividades em 2007	98
Quadro 04 – Expectativas/restrições (Diretrizes/SNUC, perspectivas ecológica/ambiental e econômica) – Reservas Extrativistas	105
Quadro 05 – Opinião sobre a ocupação nas Resex	153

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Total de Famílias e Pessoas/família nas Resex de Rondônia	108
Tabela 02 – Faixa etária da população por Resex.....	110
Tabela 03 – Produção (Kg) dos Produtos Agrícolas por Reservas	112
Tabela 04 – Produção (Kg) dos Principais Produtos Extrativos por Resex.....	113
Tabela 05 – Tempo gasto para promover o abate de um animal silvestre (hs)	134

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E AS PRÁTICA EM RESERVAS EXTRATIVISTAS	28
2.1 Desenvolvimento Territorial	28
2.2 Sustentabilidade e suas Dimensões.....	36
2.3 Práticas Socioespaciais e a Cultura no Desenvolvimento Regional	41
2.4 As Práticas do Extrativismo e as Peculiaridades do Extrativismo Vegetal ..	45
3 POTENCIALIDADES ECONÔMICAS DA AMAZÔNIA E O PAPEL DO EXTRATIVISMO NA REGIÃO	55
3.1 As Potencialidades Econômicas da Amazônia e o Papel do Extrativismo na Região	55
3.1.1 Principais produtos extrativistas na Amazônia (Rondônia)	65
3.2 Movimentos extrativistas Rondônia-Acre e suas implicações nas Reservas Extrativistas	67
3.3 A Participação do Estado nas Atividades Extrativistas na Amazônia e em Rondônia - Programas do Governo Federal	70
4 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC) NA AMAZÔNIA E RESERVAS EXTRATIVISTAS EM RONDÔNIA	81
4.1 Unidades de Conservação UCs.....	81
4.2 Contextualização das Reservas Extrativistas Estaduais do Estado de Rondônia.....	87
4.3 Resex Localizadas nos Municípios de Machadinho do Oeste e Vale do Anari.....	91
4.4 Resex Localizadas no Vale do Guaporé e Mamoré	93
4.5 Resex no Município de Porto Velho, Buritis e Nova Mamoré	94
4.6 Gestão das Unidades de Conservação	96
5 PRÁTICAS TRADICIONAIS DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA	107
5.1 Identificação dos Extrativistas nas Resex	107
5.2 Aspectos Econômicos: Produção nas Resex e Contribuição para a Renda	111
5.3 Infraestrutura das Residências, Saúde e Educação.....	115
5.4 Saneamento Básico	119
5.5 Educação	123
5.6 Saúde.....	126
5.7 Criação de Animais Domésticos e Cultivo de Frutas.....	128
5.8 Artesanato	129
5.9 Meio Ambiente.....	130
5.10 Instrumentos de Gestão	142
5.11 Organização Social, Aspectos Culturais e Religiosos.....	145
5.12 Panorama Geral: Falas Extrativistas sobre Migração, Plano de Manejo e Ocupação das Resex	149

5.13 Considerações acerca do levantamento nas práticas tradicionais em reservas extrativistas.....	154
5.14 Percepções da autora sobre Governança.....	157
6 CONCLUSÃO	161
REFERÊNCIAS.....	166
APÊNDICES – Roteiro para Entrevistas	179
ANEXO A – Questionário Socioeconômico	181
ANEXO B – Fotos tirada no período da coleta de dados em campo	192

1 INTRODUÇÃO

Com as mudanças decorrentes do processo de globalização em que se insere o mundo neste momento, e o conseqüente redimensionamento de seu desenvolvimento socioeconômico e cultural, estabeleceram novos paradigmas e a redefinição de políticas sociais centradas na melhoria da qualidade de vida em todos os países. Surgem inúmeros problemas decorrentes do capitalismo avançado, como a biopirataria e modelos de produção agressivos, que não levam em consideração o meio ambiente em que vivemos. Atualmente o problema da proteção do meio ambiente tornou-se um dos assuntos mais discutidos e difundidos nos meios acadêmicos, além dos midiáticos em todo o mundo. A preservação ambiental do planeta deixou de ser apenas uma previsão tornando-se uma necessidade em face da poluição e degradação ambientais, cada vez mais intensas, com as quais o homem tem que conviver e que interfere na qualidade de vida.

Entretanto, o desenvolvimento é necessário para a satisfação das necessidades humanas. Diante disso, tem surgido uma legislação em todo o mundo que procura se não resolver o problema da poluição e degradação ambiental, ao menos manter sob controle as atividades humanas para a melhoria da qualidade de vida, em todas as suas formas.

A polêmica existente acerca de definição universal de desenvolvimento sustentável no mundo está ligada aos interesses econômicos e políticos de cada país, pois quando se trata de política ambiental, os governantes não conseguem entrar num consenso, e as discussões resultam em ações isoladas e direcionadas.

Nesse sentido, ganham força os estudos voltados ao desenvolvimento territorial e ao movimento ambientalista, que resultou na criação das Reservas Extrativistas - áreas utilizadas por populações tradicionais e cuja sobrevivência baseia-se no extrativismo, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável, por sua vez, é designada pelo Sistema Nacional de Unidade de Conservação - SNUC, "como uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptado às condições ecológicas locais e que desempenham um papel

fundamental na manutenção da diversidade biológica”. Sua especificidade parece decorrer do fato de não estar centrada na atividade extrativista e prever em seu interior zonas de amortecimento e de corredores ecológicos, além das áreas de uso sustentável. SNUC, Ministério do Meio Ambiente (Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000).

A Amazônia é apresentada por Costa *et al.* (2002, p. 17) como o “Eldorado”, o “Paraíso Verde”, o “Pulmão do Mundo”, afirmando o que era consenso, até pouco tempo, entre os pesquisadores, porém, atualmente, não podem mais ser apresentadas para explicar e compreender o contexto amazônico. Tornando-se um mundo ímpar, verdadeiramente autônomo no contexto territorial em que se insere, formando uma unidade geográfica que coincide em território brasileiro, com a da Região Norte do Brasil, adotada oficialmente pelo IBGE, com a promulgação da Constituição Brasileira de 5/10/1988.

A valorização estratégica da Amazônia decorre do novo significado por ela adquirido, o de um duplo patrimônio: o de terras propriamente dito, e o imenso capital natural, e, numa perspectiva simbólico-cultural, o valor da região está condicionado pela centralidade que tem hoje no mundo a biodiversidade e a sustentabilidade da terra.

A ação humana na região amazônica tende a penetrar todos os recantos do território. Em termos de políticas públicas, uma das poucas ações que visa minimizar a força do homem em busca da acumulação de riqueza e poder é a criação de áreas protegidas: Terras Indígenas, Unidades de Conservação de Proteção Integral e Unidades de Conservação de Uso Sustentável, na tentativa de instituir ilhas de florestas primárias, somadas às áreas de proteção nas propriedades privadas. Em conjunto, as áreas protegidas em Rondônia, por exemplo, totalizam 106.617 km², ou 45% do território do estado (RIBEIRO *et al.*, 2005). Ressalta-se que, em 1988, com a primeira aproximação do Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado de Rondônia, foi definida a zona IV para a criação das Reservas Extrativistas.

Diante do contexto amazônico, para efeito do presente estudo, destaca-se a análise das práticas extrativistas nas 21 Reservas Extrativistas do Estado de Rondônia, bem como as atividades econômicas implantadas e seu modo de vida.

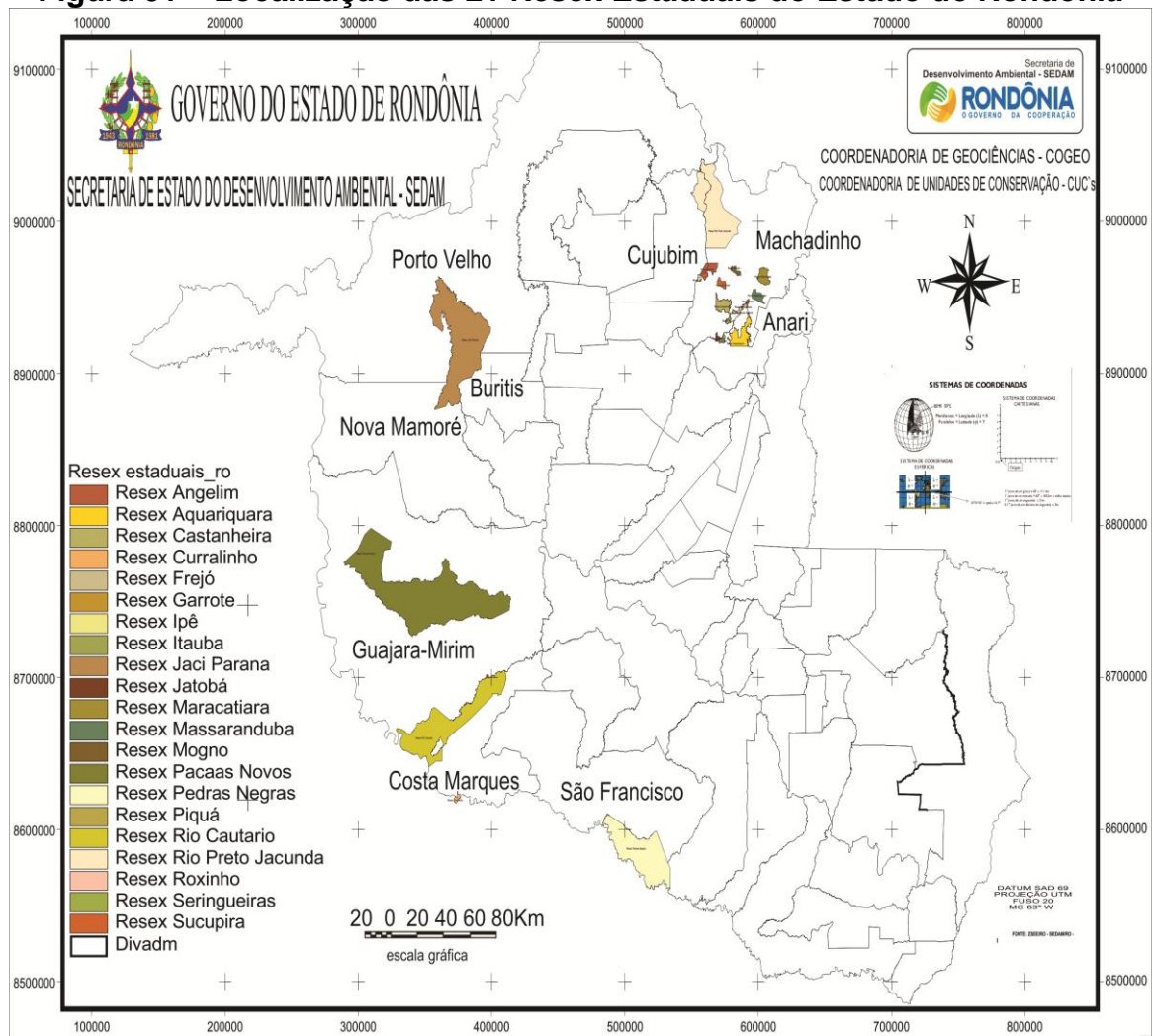
Em 1990, com a pressão exercida por organizações sociais, entre elas a Organização dos Seringueiros de Rondônia (OSR), sobre Governo do Estado de Rondônia, teve início o processo de criação das Reservas Extrativistas Estaduais. Além disso, a criação de Unidade de Conservação - UC fazia parte do compromisso para aprovação do Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia - PLANAFLORO.

A construção desses espaços coletivos tradicionais destinados às Resex se deu de forma semelhante em todo o Estado de Rondônia, priorizando locais onde existiam antigos seringais, como forma de garantir a permanência dessas populações, bem como seu modo de vida, baseado no extrativismo vegetal e agricultura de subsistência.

O processo de criação seguiu as seguintes etapas: levantamento socioeconômico e cartorial e elaboração de memorial descritivo nas unidades de conservação. Definiu-se o tamanho das áreas, o município de localização e, por fim, a publicação no Diário Oficial do Estado.

As Resex Estaduais estão localizadas nos seguintes municípios: Resex Rio Jaci-Paraná, em Porto Velho, Buritis e Nova Mamoré; Resex Rio Pacaás Novos, em Guajará- Mirim; Resex Rio Cautário e Currealinho, em Costa Marques; Resex Pedras Negras, em São Francisco do Guaporé; Resex Rio Preto Jacundá, Maracatiara, Castanheira, Roxinho, Mogno, Angelim, Ipê, Freijó, Massaranduba, Seringueiras, Garrote, Piquiá, Jatobá, Sucupira, em Machadinho D'Oeste e Resex Aquariquara, Itaúba, no Vale do Anari. Os seus principais produtos extrativistas são a castanha, borracha e o óleo de copaíba. No mapa constam as localizações das Resex Estaduais.

Figura 01 – Localização das 21 Resex Estaduais do Estado de Rondônia



Fonte: SEDAM/LCF/COGEO, 2012.

A relevância das Reservas Extrativistas está não somente em seu caráter produtivo e conservacionista, simultaneamente voltado para as peculiaridades socioambientais da Amazônia, mas também no sentido alternativo e propositivo de que se revestem no contexto das lutas dos povos da floresta.

Buscou-se o entendimento sobre como as práticas tradicionais estabelecem relações de permanência com o território em que se inserem. A partir da seguinte indagação: Como as práticas tradicionais estabelecem relações com o território em que se inserem?

Objetivou-se analisar as práticas tradicionais no ambiente vulnerável utilizando como estudo de caso a atividade do extrativismo vegetal nas 21 Reservas Extrativistas do Estado de Rondônia, entendendo-se “práticas tradicionais” como

ações geradas pelo conhecimento acumulado e transmitido de geração em geração. Além de contribuir para o estudo do tema, as Resex, originalmente, se fundamentam no pressuposto de que a lição que “os povos da tradição¹” oferecem para a história, por meio do seu modo de viver em comunidade.

Para tanto, buscou-se os seguintes objetivos específicos:

- Discutir o contexto da formação e desenvolvimento do Estado de Rondônia;
- Identificar e mapear a regionalização do extrativismo vegetal no Estado de Rondônia;
- Verificar o papel do Poder Público no incentivo às formas tradicionais de extrativismo, tratamento e controle do território municipal;
- Analisar o potencial da produção extrativista como geradora de renda para os extrativistas;
- Verificar as relações socioculturais e ambientais das reservas extrativistas com o território.

A pesquisa foi orientada pelo **método qualitativo**. Essa abordagem, segundo André (1995, p. 16) tem suas raízes teóricas na fenomenologia, entendendo-se aqui que a Fenomenologia enfatiza os aspectos subjetivos do comportamento humano e preconiza que é preciso penetrar no universo conceitual dos sujeitos para poder entender como e que tipo de sentido eles dão aos acontecimentos e às interações sociais que ocorrem em sua vida diária. O mundo do sujeito, as suas experiências cotidianas e os significados atribuídos às mesmas são, portanto, os núcleos de atenção na fenomenologia (ANDRÉ, 1995, p. 18), sendo também influenciada pela etnometodologia, que é a corrente da Sociologia, a qual não se refere ao método que o pesquisador utiliza, mas ao campo de investigação. É o estudo de como os indivíduos compreendem e estruturam o seu dia-a-dia, isto é, procura descobrir os “métodos” que as pessoas usam no seu cotidiano para entender e construir a realidade que os cerca (Ibid, p. 19).

¹ Refere-se aos povos que, historicamente, guardam suas singularidades, mantendo práticas tradicionais, como por exemplo, os indígenas. Nos povos da floresta, a tradicionalidade do conhecimento é expressa pelo processo de transmissão desse conhecimento de geração a geração.

Com essa abordagem, buscou-se extrair, dos contextos delimitados para a realização do estudo, todas as informações que pudessem oferecer total credibilidade aos resultados obtidos. Os dados qualitativos, segundo André (1995, p. 23) “*consistem em descrições detalhadas de situações com o objetivo de compreender os indivíduos em seus próprios termos*” e tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento.

André (1995, p. 27) aponta a etnografia como um diferente tipo de pesquisa qualitativa, conceituando-a como “*um esquema de pesquisa desenvolvido pelos antropólogos para estudar a cultura e a sociedade*”, o termo possuindo dois sentidos: 1) um conjunto de técnicas que eles (os antropólogos) usam para coletar dados sobre os valores, hábitos, crenças, práticas e comportamentos de um grupo social; e 2) um relato escrito resultante do emprego dessas técnicas. O principal foco de interesse dos etnógrafos é a descrição da cultura (práticas, hábitos, crenças, valores, linguagens e significados) de um grupo social. Portanto, considera-se este tipo de pesquisa adequado ao presente estudo.

A pesquisa foi desenvolvida em quatro fases:

A primeira, foi identificação, coleta, análise e interpretação de dados e informações de fontes secundárias, através de pesquisa à bibliografia disponível, leituras e anotações sobre “Sustentabilidade, Desenvolvimento e Extrativismo” em produções textuais de organizações (públicas, privadas, ONGs e empresas). Essas fontes são principalmente: relatórios de pesquisas científicas ou trabalhos técnicos realizados sobre a região objeto de estudo e que dizem respeito à formação da região, ocupação do espaço, dados socioeconômicos, dados ambientais, extrativismo vegetal; atas e relatórios do órgão gestor de Reservas Extrativistas e de associações e cooperativas de extrativistas; outros documentos (como contratos para manejo florestal em Reservas Extrativistas) localizados sobre os temas citados.

A coleta de dados primários foi realizada utilizando três estratégias: a observação não participante, formulário adotado pelo Diagnóstico socioambiental das reservas extrativista SEDAM 2012 da qual a autora participa, como organizadora do trabalho, bem como da tabulação e análise dos resultados.

O estudo foi elaborado com base nos dados obtidos por meio dos questionários aplicados nas 21 Reservas Extrativistas Estaduais, iniciando na Resex Rio Jaci – Paraná, seguida por Rio Cautário, Curralinho e Pedras Negras, Rio Preto Jacundá, Aquariquara, Maracatiara, Castanheira, Piquiá, Mogno, Sucupira, Angelim, Roxinho, Garrote, Seringueiras, Freijó, Itaúba, Ipê, Jatobá e Massaranduba, e, por fim, a Resex Rio Pacaás Novos. Esta fase originou um trabalho técnico da Secretaria de Meio Ambiente (SEDAM), do qual a autora participou efetivamente para a conclusão, tendo como ponto de partida as impressões pessoais sobre as Resex visitadas e dados obtidos em campo.

A aplicação do questionário, que trata de verificar a permanência de práticas tradicionais em reservas extrativistas no Estado de Rondônia, teve início em janeiro de 2011. Foram levantados os seguintes dados: identificação, infraestrutura, educação, saúde, economia, meio ambiente, gestão, religião, organização social e, por fim, as observações a fim de captar sugestões e críticas dos moradores. Ressalvando que o questionário utilizado na pesquisa de campo é o mesmo adotado pelo Instituto Chico Mendes da Biodiversidade – ICMBio que avaliou a efetividade de gestão das unidades de conservação federais, adotando-se o modelo de pesquisa utilizado na Reserva Extrativista Federal Rio Ouro Preto no ano de 2009, ressaltando que foram feitas adaptações com o objetivo de contemplar as especificidades das reservas estaduais. O questionário foi composto com questões fechadas e abertas. Optou-se por realização de censo.

Considerando as demandas e anseios frente às dificuldades encontradas pelos moradores das Reservas Extrativistas Estaduais, buscou-se, por meio das entrevistas, traçar um perfil das Resex. Das 21 Resex existentes, 19 foram objeto de investigação, tendo em vista que duas não são habitadas.

Fez-se também, uma pesquisa documental, utilizando dados da SEDAM/IBAMA, do Ministério do Meio Ambiente, de Organizações Não-Governamentais e outros que puderam contribuir para o estudo do tema.

Por fim, realizaram-se entrevistas com líderes de associações de seringueiros extrativistas no município de Machadinho do Oeste/RO no mês de junho de 2011, devido à concentração da maioria nesta região. Com os moradores

das Resex localizadas no Estado de Rondônia, as entrevistas foram feitas pela equipe técnica da SEDAM, orientados e coordenados pela pesquisadora.

A terceira fase constitui-se também da coleta, análise e interpretação de dados de fonte primária por meio de observação de campo sobre aspectos não esclarecidos nas fases anteriores. Para efeito de análise, as Resex foram distribuídas em três grupos: primeiro Rio Cautário, Rio Pacaás Novos, Rio Preto Jacundá, Rio Jaci-Paraná, Aquariquara, Pedras Negras, Maracatiara e Castanheiras, para as quais foi feita uma análise individual dos dados por UC; segundo grupo: Mogno, Massaranduba, Itaúba, Jatobá e Garrote; terceiro grupo: Angelim, Piquiá, Roxinho, Seringueiras, Sucupira e Freijó. Essa distribuição se deu pelas Resex com maior número de famílias e as demais em função de números menores de famílias, para facilitar no entendimento dos resultados.

O intuito, através das entrevistas, era falar com as pessoas e deixar que elas dessem suas impressões sobre o lugar onde vivem, trabalham, como moram, onde estudam, se tem assistência à saúde, se saem ou não da reserva.

A quarta fase versou sobre a validação dos resultados, realizada pelo confronto dessas diferentes fontes de informação de dados pelo exame das evidências encontradas.

A organização, análise e interpretação dos dados nas três primeiras fases da pesquisa foram realizadas da seguinte maneira:

- Organização dos dados em Quadros (Tabelas) onde constavam: fatores, variáveis ou categorias, indicadores, fonte dos dados e fragmentos de dados (evidências);
- Asserções (proposição de sentido completo como proposição que pode ser verdadeira ou falsa) construídas como proposições e decorrentes da hipótese de pesquisa;
- Argumentação em torno da defesa da proposição;
- Interpretação.

As demais etapas tratam da tabulação dos dados de setembro a dezembro/2010, por meio do software Excel 2007, processamento e análise estatística, de dezembro a janeiro/2011, análise preliminar, de fevereiro a abril/2012 e conclusão e resultado da pesquisa no mês de maio/2012.

A importância desta pesquisa consiste na tentativa de vincular os danos ambientais existentes em nosso país a uma longa trajetória de desigualdades sociais, trazendo uma discussão sobre a viabilidade econômica das unidades de conservação de caráter extrativista a partir da valorização dos recursos extrativistas. O estudo se justifica, tentando revelar uma realidade pouco conhecida e pouco explorada em termos de investigação científica, por se tratar de um território e meio ambiente onde tem muito interesse econômico, cultura e práticas, com vastas riquezas socioculturais e específicas como as das Reservas Extrativistas do Estado de Rondônia.

Trata-se aqui do conceito do desenvolvimento territorial e espaço a partir da concepção de Milton Santos (2000), da importância do avanço do movimento ambientalista no Brasil e discute-se a questão do desenvolvimento sustentável e suas dimensões, bem como se utilizou a visão de Certeau (1984), as práticas tradicionais na invenção do cotidiano.

Há necessidade de conhecer a região da floresta amazônica, pois lá se concentram a maioria das reservas extrativistas existentes, assim como seu processo de ocupação, tendo como pano de fundo a criação das reservas extrativistas e sua importância para as atividades do extrativismo vegetal e a perspectiva de sobrevivência das espécies e manutenção da floresta. Para tanto, trabalhou-se no conceito de reservas extrativistas e sua criação, trazendo um pouco da história dos movimentos sociais.

No que se refere à construção do saber científico, optou-se por uma pesquisa descritiva² e apostamos em um diálogo interdisciplinar entre as ciências. Isso se deve ao fato de estudos relacionados à temática ambiental exigirem uma

² De acordo com Gil (2002, p.42) se incluem no grupo pesquisa descritiva “as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população.” Este mesmo autor diz que “as pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática.”

abordagem mais ampla que permita entender a dinâmica que envolve a relação homem e natureza.

Então, o debate ambiental caracteriza-se, em nossos dias, pela exigência mínima de uma pluralidade de olhares e suas consequências para o coletivo e para os sujeitos, pois essa exigência é necessária para que pensemos toda a dinâmica socioambiental, levando em conta os diferentes níveis de degradação e contaminação de recursos naturais, e as transformações socioculturais e tecnológicas que afetam a sociedade.

Como referência a um novo paradigma de desenvolvimento centrado nas peculiaridades socioambientais amazônicas, Reservas Extrativistas colocam como desafio a necessidade de conciliação entre desenvolvimento, conservação da natureza e equidade social, principalmente se levado em conta que essas dimensões historicamente aparecem opostas, clivadas ou excludentes, em particular, no âmbito das Reservas Extrativistas do Estado de Rondônia.

A apresentação desta pesquisa organiza-se da seguinte forma:

Capítulo II, discute-se o desenvolvimento territorial, idéia de sustentabilidade e suas dimensões, práticas socioespaciais e a cultura no desenvolvimento regional, práticas do extrativismo e as peculiaridades do extrativismo vegetal;

Capítulo III aborda as potencialidades econômicas da Amazônia e o papel do extrativismo na região, conflitos e a participação do Estado nas atividades extrativistas na Amazônia e em Rondônia - Programas do Governo Federal;

Capítulo IV apresenta as Unidades de Conservação UC e reservas extrativistas em Rondônia: mapeamentos e documentos, caracterização das 21 reservas extrativistas do município;

O Capítulo V trata das práticas tradicionais encontradas nas reservas extrativistas. Optou-se por fazer uma análise mais qualitativa dos resultados relacionados aos indicadores institucionais, ambientais, socioeconômicos e sociais.

Por fim, a conclusão, que sintetizam os resultados encontrados, as dificuldades para conclusão, bem como anseios da pesquisa, não havendo pretensão de esgotar o assunto.

2 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E AS PRÁTICA EM RESERVAS EXTRATIVISTAS

Neste Capítulo, por meio da verificação do estágio teórico e empírico sobre o tema e problema, discute-se desenvolvimento territorial, a sustentabilidade e suas dimensões, práticas socioespaciais e a cultura no desenvolvimento regional e práticas do extrativismo e as peculiaridades do extrativismo vegetal.

2.1 Desenvolvimento Territorial

Para abordar esse tema, primeiramente se conceitua espaço e território, numa abordagem referenciada por Milton Santos, o conhecimento se amplia e se diversifica. É preciso construir um sistema que permita identificar a totalidade dos processos, tal como eles se produzem na realidade, de forma a introduzir coerência e lógica na sua unidade. Encontrar uma definição única para espaço ou mesmo para território, segundo o autor, é tarefa árdua, pois cada categoria possui diversas acepções, recebe diferentes elementos, de forma que toda e qualquer definição não é uma definição imutável, fixa, eterna; ela é flexível e permite mudanças. Os conceitos têm diferentes significados, historicamente definidos, como ocorreu com o espaço e com o território (SANTOS, 1978).

O conceito de espaço é central e compreendido como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações que estão acontecendo e se manifestam por meio de processos e funções. “O espaço é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares” (SANTOS, 1978, p. 122), entretanto, o espaço precisa ser considerado como totalidade, num conjunto de relações realizadas por meio de funções e formas apresentadas historicamente por processos tanto do passado como do presente. O espaço é resultado e condição dos processos sociais, elaboração amplamente difundida na geografia dos anos 1970-1980 em países como a França, EUA e Brasil, pois era compreendido como uma categoria fundamental quando predominava a utilização de princípios do materialismo histórico e dialético.

Nesse sentido, a definição de espaço social corresponde ao espaço humano, lugar de vida e trabalho, pois as sociedades humanas existem e constroem-se num determinado espaço, e, conforme Minayo (2007, p. 7) “se organizam de forma particular e diferente de outras; vivenciam a mesma época histórica e tem traços em comum; vivem o presente marcado pelo passado e é com tais determinações que constroem o futuro”. O espaço geográfico é organizado pela sociedade, que historicamente, a partir de suas diferenças e particularidades, produz seu espaço como *lugar* de sua própria reprodução.

Becker (2007, p. 20) afirma que, nos últimos 15 anos, presenciou-se grandes transformações na Amazônia, mas o conceito de fronteira permanece válido, embora nelas existam diferenças significativas em consequência da complexidade do novo contexto histórico em que vivemos, referentes, sobretudo, as novas motivações e novos atores que impulsionam a mudança. Não se trata mais do domínio das instituições governamentais, nem tanto da expansão territorial da economia e da população nacionais, mas sim, de forças que, apesar de anteriormente presentes, tem hoje uma forte e diferente atuação nas escalas global, nacional e regional/local, configurando verdadeiras fronteiras nesses níveis, sendo geradoras de novas realidades. Dentre essas forças, destacam-se as populações tradicionais, os governos estaduais e a cooperação internacional. Resultante dessa complexa configuração, a Amazônia não é mais apenas uma fronteira móvel, adquirindo uma dinâmica regional própria. Dentre as transformações que ocorreram na Amazônia, destaca Becker (2007, p. 29-31):

a) A conectividade, permitindo à região comunicar-se internamente, com o resto do país e com o exterior, rompendo com sua condição de grande “ilha” voltada para o exterior; b) A estrutura da economia, que se transformou com a industrialização; c) A urbanização, alterando de tal modo a estrutura do povoamento que a Amazônia é hoje uma floresta urbanizada, seus habitantes vivendo em núcleos urbanos, com importante papel na dinâmica regional; d) A mudança na estrutura da sociedade regional, envolvendo diversificação social, conscientização e aprendizado político, fruto da conectividade, da mobilidade populacional e da urbanização. É a mais importante transformação ocorrida, expressa na organização da sociedade civil e no despertar da região para as conquistas da cidadania; e) Implantação de uma malha socioambiental que representa uma nova forma de apropriação do território por grupos sociais, áreas protegidas e experimentos conservacionistas.

Tornando-se um mundo ímpar, verdadeiramente autônomo no contexto territorial em que se insere, formando uma unidade geográfica que coincide em

território brasileiro, com a da Região Norte do Brasil, adotada oficialmente pelo IBGE, com a promulgação da Constituição Brasileira de 5/10/1988.

Becker (2007, p. 31) refere que a Amazônia adquiriu uma nova escala como região efetiva do país. Nesse processo de conflitos e mudanças, foram elaboradas geopolíticas de diferentes grupos sociais, e fato novo à região, resistências à sua livre apropriação por forças externas, tanto em nível da construção material quanto da organização social, que influíram no seu contexto atual. O movimento ambiental e internacional fortalece sua atuação e torna-se parceira nos projetos alternativos.

Gonçalves (2000, p. 9 apud SOUZA & GROSSI, 2010, p. 58) entende a Amazônia no seguinte contexto:

Em um hectare de floresta existem inúmeras espécies que não se repetem, em sua maior parte, no hectare vizinho. Há a Amazônia da várzea e a da terra firme. Há a Amazônia dos rios de água branca e a dos rios de águas pretas. Há a Amazônia dos terrenos movimentados e serranos do Tumucumaque e do Parima, ao norte, e a da serra do Carajás, no Pará, e há a Amazônia das planícies litorâneas do Pará e do Amapá. Há a Amazônia dos cerrados, a Amazônia dos manguezais e a Amazônia das florestas.

Para Berthol Júnior e Bursztyn (1999, p. 167 apud SILVA *et al.* 2002, p. 58), esta região foi “*traduzida na construção de fortificações, criação de povoados, aldeias, missões e cidades*”, sendo a Amazônia não apenas diversidade ambiental, mas possui também, uma população muito diversa na sua forma de perceber, viver e conviver com o meio natural. Tradicionalmente, a ordenação do espaço amazônico teve nas águas a única forma de penetração, a qual foi utilizada como mecanismo de defesa e manutenção do espaço, mas também econômico.

Segundo Becker (2007, p. 35), enquanto espaço geográfico, territorial, a valorização estratégica da Amazônia decorre do novo significado por ela adquirido, o de um duplo patrimônio: o de terras propriamente dito, e o imenso capital natural, e, numa perspectiva simbólico-cultural, o valor da região está condicionado pela centralidade que tem hoje no mundo a biodiversidade e a sustentabilidade da terra.

Entendendo o território como uma espaço delimitado e constituído pelas relações de poder do Estado, consoante se entende na Geografia, estar-se-ia desconsiderando diferentes formas de enfocar o seu uso, os quais não engessam a

sua compreensão, mas a tornam mais complexa por envolver uma análise que leva em consideração muitos atores e muitas relações sociais. Assim, o território pode ser considerado como delimitado, construído e desconstruído por relações de poder que envolvem uma gama muito grande de atores que territorializam suas ações com o passar do tempo. No entanto, a delimitação pode não ocorrer de maneira precisa, pode ser irregular e mudar historicamente, bem como acontecer uma diversificação das relações sociais num jogo de poder cada vez mais complexo (SANTOS, 1978).

O autor elege as categorias forma, função, estrutura, processo e totalidade como as principais que devem ser consideradas na análise geográfica do espaço; este constitui a categoria principal e auxilia na compreensão do território. O espaço, dessa maneira, é construído processualmente e contém uma estrutura organizada por formas e funções que podem mudar historicamente em consonância com cada sociedade. O conceito de espaço é central em sua abordagem eminentemente econômica e política elaborada conjugando aspectos das teorizações de pensadores como K. Marx, J. P. Sartre, D. Harvey e P. Claval (SANTOS, 1978).

O espaço é organizado socialmente, com formas e funções definidas historicamente. Espaço e homem são sínteses dialéticas compreendidas numa combinação teórico-metodológica entre elementos das argumentações de K. Marx e J. P. Sartre (existencialismo humanista). O território emerge como categoria privilegiada para sintetizar, em conjunto coerente de interpretações e gestão, muitos elementos que constituem as novas estratégias de desenvolvimento territorial. O reconhecimento da integridade do desenvolvimento, da importância das instituições e do patrimônio cultural, político e histórico das sociedades encontram nos territórios fundamentos para construir novas aproximações do desenvolvimento territorial (ECHEVERRI e RIBEIRO, 2005).

No entendimento desses autores, a essência do desenvolvimento, como território, encontra-se ligada a uma forma de reivindicações da organização territorial, como essência da proposta de visão renovada da territorialidade, aqui entendida como a prática ou ação de estabelecer o território pelos agentes sociais. A reflexão geográfica, demográfica, econômica, social, ambiental e política incorporada constitui um corpo integral de organização territorial. Essa noção de

territorialidade apoia-se na revalorização do espaço e de sua geografia como unidade de gestão que permite integrar uma realidade econômica multissetorial e dimensões políticas, sociais e ambientais que vêm construindo uma institucionalidade dinâmica, ainda complexa, que oferece possibilidades de respostas a muitas das falências mostradas pelo desenvolvimento territorial nas últimas décadas.

Para Sabourin (2002, p. 24), “especificar e caracterizar um espaço é, realmente, quase criar um território”. Ao mesmo tempo, esse autor procura mostrar que, no sentido acadêmico, espaço e território são termos, muitas vezes, confundidos quando analisados por meio de uma interdisciplinaridade, que mostra que, para a nova Geografia, “o espaço é uma construção social” (ibid, p. 24).

Corrêa (1994, p. 251-252) assinala que o território e sua territorialidade, pode ser interpretado como um “conjunto de práticas e suas maneiras materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas”. Embora território, espaço, lugar e paisagem sejam conceitos chave para a geografia, guardando entre si forte grau de parentesco, renuncia-se à busca por uma diferenciação entre espaço e território, pois Milton Santos afirma que essa diferenciação são meras “filigranas” dispensáveis ao grande debate.

Já em Bleume (2004, p. 8), o território é apresentado “como um produto produzido pela prática social, e também um produto consumido, vivido e utilizado como meio, sustentando, portanto, a prática social”, e, nessa linha de entendimento o território passa a ser visto como um espaço geográfico construído pelas relações sociais, influenciado pela cultura e delimitado institucionalmente, superando o conceito físico de uma delimitada área.

O estudo do território só se torna importante para um estudo socioeconômico, se considerado, segundo Santos (2000), sob a perspectiva do uso, a partir do momento em que se estuda e se pensa juntamente com os atores sociais que dele fazem parte. É preciso, portanto, identificar os atores sociais e seus interesses, para melhor compreender o território.

Ainda conforme Santos (2004, p. 26), ao estudar o território usado, temos que incluir todos os atores envolvidos. Ou seja, “a sociedade exerce permanentemente um diálogo com este território usado que inclui as coisas artificiais e naturais, a herança social e a própria sociedade em seu movimento atual” .

Ainda de acordo com Santos (2000), o território pode ser entendido como o chão da população, isto é, a sua identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence, revelando as contradições, relaciona-as com o cotidiano e consiste na base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi.

Assim, para Dias (2004, p. 70), “território foi a expressão criada por Milton Santos para formar uma nova ideia, que permitisse pensar o real como objeto de pesquisa e de intervenção: pensar o espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço”. Gaspar (2004, p. 182) também reforça esse debate, no qual “o conceito de território implica uma apropriação, um ordenamento, uma identificação por parte de um grupo social”. Raffestin (1980) procura mostrar que, para “produzir” o território, os atores envolvidos são encontrados desde o Estado até o indivíduo, passando por organizações sociais pequenas ou grandes.

Na visão de Maretti (2009), território é um modelo que compreende o desenvolvimento em que as relações econômicas e sociais são organizadas espacialmente por uma produção que gera não apenas crescimento econômico, mas também diversos benefícios para a população local. Para tanto, o desenvolvimento territorial engloba dois componentes básicos: o ordenamento territorial e o desenvolvimento econômico e social. O primeiro é ligado à definição do uso dos espaços e à clareza fundiária, que é mais ampla que a regularização fundiária entendida de forma simplificada. Se essa questão for trabalhada de forma mais estreita, há apenas uma regularização do que é irregular: aceita-se aquele que está na terra de forma irregular e consolida-se o uso daquele espaço. Já o desenvolvimento econômico social tem que ser sustentável e socialmente justo.

Já os atores regionais, entendidos como sociedade civil organizada, nas suas mais diversas formas de expressão (prefeituras, associações, pequenas empresas, ONGS, etc), encontram-se na contiguidade territorial, no chamado

espaço banal (SANTOS, 1996), o espaço de todos, das pessoas que simplesmente vivem, trabalham, buscam atividades de lazer e têm endereço. E é este o contexto potencial para o surgimento das regiões, enquanto expressões da horizontalidade, tendo como suporte, como cenário, como arena, o território (ETGES, 2005, p.9).

Nesse contexto, coloca-se a possibilidade da promoção do desenvolvimento territorial, que não atua de forma seletiva, no sentido de privilegiar algumas áreas em detrimento de outras, muito menos na perspectiva de eixos, enquanto áreas preferenciais para investimentos, por exemplo. Etges (2005, p. 9) diz que, ao contrário, o desenvolvimento, na perspectiva territorial, está atento ao território como um todo, compreende a sua dinâmica e a sua diversidade e, a partir daí, propõe estratégias de promoção de desenvolvimento regional sustentável.

Na visão de Maretti (2009), território é entendido como processo no qual a geografia dos territórios habitados pelas sociedades humanas é progressivamente transformada. Envolve componentes físicos (infraestruturas, paisagens rurais e urbanas, ect.), mas também a estrutura territorial ou o padrão de povoamento, isto é, a distribuição geográfica da população e das atividades humanas, em particular, a dimensão das cidades e as relações que se estabelecem entre elas.

Nessa conceituação teórica, o território definido pelo Ministério do desenvolvimento Agrário (MDA) exemplifica bem a aplicação desse debate.

Para a Secretária de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA, 2005), o território é um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, no qual se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.

Portanto, como o território definido nessa perspectiva, é um resultado e não um dado, pois ele é fruto de uma construção social, política, cultural, histórica e institucional, envolvendo uma lógica coletiva dos atores presentes. Essas

considerações fundamentam-se na premissa de que a questão do desenvolvimento territorial está ligada à forma o Estado atua no espaço nacional, ou seja, como se articulam as decisões públicas em todas as escalas da organização administrativa (JESUS, 2007). Sendo assim, o desenvolvimento territorial e o processo de territorialização das políticas remetem, de certa maneira, ao tratamento das dimensões administrativas (desconcentração) e políticas (descentralização), como nos lembram diversos autores, entre os quais Perraud (2005, p. 290) e Sencebé (2007, p. 2).

Conforme Sencebé (2007), as políticas territoriais foram estruturadas com o propósito de oferecerem soluções inovadoras, com respeito às políticas setoriais, frente aos novos ou antigos desafios da sociedade e da economia nacional, tais como a pobreza, a desigualdade regional ou, ainda, a emergência do desenvolvimento sustentável e a sua compatibilidade com o desenvolvimento econômico e social.

O conceito de território se encontra na intersecção dessas problemáticas e estratégias, de maneira específica ou combinada, uma vez que é geralmente concebido como uma escala de ação adequada para empreender políticas públicas diferenciadas, objetivando a reequilibragem social e territorial.

Desse modo, Blume (2004) apresenta três perspectivas que organizam e diferenciam as formulações teóricas para o entendimento do território como tema de investigação científica.

A primeira perspectiva a tratar do território é a política, que o enfatiza “como tema de estudo das relações de dominação e apropriação do espaço em várias esferas de análise”. A segunda perspectiva é a simbólica, que tem contribuído no sentido de valorizar a identidade territorial, o que a sociedade vive nesse espaço., enquanto a terceira perspectiva de território apontada por Blume (2004, p. 52) faz uma junção das duas, apresentando uma definição que procura “apreender diferentes contextos inerentes aos processos formadores do território como os econômicos, políticos, culturais e ambientais”. É esta última visão que será adotada.

O desenvolvimento territorial é um conceito abrangente também como

objetivo de políticas públicas. Este caráter abrangente resulta do fato de não se visar apenas o crescimento econômico das respectivas regiões, mas também a sua sustentabilidade do ponto de vista econômico, social, ambiental e cultural. O desenvolvimento territorial tem, assim, uma dimensão fortemente qualitativa, requerendo uma significativa coerência ao nível da concepção e concretização de políticas públicas.

O desenvolvimento territorial sustentável é o principal objetivo dos princípios orientadores. A sustentabilidade relaciona-se com perspectivas de longo prazo. Os benefícios resultantes das políticas de desenvolvimento territorial devem ser considerados em longo prazo e não podem ser colocados em risco pelo desconhecimento das interferências importantes que se verificam entre diferentes políticas públicas ou setores de atividade. Os princípios orientadores identificam quatro dimensões de sustentabilidade territorial, sustentabilidade econômica, social, ambiental e cultural.

2.2 Sustentabilidade e suas Dimensões

Para muitos estudiosos, o debate sobre a sustentabilidade já teria perdido sentido, uma vez que afirmam que a abordagem do tema é feita superficialmente, atendendo aos mais diversos interesses presentes na sociedade (ETGES, 2005, p.02).

A questão do desenvolvimento sustentável começou a ser pensada formalmente com a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, 1972, quando se concebeu, em termos globais, o meio ambiente como afetando a qualidade de vida das populações. A partir daí ocorreram intensas discussões sobre o tema, culminando com uma formulação conceitual mais elaborada em 1987. O documento das Nações Unidas daquele ano, chamado Nosso Futuro Comum, propõe o desenvolvimento sustentável como um processo de mudança no qual a exploração de recursos, os investimentos e o desenvolvimento deveriam estar vinculados às necessidades das gerações atuais e futuras. A partir dessa constatação, a questão ambiental, desenvolvimento menos predatório ou sustentável, passou a fazer parte da agenda da sociedade e dos governos. Assim, o conceito de desenvolvimento sustentável rompeu fronteiras e teve ponto alto na

Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) na qual “[...] o desenvolvimento sustentável foi reconhecido como um novo paradigma universal, embora o conceito não seja claro” (BECKER, 1994, p. 130).

A Rio-92 produziu documentos relevantes para lidar com a crise ambiental, sendo a Agenda 21 o mais conhecido. No entanto, talvez a maior herança da Conferência tenha sido a difusão do conceito de desenvolvimento sustentável a todas as partes do mundo devido ao envolvimento de um variado número de atores no seu processo de preparação. Uma recomendação importante da Conferência foi a realização de esforços para o desenvolvimento de mecanismos que permitissem acompanhar os avanços na adoção da Agenda 21 (SIENA et al,2008, p. 13).

A conferência Rio-92, chamada “Cúpula da Terra”, inseriu o conceito de sustentabilidade no Quadro de princípios que constitui a Declaração do Rio Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, traduzindo-o como “o direito dos seres humanos a viver e produzir em harmonia com a natureza” (Princípio 1 da Declaração”, e caracterizando-o como forma de manutenção de uma economia compatível com as “necessidades de desenvolvimento e ambientais das gerações presentes e futuras”. O desenvolvimento sustentável, portanto, norteia a nova economia global e é uma resposta conceitual, de acordo com Antônio Fernando Pinheiro Pedro (2004, p. 18) “de cunho ideológico, à escassez provocada pela apropriação hegemônica, milenar, unilateral e destrutiva, pelo homem, dos recursos naturais de nosso planeta”.

Nesse sentido, o conceito de sustentabilidade resgata histórica e etimologicamente o termo economia. A palavra, criada por Xenofonte na antiga Grécia, parte da junção dos termos *oikos* (casa, ambiente) e *nommos* (norma, regras); seria algo como “normas da casa”, o que remete à necessidade de imporem-se, por meio da autoridade, regras para produção, circulação e consumo de recursos havidos como escassos.

De fato, o termo *oikos* também está na raiz da ecologia, palavra criada pelo biólogo alemão Haeckel, no século XIX, para denominar o estudo da relação dos seres vivos com o ambiente que os cerca. Por sua vez, *nommos*, ou norma, constitui a fonte autorizadora e instrumento para o exercício da autoridade, matéria da qual se ocupa hoje a disciplina do Direito (PEDRO, 2004, p. 18).

O desenvolvimento sustentável não dissocia a administração racional dos recursos naturais remanescentes, como fonte primária da economia, do controle do meio resultante das modificações físicas, sociais, estéticas e biológicas ocasionadas pela ação humana, como fonte de novos recursos econômicos e novas demandas, criadas pela sofisticação dos padrões de cultura e consumo adquiridos pelo homem.

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20, realizada em 2012, procurou estabelecer um plano para que a humanidade pudesse desenvolver-se com qualidade de vida, administrando os recursos naturais escassos em prol das gerações futuras. Esperava-se que fossem determinadas metas de desenvolvimento sustentável em várias áreas, mas o documento final não atingiu as expectativas, adiando-as para adoção a partir de 2015. Os resultados da Rio+20 produziram um documento denominado “O Futuro que Queremos”, estabelecendo diretrizes para o bem-estar social, econômico e ambiental, mas, em tese, o texto produzido merece críticas, pois abre uma agenda futura de negociações, não assegurando resultados concretos.

Embora a discussão sobre desenvolvimento sustentável tenha ganhado força nos últimos anos e se mostre cada vez mais uma necessidade para governos, empresas e organizações com diferentes finalidades, existem diferentes posicionamentos quanto ao tema e estes precisam ser destacados e definidos.

Partindo de uma lógica multidimensional, autores usualmente propõem a consideração de, ao menos, três dimensões (econômica, social e ambiental), quando se pensa em desenvolvimento sustentável. Nessa direção e visando oferecer uma perspectiva menos retórica para a discussão, autores como Sachs (1994; 2002; 2004), Guimarães (1997) e Bellen (2005) chamam a atenção para a necessidade de compreender as várias dimensões e critérios da sustentabilidade, tais como a sustentabilidade social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica e política nacional e internacional (SIENA et al, 2008, p.13).

O Quadro 01 apresenta uma síntese sobre as dimensões e critérios de sustentabilidade.

Quadro 01 – Dimensões e Critérios de Sustentabilidade

Dimensão	Critérios	Objetivos
Sustentabilidade Social	Emprego com qualidade de vida; produção de bens dirigida prioritariamente às necessidades básicas sociais; igualdade de acesso aos serviços sociais; e justa distribuição de renda.	Redução das desigualdades sociais
Sustentabilidade Econômica	Implementação de gestão eficiente a fim de reduzir as diferenças regionais; garantia da segurança alimentar; modernização dos instrumentos de produção; autonomia na pesquisa científica e tecnológica; fluxo de investimentos públicos e privados; absorção dos custos ambientais.	Aumento da produção e da riqueza social com autonomia
Sustentabilidade Ambiental	Respeito à capacidade de carga dos ecossistemas e a capacidade da natureza para absorver e recuperar-se das agressões.	Melhoria da qualidade ambiental
Sustentabilidade Ecológica	Produzir respeitando os ciclos ecológicos dos ecossistemas; prudência no uso de recursos naturais não renováveis; redução da intensidade energética e aumento da conservação de energia; e processos produtivos de baixo índice de resíduos.	Preservação do potencial do capital natural na sua produção de recursos.
Sustentabilidade Territorial (ou Espacial)	Respeito à capacidade de suporte da natureza, cotejamento entre crescimento econômico, taxas de aumento de produtividade e crescimento populacional, sua composição etária e outras variáveis demográficas; desconcentração espacial (de atividades; de população) e relação cidade/campo equilibrada (benefícios centrípetos).	Melhoria do ambiente urbano e rural e superação das disparidades, evitando o excesso de aglomerações.
Sustentabilidade Política	Construção da cidadania.	Incorporação plena dos indivíduos ao processo de desenvolvimento
Sustentabilidade Cultural	Visa a manutenção da diversidade e integração nacional ao longo do tempo; respeito aos direitos das minorias; soluções adaptadas a cada ecossistema; e respeito à formação cultural comunitária.	Equilíbrio entre respeito à tradição e inovação, autonomia e autoconfiança aliada com abertura para o mundo.

Fonte: Siena et.al. (2008, p. 14).

Mesmo reconhecendo essas diferentes tentativas de incorporar múltiplas dimensões à discussão do desenvolvimento sustentável, assume-se, para os propósitos da presente pesquisa, o desenvolvimento sustentável em sua visão mais tradicionalmente discutida, ou seja, o desenvolvimento a partir das dimensões econômica, social e ambiental.

Nesse sentido, consideram-se as diferentes abordagens ou “paradigmas” ligados ao desenvolvimento sustentável, conforme discutido por Gladwin, Kennelly e Krause (1995). Estes autores apresentam uma classificação com três paradigmas para a compreensão do desenvolvimento sustentável: o paradigma tecnocêntrico convencional (*conventional technocentrism*); o paradigma do ecocentrismo antitético

(*antithetical ecocentrism*); e o paradigma do “*sustaincentrism*”. Segundo os autores, o paradigma tecnocêntrico convencional é dominante no mundo atual, estando presente nas abordagens utilizadas pelos principais gestores de empresas e nos principais *journals* internacionais sobre gestão. Basicamente este paradigma parte do pressuposto de que a Terra é inerte e passiva e, desta forma, sujeita à exploração. Assim, não há uma preocupação com a finitude dos recursos naturais, sendo os mesmos vistos como importantes para garantir o desenvolvimento econômico.

Já o paradigma ecocêntrico se apóia numa noção de inspiração filosófica da Terra, e rejeita a dominação do homem sobre a natureza. Engajam-se nesse paradigma os ativistas dos direitos dos animais, os ecofeministas, os fazendeiros orgânicos, ecologistas radicais, entre outros. Os defensores desse paradigma partem do princípio de que a Terra é viva e, desta forma, sensível à ação humana. Assim, os humanos não devem ocupar um lugar privilegiado no planeta, mas sim, serem considerados como mais uma espécie que habita a Terra, como tantas outras.

Para avançar em direção do terceiro paradigma, Gladwin, Kennelly e Krause (1995) apresentam algumas críticas aos dois paradigmas anteriores. Segundo eles, o paradigma tecnocêntrico falha em relação a preocupações com o futuro da humanidade, uma vez que busca a exploração indiscriminada dos recursos naturais.

Além disso, privilegia uma minoria, detentora do capital e das grandes corporações, garantindo, assim, uma distribuição de renda injusta. Já o paradigma ecocêntrico diminui a importância humana no planeta e se utiliza de algumas prescrições que vão contra as tendências percebidas (como por exemplo, determinar a necessidade de redução da população, diante de uma tendência que tem se mostrado no sentido contrário), o que as tornam falhas na prática. Desta forma, Gladwin, Kennelly e Krause (1995) afirmam que é preciso passar para uma perspectiva mais integrativa, que estaria em consonância com o paradigma *sustaincentrism* (SIENA et al, 2008, p.15).

A postura *sustaincentric* (GLADWIN, KENNELLY e KRAUSE 1995) implica em que as três dimensões (econômica, social e ambiental) se relacionem de forma complexa, ou seja, buscam-se formas de equilíbrio dinâmico entre elas.

A discussão de desenvolvimento sustentável nos remete às práticas socioespaciais e à cultura no desenvolvimento regional.

2.3 Práticas Socioespaciais e a Cultura no Desenvolvimento Regional

A palavra cultura tem vários sentidos relacionados. Há o sentido em que a “cultura” nada mais é que sinônimo de civilização, e, numa formulação mais antiga e extrema do contraste, oposta a “barbarismo”. Edward Burnett (apud MARCONI, 2001, p. 17) menciona que cultura “*é como um complexo que inclui conhecimento, crenças, artes, morais, leis e outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade*”. Assim, ousamos afirmar que, por meio da cultura, os diferentes povos se organizam e transmitem, no âmbito familiar, de geração a geração, seus costumes e tradições nas diversas áreas, a exemplo dos alimentos, das vestimentas, das tecnologias, das arquiteturas, das moradias, das festas, das danças, das religiões, dos mitos, dos preconceitos e das linguagens, entre outros.

Tais costumes e tradições, manifestados no que a sociedade compreende numa condição mais ampla de diversidade cultural, concretiza-se em cada lugar, cidade, estado, país e continente como os aspectos, as características históricas e geográficas próprios daquela população e são reconhecidos mundialmente como tal pela sociedade.

No entanto, por mais que uma cultura se diferencie de outra e se apresente com abrangência e predominância em determinado espaço geográfico, há de se reconhecer a existência localizada, num lugar menor e específico, com quantidade de pessoas, em via de regra pequena, comparada à população daquele lugar, que mantém viva sua cultura em qualquer outro lugar e sociedade. Há de se reconhecer, ainda, em relação à diversidade cultural, o esforço dos diferentes povos em assegurar e em reproduzir o espaço geográfico onde passam a habitar aos moldes dos lugares de origem.

Para Certeau (1984), encontrar sentido no cotidiano dessa população tradicional, suas estratégias e táticas próprias, se aplica da mesma forma para as populações urbanas, pois se ocupam das “artes de fazer” dos praticantes, na busca da compreensão de suas regras próprias e de seu desenvolvimento. Considera que toda atividade humana pode ser cultura, mas ela não o é necessariamente ou não é forçosamente reconhecida como tal, pois, “para que haja cultura, não basta ser autor das práticas sociais; é preciso que essas práticas sociais tenham significado para aquele que as realiza (ibid, p. 142)”

Na visão de Certeau (1984, p. 144), “o cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão no presente”. [...] “O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior”. [...] “É uma história a caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velados”. [...] Talvez não seja inútil sublinhar a importância do domínio desta história “irracional”, ou desta ‘não história’, o que interessa ao historiador do cotidiano é o Invisível (ibid, p. 144).

O desafio para as populações tradicionais, como os extrativistas da região norte brasileira, encontra-se na inversão da forma de realizar as práticas culturais no mundo contemporâneo, mantendo seus modos anônimos das artes de fazer, mesmo que diferentes daqueles propostos por Certeau, que trata muito especificamente do cotidiano urbano contemporâneo. Na perspectiva da racionalidade técnica considerada por Certeau, o melhor modo possível de se organizar pessoas e coisas é atribuir-lhes um lugar, um papel e produtos a consumir. O autor diz que “o homem ordinário” inventa o cotidiano com mil maneiras de “caça não autorizada” (ibid, p. 39), escapando silenciosamente a essa conformação. Isso se dá ao que ele chama de “artes de fazer”, “astúcias sutis”, “táticas de resistência” que vão alterando os objetos e os códigos e estabelecendo uma (re) apropriação do espaço e do uso ao jeito de cada um. Ele acredita nas possibilidades da multidão anônima abrir o próprio caminho no uso dos produtos impostos pelas políticas culturais, numa liberdade em que cada um procura viver, do melhor modo possível, a ordem social. Neste sentido, há um tangenciamento entre as resistências pertinentes às práticas de grupos sociais mais tradicionais vinculadas a certos lugares e regiões em relação às

pressões da sociedade de consumo e da territorialidade do mundo globalizado e do não-lugar.

Na tentativa de desvendar esse complexo universo das práticas extrativistas a partir de suas *operações táticas* engendradas cotidianamente, também baseia-se na concepção de Certeau (1984) acerca do que este denomina de “táticas” do “homem comum”. O cotidiano do ser ordinário revela nos seres não passivos: seres críticos e seres criativos. Segundo o autor, os poderes de todas as épocas conservam a pretensão de colonizar essas “táticas”, subalternizando-as, isso porque os poderes do sistema dominante, de mil maneiras, tentam domesticar as “artes de fazer”, vista como “reserva popular”. Ensina que as “operações dos usuários” não estão entregues à passividade e à disciplina, como se pode pensar. Propõe que o tema das práticas cotidianas não seja visto como “o fundo noturno da atividade social”, sugerindo sua articulação. Ao analisar práticas tradicionais de áreas não urbanas, que passou rotinas e estratégias de reposição do seu território e o seu cotidiano, esse conceito será utilizado nas práticas extrativistas, sendo ela econômica, social e cultural. Para tanto se faz necessário conceituar cultura.

Apontada pelos governos locais de diversos município do mundo como o principal patrimônio da humanidade no documento Agenda 21 da Cultura, resultante do Fórum Universal das Culturas, Barcelona 2004, a diversidade cultural foi considerada tão essencial para a humanidade como a diversidade biológica o é para a natureza. Essa comparação é importante para demonstrar a interação entre dimensão cultural e ambiental do desenvolvimento sustentável (BECKER et al,2006).

A palavra cultura é empregada, dia a dia, com os mais variados significados, quando nos referimos a uma região, a um grupo social e assim por diante. Desde a Antiguidade, as pessoas se preocupavam com a diversidade de modos de comportamento existentes entre os diferentes povos, sendo comum, na época, essa diversidade.

A cultura torna-se, então, um conjunto de significados, de valores e de crenças que determina a forma de fazer e de estruturar os pensamentos e atitudes no espaço-tempo. A definição de cultura mais amplamente difundida, segundo

Becker et al (2006, p. 144) parece ser a da Conferência de Mondiacult³, que a definia como “o conjunto de traços distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos, que caracterizam uma sociedade ou um grupo social”. De acordo com os estudos que se referem ao desenvolvimento sustentável e à sustentabilidade, esse grupo social é denominado, usualmente, de “indivíduo”.

A decomposição da sociedade, considerada como um organismo no qual cada elemento cumpre uma função, que elabora suas metas e os meios necessários para atingi-las, que socializa seus novos membros e pune os que não respeitam as normas, leva, em nosso tipo de sociedade, a um individualismo que se opõe à aplicação das regras da vida coletiva e as substitui pelas leis do mercado, no qual se manifestam preferências múltiplas, inconstantes, mas influenciadas pela publicidade comercial tanto quanto pelas políticas públicas (TOURAINÉ, 2006). Segundo o autor, as reivindicações podem ocorrer para mudar de maneira favorável a relação entre a contribuição e a retribuição de um grupo ou para obter reconhecimento e levar avante negociações coletivas.

O documento da Agenda 21 da Cultura, assinado em Barcelona, em maio de 2004, configura um documento com referencial do conjunto de medidas que devem ser adotadas para a promoção do desenvolvimento sustentável no que diz respeito à dimensão cultural. Segundo Jordi Pascual (2012, p. 9) o paradigma atual de três pilares – econômico, social e ambiental “é baseado em uma visão estreita, ocidental, que esquece o sentido do lugar”, e a implementação da sustentabilidade exige dos governos a reflexão sobre o conceito de cultura, devendo leva-lo para o centro de seu planejamento de longo prazo, afinal, o eixo cultural é o solo no qual estão enraizados os três pilares da sustentabilidade.

O componente cultural é reconhecido na “Agenda 21 da Cultura” aprovada em 2004, realizada pela Organização Mundial de Cidades e Governos Locais Unidos, assim como na Declaração sobre “A cultura como quarto pilar do desenvolvimento sustentável”, aprovada na Cidade do México em novembro 2010.

³ Mondiacult (Conferência Mundial sobre Políticas Culturais) ocorreu em 1982 no México, trata-se de uma referência em direitos culturais, discutiu-se nesta Conferência a relação entre cultura e desenvolvimento, esboçando, pela primeira vez, o princípio de uma política cultural baseada no direito à diversidade cultural (WANDERLEY JÚNIOR; VOLPINI, s.d., p. 660).

Tais documentos propõem uma ampla e sólida política cultural local, com base nos direitos culturais dos cidadãos, e promovem a presença de considerações culturais em todas as políticas públicas.

O termo cultura é, em si, conceituado e interpretado sob diferentes ciências, especialmente pela filosofia, antropologia e sociologia. Essa visão multifacetada da cultura mostra a sua diversidade e abrangência que influencia, sobremaneira, o desenvolvimento de uma comunidade. O importante é buscar o equilíbrio, pois não se deve considerar a completa rejeição dos padrões ocidentais dentro da sociedade oriental. A interação das diferentes culturas ocorre de forma natural, lenta, quase imperceptível aos olhos dos observadores. A tolerância com a diversidade cultural, juntamente com as políticas que as garantem e as viabilizam, constituem, com certeza, fator fundamental para o desenvolvimento das cidades e regiões (BECKER et al,2006).

Essa diversidade cultural influencia fortemente nas práticas do extrativismo e suas peculiaridades.

2.4 As Práticas do Extrativismo e as Peculiaridades do Extrativismo Vegetal

As práticas do extrativismo em reservas extrativistas ainda ocorrem do modo tradicional. A forma de extração da castanha é baseada na ação conjunta das famílias que determinam o espaço a ser explorado por cada um, sendo características do extrativismo vegetal na forma de organização.

Além da castanha, tem as práticas da extração do látex, que ocorre, também, com a delimitação do espaço por cada seringueiro que divide seu território por estradas. Essa demarcação é o limite estipulado para cada extrativista, como, por exemplo duzentas e cinquenta (250) estradas para cada morador, não sendo possível identificar o tamanho e a complexidade. Essa divisão ocorre pela ocupação do local e respeitada entre as comunidades. Segundo Aubertin (2000) colocação é acampamento temporário na floresta para exploração dos produtos extrativista, entendida como o lugar.

Nas reservas existem as práticas cotidianas de pesca, caça, retirada de cipó para artesanato, bem como missas e cultos. O lazer se concentra na prática de tomar banho no rio, visitas à casa do vizinho, futebol e até mesmo ouvir o rádio e cantorias nos festejos religiosos, fortes na região de Guaporé, entre outros. Seus códigos étnicos, morais e culturais conforme Costa (1997, p. 1) “constituem a formação de "seu lugar", é o "lugar" que estes moradores lutam para manter (grifos do autor)”.

Os extrativistas do Estado de Rondônia, em sua maioria, saem de sua reserva pelo menos uma vez por mês, sendo uma prática comum para compras, pagamentos e venda de seu produto.

Outra prática apontada na literatura é o repasse dos produtos por atravessadores (pessoas que compram os produtos e revendem nas cidades). Essa prática existe porque alguns extrativistas não gostam de sair de sua colocação e, então, submetem-se a preços bem abaixo do mercado. O repasse para os atravessadores faz com que esse comércio se torne viável para as indústrias de alimentos, porém, traz alguns prejuízos econômicos para os produtores, bem como favorece outros interesses.

Nesse sentido, estudos mostram algumas dificuldades nas práticas econômicas, como apontado por Rizek (2010, p.1): As florestas da Amazônia brasileira sofreram historicamente intervenções de modelos produtivos nos quais as formas de exploração foram predominantemente voltadas para atividades que causam degradação da biodiversidade, não atenderam às necessidades da maioria da população local e eram economicamente instáveis (FEARNSIDE, 1993; BECKER, 2001; AB'SÁBER, 2004; BARRETO et al,2006; MURRIETA et al,2006). Os principais modelos implementados nesse sentido foram baseados em ciclos de exploração vegetal seletiva, especialmente borracha e madeira (PINEDO-VASQUEZ et al,2001; NEPSTAD et al,2004), instalação de atividades agropecuárias de baixo rendimento (BECKER et al,1990; ARIMA et al,2005) e, mais recentemente, a agricultura de soja (FEARNSIDE, 2001; NEPSTAD et al,2002).

Na década de 1980, segundo Rizek (2010, p.15), o movimento dos seringueiros se organizou e, através do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS),

que contribui para essas práticas, ganhou força política ao chamar a atenção internacional para os produtos e serviços prestados pela Amazônia brasileira, bem como a necessidade de fazer justiça social com os “povos da floresta”. Segundo o autor, em um contexto internacional de reconhecimento dos direitos de comunidades florestais ainda nessa década surgiram as primeiras propostas de Projetos Integrados de Conservação e Desenvolvimento - ICDPs (PETERS et al,1989). Destaca-se que os ICDPs são comumente definidos como projetos que visam promover a conservação da biodiversidade de áreas de interesse ecológico e, ao mesmo tempo, garantir o desenvolvimento socioeconômico das populações que vivem nessas regiões (USAID, 1994; KREMEN et al,1994; BERKES, 2004; SEIXAS & DAVY, 2008; BELCHER, 2005). Sua implementação inicial foi baseada, principalmente, na atuação de organizações não governamentais que instalaram projetos de conservação e desenvolvimento, induzindo que comunidades florestais optem por atividades produtivas de baixo impacto ambiental (CAMPBELL & VAINIO-MATTILA, 2003; ROSTONEN & DIETZ, 2005). Pelo caráter conciliador de diversos interesses que envolvem a governança florestal, esse modelo foi rapidamente aceito e implementado em escala mundial (USAID, 1994; ALPERT, 1996).

A Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis (2010, p. 44) aponta que a governança sempre esteve vinculada a forma de organização política da sociedade, e, no século XXI, pensa-la é “dar espaço para um novo ator: a sociedade civil, principalmente a sociedade civil organizada”, sendo impossível situar a governança em um Quadro local, regional, nacional ou mundial que não inclua de forma expressiva os mecanismos de democracia participativa, os instrumentos de democracia direta e, por fim, que não tenha garantido um grande espaço para a sociedade civil. Espaço este que não deve ser disputado com o Estado em suas funções essenciais, mas, sim, que promova de fato a ‘*res publica*’, algo maior e fundamental.

Dentre outras estratégias adotadas pelos ICDPs (por ex., ecoturismo), a extração comercial de produtos florestais não madeireiros (PFNMs) ou extrativismo vegetal é comumente apontada como uma alternativa econômica capaz de servir aos objetivos de desenvolvimento (ou redução da pobreza) e conservação da

biodiversidade (PETERS et al,1989; WOLLENBERG, 1998; ALLEGRETTI, 2002; CAVALCANTI, 2002). Existem várias definições de extrativismo vegetal ou PFNMs.

Para alguns, extrativismo vegetal é qualquer recurso não madeireiro que depende do ambiente florestal para o seu desenvolvimento (ARNOLD & RUIZ-PERES, 2001), incluindo, portanto, recursos vegetais e animais. Para outros, essa definição inclui todos os recursos biológicos advindos da floresta, incluindo os recursos madeireiros destinados para a fabricação de artesanatos (ROS-TONEN, 2000), além de abranger recursos advindos de sistemas de plantio em agroflorestas e plantações (SHANLEY et al, 2005). Em termos gerais, neste estudo, extrativismo vegetal é todo o recurso florestal que pode ser coletado pelas populações locais para subsistência ou comercialização, excluindo-se, no entanto, a comercialização industrial de madeira fortalecendo as práticas extrativistas. Rizek (2010, p. 16).

Os projetos de comercialização do extrativismo vegetal foram inicialmente implementados por intermédio de organizações não governamentais, mas atualmente é comum que empresas estabeleçam acordos diretamente com as comunidades, estabelecendo, assim, uma nova prática com nova parceria de comercialização, que ocorrem de diferentes formas, entre elas, o modelo baseado em parcerias comerciais entre comunidades extrativistas que fornecem recursos florestais a serem utilizados como matéria-prima em empresas de diversos setores, por exemplo, indústrias de remédios, produtos de higiene pessoal ou no setor de alimentos (SHANLEY et al,2005).

O sucesso desse modelo de mercado, como capaz de conciliar a conservação florestal ao desenvolvimento das comunidades, foi inicialmente encarado com certo otimismo. Dentre os fatores positivos dessa estratégia, os PFNMs distribuem melhor os benefícios do que outras alternativas, já que são recursos controlados por regimes de uso comum e, portanto, de fácil acesso para grupos mais desfavorecidos (PETERS et al,1989). Além disso, a extração de PFNMs é considerada como uma atividade de menor impacto ambiental em comparação a outras formas de uso da floresta (ARNOLD & RUIZ-PÉREZ, 2001; SHANLEY et al,2005; BELCHER & SCHRECKENBERG, 2007). Por fim, há um crescente interesse da sociedade urbana dominante por produtos de apelo socioambiental,

fato que impulsiona a demanda por produtos baseados em recursos florestais, fortalecendo essa prática extrativista (MORSELLO, 2006).

Segundo Rizek, (2010, p. 17), depois de cerca de 30 anos de instalação dessa estratégia, as avaliações de seus resultados têm demonstrado que seus impactos socioeconômicos e ambientais variam bastante e nem sempre são positivos (ARNOLD e RUIZ PEREZ, 2001; MARSHAL et al,2003; PYHÄLÄ et al, por exemplo, a comercialização externa dos produtos x qualidade de vida das comunidades x conservação, sendo que melhores resultados em termos de conservação trazem piores resultados em termos de desenvolvimento das comunidades e vice-versa (KUSTERS et al, 2006). O desenvolvimento das comunidades, embora haja indícios de redução nas disparidades de renda com a sociedade dominante. De modo geral o mercado de PFNMs não tem conseguido reduzir significativamente os patamares de pobreza das comunidades envolvidas, seja no contexto global (CLAY, 1993; ROS-TONEM, 2000; BELCHER et al,2005) ou na Amazônia brasileira (MORSELLO, 2006; MORSELLO e ADGER, 2007).

Já dentre as funções econômicas, a cooperação permite que um indivíduo ou família realize atividades produtivas com menor investimento de tempo (YOUNGER, 2005); reduz os riscos e incertezas diante da existência de períodos de escassez de recursos (CASHDAN, 1985; NORTH, 1990; BYRON, 2003) e potencializa o acesso aos meios de sobrevivência àqueles que são impossibilitados de trabalhar, tais como idosos ou deficientes físicos (DASGUPTA, 2000; BYRON, 2003). Para Rizek (2010, p. 18), no contexto semi-autárquico, o investimento em comportamentos cooperativos pode funcionar como um estoque de capital social a ser acionado pelo sistema de reciprocidade em situações de risco.

Nesse sentido redes de reciprocidade funcionariam como redes informais de segurança (CASHDAN, 1985; DASGUPTA, 2000), embora haja também evidências em contrário (DERCON & WEERDT, 2002; GODOY et al, 2007). Portanto, no contexto de populações de pequena escala, autárquicas e semiautárquicas, a cooperação é um fenômeno da esfera do convívio social, mas também daquela econômica. Rizek (2010, p.18).

Para Rizek (2010, p. 18), apesar de, às vezes ser considerada como

característica humana (HILL & GURVEN, 2004), existe evidências de que a exposição à economia de mercado está relacionada com alterações na propensão à cooperação, a exemplo, pequenas unidades produtivas domésticas que, expostas ao mercado, tem reduzido seus níveis de segurança.

Em especial, parte da literatura apresenta evidências de que formas de compartilhamento e reciprocidade diminuíram com a maior exposição à economia de mercado (BEHRENS, 1992; PUTSCHE, 2000; BURY, 2004). Outros, porém, avaliaram a cooperação em comunidades com diferentes níveis de acesso ao mercado e encontraram que aquelas com maior renda monetária têm maior propensão à generosidade (HENRICH et al, 2004; GODOY et al,2007). Não há, portanto, um consenso sobre os efeitos da economia de mercado no comportamento cooperativo em grupos de pequena escala, autárquicos e semiautárquicos. Rizek (2010, p. 18).

Para o autor, se a exposição ao mercado pode afetar o comportamento cooperativo, então o mercado de produtos extrativistas ou PFNMs pode também estar afetando os sistemas de cooperação nas comunidades envolvidas. Considerando que as comunidades extrativistas da Amazônia brasileira são populações já mais propensas ao risco (PNAD, 2004), a redução das suas redes de cooperação pode afetar a segurança, especialmente das unidades domésticas mais vulneráveis, por exemplo, aquelas unidades domésticas menos produtivas em relação à sua demanda interna. Neste caso, ao invés de promover o desenvolvimento ou aliviar os efeitos da pobreza conforme planejado, o mercado dos produtos extrativistas ou PFNMs pode afetar o bem-estar das unidades mais vulneráveis.

As dificuldades das estruturas produtivas sustentáveis em se manter constituem um problema recorrente em toda a Amazônia. Tal se observa, por exemplo, entre os extrativistas da Castanha no rio Jarí, no Amapá, com os pequenos produtores familiares da Transamazônica e de Rondônia, bem como entre os pequenos produtores das zonas da colonização mais antiga do nordeste do Pará. Por outro lado, a região vem apresentando uma série de experiências exitosas em

busca de uma exploração diversificada, tendo a natureza - sua força e biodiversidade - como aliada, não inimiga (CAMPOS, 2006).

Outra opção para melhoria da produção envolve a criação de novos mercados, fazendo apelo aos consumidores conscientizados do ponto de vista ecológico – o “mercado verde”. Alguns esforços nessa direção já foram desenvolvidos tendo em vista a promoção de atividades extrativas. Uma das maneiras de se aperfeiçoar o sistema é considerar o valor agregado proporcionado pelo processamento local de produtos, tais como sementes de taguá, andiroba, óleo de ucuuba, óleo-resina de copaíba, frutos como o açaí e o buriti e castanhas. (LESCURE; PINTON; EMPERAIRE, 2002).

Há um mercado crescente para os “produtos verdes” e isto pode beneficiar populações tradicionais. A questão da sustentabilidade econômica tem sido central para as críticas propostas dos extrativistas florestais. Fatores como a distância de mercados e facilidade ou dificuldade de transporte, a ausência de canais de comercialização, as propriedades físicas dos produtos, de qualidade e suprimento, além de oscilações do preço, afetam a oferta de produtos florestais. Entretanto, nos últimos anos, observa-se uma tendência em desenvolver iniciativas para a resolução dos problemas de inovação na gestão de recursos, capacitação tecnológica e diversos mecanismos e sistemas para melhorar a competitividade dos produtos florestais, com o objetivo de conseguir novos mercados no comércio nacional e internacional. Este mercado se caracteriza por sua disposição em pagar por valores não utilitários que os consumidores associam aos efeitos sociais, culturais e ambientais do produto (ANDRADE, 2003).

Segundo Lescure, Pinton e Emperaire (2003), o extrativismo é frequentemente considerado como obsoleto, uma recordação de numerosos ciclos econômicos experimentados pelo Brasil. As atividades políticas dos sindicatos dos seringueiros e o crescente ganho de consciência pública dos problemas ecológicos contribuíram para reforçar esta prática, exercida já há bastante tempo no contexto da gestão dos recursos florestais na Amazônia.

Durante alguns anos, a questão do papel exercido pelo extrativismo no processo de desenvolvimento regional deu origem a inúmeras controvérsias entre

grupos sociais que defendiam dois pontos de vista distintos. Para um deles, as margens reduzidas de lucro, os saldos precários dos recursos apropriados, o âmbito restrito dos mercados, a competição exercida pelos produtos sintéticos ou a disponibilidade de produtos oriundos de plantações industrializadas, somada à marginalização crescente dos atores sociais, justificariam a condenação do extrativismo, que passou a ser considerado como um modelo de exploração dos ecossistemas amazônicos carente de valor prático. Para o segundo grupo, ao contrário, a utilização unilateral de argumentos econômicos não justifica este julgamento (LESCURE; PINTON; EMPERAIRE, 2002).

A opção pela manutenção do extrativismo vem causando polêmica por algumas correntes de pensamento. Por um lado, alguns autores, como Homma (1989), enfatizam que o extrativismo vegetal está fadado ao extermínio no médio e longo prazo em virtude do que já vem acontecendo em relação ao desmatamento nas áreas de preservação. Por outro lado, há autores, tais como Kageyama (1996) e Rêgo (1996), que defendem a viabilidade do extrativismo a partir de alternativas factíveis com base em um novo sistema de produção denominado “neoextrativismo”. O sistema neoextrativista supõe a construção de uma nova base técnica ou um desenvolvimento técnico por dentro do extrativismo, subordinado aos padrões e exigências socioculturais dos povos tradicionais.

Um ponto comum entre todos é a afirmação sobre a escassez de recursos tecnológicos nas regiões extrativistas e a necessidade urgente de superação desse entrave para um efetivo desenvolvimento. Esse novo modelo propõe um salto de qualidade pela incorporação de processos tecnológicos e envolve alternativas de extração de recursos associados ao cultivo, criação e beneficiamento de produção (CAMPOS, 2006). Um padrão tecnológico alternativo certamente deve se pautar pelos conhecimentos tácitos locais acumulados pelos extrativistas, no qual as inovações são fruto do próprio manejo da biodiversidade. O neoextrativismo envolve diversificação, consórcio de espécies, limitação da estrutura da floresta e uso de técnicas desenvolvidas pela pesquisa a partir dos saberes e práticas tradicionais, do conhecimento dos ecossistemas e das condições ecológicas regionais.

O desafio para um efetivo desenvolvimento sustentável na Amazônia é o nível de desempenho econômico da produção de origem florestal não madeirável face aos sistemas convencionais de exploração, pois conforme Becker (2001, p. 18): A questão do desenvolvimento florestal com sustentabilidade não se deve resumir à questão do desmatamento, e sim às potencialidades para competir. [...] O lucro da agricultura e da extração da madeira é tão poderoso que o desmatamento continuará mesmo que a política florestal procure incrementar a lucratividade e sustentabilidade do manejo florestal. [...] Soma-se ao poder econômico da madeira, o poder político.

Assim, os recursos florestais extrativistas constituem importante oportunidade de exploração racional dos recursos em Rondônia. A exploração, enquanto visava apenas às necessidades de subsistência de populações locais de relativamente baixa densidade demográfica, não ocasionou riscos de depredação ou de erosão genética. Quando começaram a aumentar as demandas especializadas ao nível de mercados organizados, iniciou-se, em alguns casos, um processo de extinção de espécies ou, pelo menos, o desaparecimento de parte do patrimônio genético das espécies mais procuradas.

No Brasil, em se tratando das características dos produtos florestais, a maior parte da população extrativista, que se mantém com base na extração dos produtos florestais não madeiráveis, é de colonos, índios, caboclos e seringueiros. De acordo com Borges e Braz (1998), os maiores problemas encontrados pelas famílias que extraem esses produtos são desconhecimento das potencialidades do mercado; deficiência na organização comunitária; deficiência no gerenciamento da produção e comercialização; deficiência no manejo e beneficiamento dos produtos, e distâncias de transportes.

A extração dos produtos florestais não madeireiros das reservas abrange famílias que paralelamente fazem plantio agrícola em pequena escala e vendem seus produtos no comércio de cidades próximas às suas casas ou para intermediários, que compram no local da extração. Os problemas com transportes e o acesso ao local de comércio são fatores que impedem condição favorável para a comercialização dos produtos pelas famílias. O acesso, às vezes, leva dias e são

feitos em rios e estradas sem pavimentação e conservação. A organização e o envolvimento comunitário como um todo ainda não é suficiente, faltando maior entrosamento e articulação, assim como há falta de capacitação técnica das pessoas que atuam nos gerenciamentos dos bens das comunidades e de suas entidades. O beneficiamento da matéria-prima impacta no sistema de extração e comercialização e é influenciado pela capacitação da mão de obra, pela distância e via de acesso, disponibilidade de energia, máquinas e equipamentos (ISPN, 1997).

A base do comércio é o interior da floresta, onde estão os agentes que dão início à cadeia de comercialização. Esse comércio passa por questões históricas no que se refere às relações com os intermediários, os clientes nacionais e internacionais. Na base do sistema, o preço de compra da mercadoria é baixo e normalmente os extrativistas ficam presos a um comerciante ou “patrão” pelos constantes endividamentos, além de problemas limitantes da produção, como más condições sanitárias, a instabilidade da demanda de mercado e a falta de organização dos produtores para alcançar uma certa escala de produção (ROCHA, 1996). Nessa direção, desempenham papel fundamental as organizações não governamentais, associações e cooperativas.

3 POTENCIALIDADES ECONÔMICAS DA AMAZÔNIA E O PAPEL DO EXTRATIVISMO NA REGIÃO

Este capítulo analisa as potencialidades econômicas da Amazônia. O recorte mostra a multiplicidade dessas riquezas, bem como o desafio em protegê-las. Quanto aos conflitos, enfatiza-se a importância dos movimentos sociais frente às mudanças ocorridas por meio dos movimentos dos seringueiros.

3.1 As Potencialidades Econômicas da Amazônia e o Papel do Extrativismo na Região

Conforme estudo feito pelo IMAZON/ISA (2011), a Amazônia pode ser entendida como um todo muito mais complexo, contendo ampla diversidade étnica associada a uma superlativa biodiversidade, com estimativa de milhões de espécies de animais e plantas, além de milhões de interações das espécies entre si e com o ambiente. Na região, há registros de mais de 40 mil plantas vasculares (30 mil endêmicas ou exclusivas do bioma); 397 espécies de mamíferos (230 endêmicas) (PAGLIA *et al*, no prelo); 1.300 espécies de aves (263 endêmicas); 378 espécies de répteis (216 endêmicas); 427 espécies de anfíbios (364 endêmicas) e 9 mil espécies de peixes de água doce (RYLANDS *et al*, 2002), sem contar 1,8 mil espécies de borboletas, mais de 3 mil de formigas, aproximadamente 2,5 mil de abelhas e cerca de 500 espécies de aranhas.

A Amazônia apresenta a maior diversidade de espécies de mamíferos entre os biomas brasileiros. Das 397 espécies de mamíferos amazônicos, a maioria (58%) não ocorre em nenhum outro bioma brasileiro. É a mais alta proporção de endemismo entre os biomas terrestres do Brasil (PAGLIA *et al*, no prelo). A Amazônia também é o bioma brasileiro com mais a alta diversidade de espécies de lagartos (109) e de serpentes (138) (RODRIGUES, 2005).

Soma-se ao alto índice de endemismos e alto número de espécies a alta diversidade de ecossistemas no vasto território amazônico. É preciso considerar a fragilidade dessa intrincada rede de relações das espécies entre si e com o ambiente, configurada em múltiplos arranjos de vegetação e de *hábitats*, de cujo

equilíbrio depende o clima, a qualidade da água, o solo, a reciclagem de nutrientes e demais serviços ambientais (IMAZON/ISA, 2011).

Mesmo em áreas não atingidas pelo corte raso das árvores, por exemplo, a abertura de trilhas torna a floresta mais suscetível a incêndios e a circulação de pessoas pode disseminar parasitas ou doenças, como o fungo responsável pelo declínio dos anfíbios (*Batrachochytrium dendrobatidis*), já detectado em países vizinhos (YOUNG, 2004). No universo dos invertebrados, pequenas alterações podem levar a extensos desequilíbrios, imperceptíveis aos olhares leigos. Em trechos de floresta sob pressão de fragmentação, a tendência é mudar rapidamente a abundância, riqueza de espécies e composição dos besouros responsáveis pela decomposição da matéria orgânica, levando a drásticas alterações na reciclagem de nutrientes (KLEIN, 1989).

Como consequência, mudam os padrões de dispersão de sementes e o potencial de manutenção ou regeneração da mata (ANDRESEN, 2003). Sem contar o rápido incremento na quantidade e na atividade das formigas cortadeiras, com severos impactos sobre a estrutura da vegetação (FREITAS *et al*, 2005).

O processo de ocupação da Amazônia Legal tem sido marcado pelo desmatamento, pela degradação dos recursos naturais e por conflitos sociais. Em pouco mais de três décadas de ocupação, o desmatamento atingiu cerca de 18% do território. Além disso, extensas áreas de florestas sofreram degradação pela atividade madeireira predatória e incêndios florestais. Como qualquer ecossistema, a Amazônia tem um ponto limite (*threshold*) além do qual não será possível recuperá-la (IMAZON/ISA, 2011). O Novo Código florestal – Lei n. 12.727/2012 foi sancionada com nove vetos e 32 alterações de trechos que promoviam o desmatamento. Todos os vetos, conforme a ministra do meio ambiente, Izabella Teixeira, dizem respeito ao que leva ao desequilíbrio sócio-ambiental. No caso das matas ciliares, por exemplo, a nova lei florestal trouxe dois padrões de cidadãos. Os que respeitaram os limites estabelecidos pelo Código Florestal antigo e os que o desrespeitaram. Quem respeitou as regras, terá que manter 50 metros de florestas ao redor de nascentes (apenas os perenes), 30 metros ao largo dos rios pequenas, respeitar as florestas que há nos topos de morros e encostas. Os desrespeitadores da legislação anterior,

não precisarão ter florestas em topos de morro e encostas, e 15 metros ao redor de nascentes, e, de acordo com o tamanho do imóvel, podem nem possuir mata ciliar ao largo dos rios pequenos. Não há nenhuma compensação concreta para os cumpridores da lei. E para os descumpridores, não existem incentivos concretos que permita convencê-los a possuir uma árvore a mais do que o disposto em lei.

Segundo o estudo da Imazon/Isa (2011), muitos cientistas temem que a floresta amazônica inicie um processo irreversível em direção a savanas se o desmatamento atingir 40% do território. As implicações dessa transformação para o aquecimento global, ciclos hidrológicos e biodiversidade seriam catastróficas.

Com o início do século XXI, está cada vez mais evidente que a Amazônia precisa de um modelo de desenvolvimento regional que seja capaz de conciliar crescimento econômico, qualidade de vida e conservação dos recursos naturais.

A polêmica existente acerca de definição universal de desenvolvimento sustentável no mundo está ligada aos interesses econômicos e políticos de cada país, pois quando se trata de política ambiental, os governantes não conseguem entrar num consenso, e as discussões resultam em ações isoladas e direcionadas. Tal concepção pode ser reiterada por Queiroz (2002), quando o mesmo afirma que, uma proposta de desenvolvimento sustentável deve contemplar as necessidades de construção de uma sociedade melhor, em seu conjunto, contribuindo para redução das desigualdades sociais, como forma de ampliar a base de mercado para os novos níveis de desenvolvimento do país como um todo, induzindo a formação e a adoção de tecnologias adequadas às condições dos trópicos úmidos e tensões a biodiversidade.

Embora a adoção desse modelo seja um enorme desafio, dois fatores oferecem oportunidade para que isso ocorra ao longo da próxima década. O primeiro fator é a importância estratégica dos recursos naturais da região para o Brasil e para o mundo em termos de regulação do clima e diversidade biológica. Segundo, a região tem riquezas superlativas com valor crescente na economia, o que inclui desde os produtos da floresta e da biodiversidade até o vasto potencial hidrelétrico dos seus rios e os ricos depósitos minerais (IMAZON/ISA, 2011).

O documento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2006), traz algumas reflexões feitas acerca dessas potencialidades.

Dentro de um conceito histórico, a bacia Amazônica abrange ecossistemas florestais e savânicos, ocupa uma extensa área do território brasileiro, abrigando potencialidades naturais, cujas dimensões e características tanto propiciam um leque de oportunidades de desenvolvimento sustentável quanto estabelecem limites e condições ao modelo de desenvolvimento (MDA, 2006).

Ocorre que esses modelos de desenvolvimento podem ser especificados de diversas formas. Nesse caso, inicia-se pelo patrimônio biológico, pois a Amazônia abriga um terço das florestas tropicais úmidas do planeta, que concentram cerca de 30% da diversidade biológica mundial e apresentam potencial genético, princípios ativos de interesse econômico e social e oferta de produtos florestais com alto valor no mercado (MDA, 2006).

O MDA afirma que essa floresta é administrada, em sua maior parte, por um mesmo Estado Nacional. Seus habitantes acumularam conhecimento singular sobre suas características e seu funcionamento. Assim, o patrimônio biológico representa potencial ecológico, econômico e político, de importância estratégica regional, nacional e internacional.

Quanto à hidrografia, a bacia hidrográfica amazônica em território brasileiro estende-se por mais de 4,5 milhões de km² e reúne mais de 1.100 afluentes. Pela bacia do rio Amazonas flui cerca de 20% da água doce não congelada do planeta, recurso cada vez mais escasso, e 80% da água disponível no território brasileiro. Essa potencialidade hidrográfica alcança a região do Estado de Rondônia, fortalecendo ainda mais o potencial de reservas extrativistas que contemplam essa riqueza.

O potencial hidrelétrico é necessário para o País, tanto que o rio Madeira é palco desse cenário com projeto estruturante como o complexo das Usinas do Madeira, onde estão sendo construídas as Usinas de Santo Antônio e Jirau. A bacia dispõe, ainda, de recursos pesqueiros e potencial para a aquicultura.

Quanto ao estudo do solo (Pedologia), a Amazônia possui mais de quinhentos milhões de hectares de solos com aptidão agrícola variada, cerca de um oitavo dos quais em uso.

Quanto à geologia, a Amazônia possui um subsolo com gigantescas reservas de minérios tradicionais em exploração (ferro, bauxita, ouro, cassiterita e manganês) e ocorrências de minérios com potencial para novas aplicações tecnológicas (nióbio, titânio). Os limites ou condicionantes ao desenvolvimento sustentável são o outro lado da moeda desses potenciais. Em termos físicos, dizem respeito, entre outros, à reduzida fertilidade de parte dos solos; à elevada pluviosidade; às pragas, doenças e ervas daninhas do trópico úmido; e à distância de mercados. Em termos socioeconômicos, destacam-se a infraestrutura precária, a pobreza, a baixa escolaridade e a falta de estruturas institucionais apropriadas. A própria abundância de recursos favorece sua exploração insustentável e o isolamento dificulta a integração econômica, social e política.

O documento revela ainda que, o relevo, a topografia da bacia, não é sempre plana, mas contém ondulações, serras e planaltos à medida que se afasta da calha. Os rios são de águas claras, brancas e negras e o estuário distingue-se pelas ilhas, furos e marés. O clima não é homogêneo no espaço e no tempo: 17% da Amazônia Legal têm precipitação anual abaixo de 1.800 mm e uma estação nitidamente seca; 38% têm chuvas entre 1.800 e 2.200 mm por ano e uma breve estação de estiagem. Aproximadamente 45% da área, principalmente na Amazônia Ocidental, recebem mais de 2.200mm por ano, mantendo umidade expressiva durante o ano inteiro.

Apesar dessas potencialidades, as dificuldades de se incorporar a Amazônia à dinâmica de desenvolvimento nacional, ora por culpa do modelo estabelecido, ora pela falta de tecnologia ou capital, ou ainda pela opção político-territorial equivocada, a Amazônia brasileira foi tratada por muito tempo como território homogêneo e sujeito a ações de caráter padronizado, como se a floresta tropical pudesse ser considerada espaço físico a ser desbravado e ocupado, nos moldes do que ocorreu com outras áreas do globo e do país, a partir da falsa premissa de que a mesma ocupava toda a extensão territorial da região (MMA, 2004).

Os insucessos do modelo, conforme Plano Amazônia Sustentável (MMA, 2004) documento, de inserção regional remonta a quatro séculos de ocupação, das primeiras missões religiosas aos grandes projetos de desenvolvimento, vários deles, inclusive, com concepção, capital e tecnologia internacional. Os seguidos revezes que caracterizaram esse esforço até o presente exemplificam a dimensão do desafio de se incorporar a região, em bases sustentáveis, ao esforço nacional de desenvolvimento e ao mesmo tempo promover um modelo de desenvolvimento regional com identidade própria.

A compreensão de que o território amazônico é complexo e multifacetado, e que a diversidade regional é antes de tudo uma oportunidade, que nos remete à necessidade de compreendê-la melhor. Assim, norteando um novo olhar para a região, em que espaços distintos, com características próprias, se distinguem e se complementam em prol da melhoria da qualidade de vida da população local, cumprindo, na sua amplitude, o papel de destaque que cabe a Amazônia no cenário político-institucional brasileiro.

No território, podem coexistir extrativismo e alta tecnologia, receitas de cura objeto da observação de populações tradicionais, e complexos experimentos oriundos das fantásticas oportunidades que a biotecnologia regional pode produzir. Podem, ainda, coexistir projetos de infraestrutura energética, com pequenas centrais hidrelétricas e atividades agropecuárias altamente tecnificadas com a agricultura familiar tradicional e unidades de conservação de proteção integral com as de uso sustentável (MDA, 2006).

É essa diversidade e sua respectiva tradução territorial que devem nortear o novo olhar para a região, em que espaços distintos, com características próprias, se distinguem e se complementam em prol da melhoria da qualidade de vida da população local, cumprindo, na sua amplitude, o papel de destaque que cabe à Amazônia no cenário político-institucional brasileiro.

O território amazônico e sua rica diversidade surgem com uma nova proposta de desenvolvimento, um novo olhar para o território, caracterizando-se como instrumento de redefinição da abordagem estratégica que se propõe à região, entre elas o potencial das Reservas Extrativistas.

Outro potencial se encontra no extrativismo das RESEX, que faz parte do cotidiano das populações das florestas desde o século XVII, mas foi a partir do século XVIII que a região despertou interesses econômicos, com as chamadas "Drogas do Sertão", plantas medicinais, óleos, resinas, cacau, peles, peixes e carnes secas. Embora, naquele período, tivessem sido estabelecidas, às margens dos grandes rios, fazendas para pecuária e agricultura - cacau, café, algodão, estas possuem pouca significação, quando comparadas com as atividades extrativas (SAULE, 2005).

As reservas extrativistas foram estabelecidas pela confluência de diversas condições favoráveis se deram no tempo devido. As Resex são, portanto, o resultado de uma tentativa de conciliar a resolução de problemas socioeconômicos com a conservação da floresta nativa, como política específica de reforma agrária e proteção ambiental, à semelhança dos modelos criados nos países desenvolvidos para proteger seus recursos naturais, no entanto, adaptado para permitir a presença humana (ALLEGRETTI, 2008). Foi a reação em conjunto das comunidades afetadas, principalmente os seringueiros, com os movimentos ambientalistas, nacional e internacionalmente (MACIEL, 2003).

A Resex representa, portanto, um tipo criativo de solução para as comunidades, consolidando uma experiência de conservação com presença humana, superando dilemas de implantação de políticas ambientais (CAVALCANTI, 2002).

O êxito do movimento dos seringueiros que, articulados por partidos políticos, mas não dirigidos por eles, construíram alianças com vários setores da sociedade, sensibilizando a opinião pública e viabilizando suas aspirações (ALLEGRETTI, 1997; ALLEGRETTI, 2002).

Segundo Siena et al, (2011), atualmente os moradores das reservas exploram açaí nativo, a castanha-da-Amazônia, o óleo da copaíba, látex e babaçu, no entanto, possuem, em boa parte, baixo valor agregado levando os produtores a enfrentar a concorrência competitiva de outros produtos, principalmente em termos de custo, qualidade e entrega. Há forte potencial de mercado da biodiversidade contida nas florestas, várzeas, cerrados e rios amazônicos, que possuem

diversificadas espécies de plantas superiores, com um potencial para uso medicinal, cosmético ou como bioinseticida e espécies de frutas comestíveis, além da rica fauna silvestre.

Na atual conjuntura, produtos florestais não madeireiros, comercializados ou não, são indispensáveis para a sobrevivência da população rural tradicional ou agroextrativista, que exige pouca renda monetária e é responsável pela gestão dos territórios. Os produtos naturais existentes atendem o autoconsumo, mercado interno e o externo, nesta ordem de importância, com tendência à mercantilização crescente e âmbito geográfico cada vez maior.

Segundo o autor, os principais produtos florestais utilizados para auto consumo alimentar nas Resex são: açaí, araçá, araticum, babaçu, bacaba, bacuri, biribá, buriti, buritirana, cacau, caju, camucamu, cupuaçu, graviola, jambo, jenipapo, manga, mangaba, murici, pequi, pitanga, pupunha, uxi. Embora nenhum deles tenha valor de produção elevado, a amplitude do conjunto expressa sua importância. Os produtos de uso medicinal incluem andiroba, copaíba e outras plantas. Esses produtos também são vendidos em mercados locais e regionais. Outros produtos florestais são utilizados localmente como fonte de combustível, material de construção, como no caso das palmeiras e matéria-prima para bens de consumo não mercantis.

Conforme apontado por Siena et al (2011), alguns produtos florestais estão sendo comercializados em mercados nacionais, tais como o açaí, o guaraná, as frutas tropicais (em forma de polpas, doces e sorvetes), o palmito (pupunha e açaí), diversos fitoterápicos e fitocosméticos, o couro vegetal, o artesanato de capim dourado e o artesanato indígena.

A biodiversidade ainda pode ser aproveitada indiretamente para a produção animal. A apicultura, que depende de floradas e água limpa e não tolera queimadas, está se mostrando uma forma excepcional de combinar a geração de renda e a conservação de ecossistemas amazônicos. Na mesma linha, o manejo da fauna silvestre em sistemas extensivos ou semiextensivos aproveita a biodiversidade na forma de pasto apícola ou de forragem fornecida pela natureza para animais, tais como catetos, queixadas, capivaras e emas, cujas carnes estão chegando a

restaurantes, churrascarias e supermercados. Muitos produtos da floresta implicam criatividade artística. As populações tradicionais e indígenas da Amazônia produzem grande variedade de artesanato e peças de arte (SIENA et al,2011), como as bijóias produzidas com cipós e sementes retirados da floresta.

À medida que aproveitam resíduos, os pequenos objetos de madeira vendidos localmente ou para turistas seguem a mesma lógica dos produtos não madeireiros. Observa-se que muitos produtos florestais não madeireiros estão intimamente ligados à identidade regional ou a grupos específicos, com destaque para o artesanato indígena. Não se trata de *commodities*, mas de produtos com identidades socioambientais específicas.

Todos esses produtos têm o envolvimento das famílias rurais, as quais dedicam-se principalmente à agricultura. Apenas raramente elas estão dedicadas exclusivamente à extração ou ao beneficiamento dos produtos florestais que fazem parte de sistemas de produção diversificados, baseados na produção agrícola e na criação de animais.

A produção agropecuária familiar-policultural, mescla-se com as atividades extrativistas, obedecendo em grande parte à mesma lógica de diversificação. Embora os extrativistas clássicos, os seringueiros, não tenham praticado a agricultura ou a criação enquanto estavam presos ao sistema de aviamento, atualmente todos os extrativistas são agricultores familiares. Praticamente todos os pescadores artesanais também possuem suas plantações e criações.

Assim, para retratar melhor a complexa realidade amazônica, fala-se atualmente em “agroextrativismo” em vez de “extrativismo”. As atividades extrativistas quase sempre são elementos complementares em sistemas diversificados de produção familiar. Por outro lado, os sistemas agroflorestais, que incorporam culturas permanentes arbóreas, portanto não extrativistas, podem fazer parte dos sistemas de produção familiares-policulturais.

Em termos regionais, segundo o autor, os produtos florestais não madeireiros estão amplamente difundidos em toda a Amazônia Legal, especialmente no que diz respeito ao autoconsumo. Até o momento, a inserção no mercado se dá

principalmente no Arco do Povoamento Adensado⁴, exceto quando o produto está restrito à ocorrências localizadas.

Embora alcancem nichos de mercado pouco significativos nos agregados nacionais, estes nichos podem garantir escala suficiente para prover meios de vida sustentáveis compatíveis com a diversidade socioambiental amazônica. Os benefícios devem ser vistos não apenas em volumes financeiros, mas também em termos do número de famílias beneficiadas e do território que ocupam, que na Amazônia é muito superior a outras regiões.

Além da agroindústria, tratada mais adiante, existe e pode crescer a indústria florestal não madeireira, abrangendo desde o beneficiamento primário da matéria-prima, até a elaboração de produtos finos acabados como a jarina, o couro vegetal, os fitoterápicos e os fitocosméticos. Essa bioindústria depende de tecnologia de diversos níveis, desde o mais alto - molecular, até tecnologia de produção, passando pelo nível intermediário de inventários e estudos biológicos. A Amazônia dispõe de alguns laboratórios e conhecimentos etnobotânicos e etnofarmacológicos, ao lado de saberes tácitos de milhares de pequenos coletores e fabricantes, mas faltam mecanismos apropriados de desenvolvimento e difusão tecnológica.

Os métodos e escalas de produção, além da logística de matérias-primas e dos métodos de gestão, estão começando a se adequar ao mercado nacional e externo. Existem alguns arranjos produtivos locais incipientes, a exemplo da borracha, da castanha e do pólo moveleiro no vale do Acre, que permitem a difusão de serviços relacionados e a sinergia de vocações territoriais ou sociais.

As diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira (BRASIL, 2008) indicam maneiras de dar maior escala ao potencial de produtos naturais, sem prejuízo da propriedade dos conhecimentos tradicionais, para que ultrapassem experiências locais e disseminem práticas de uso sustentável dos recursos naturais. Além de outras formas de exploração como a madeira e agricultura.

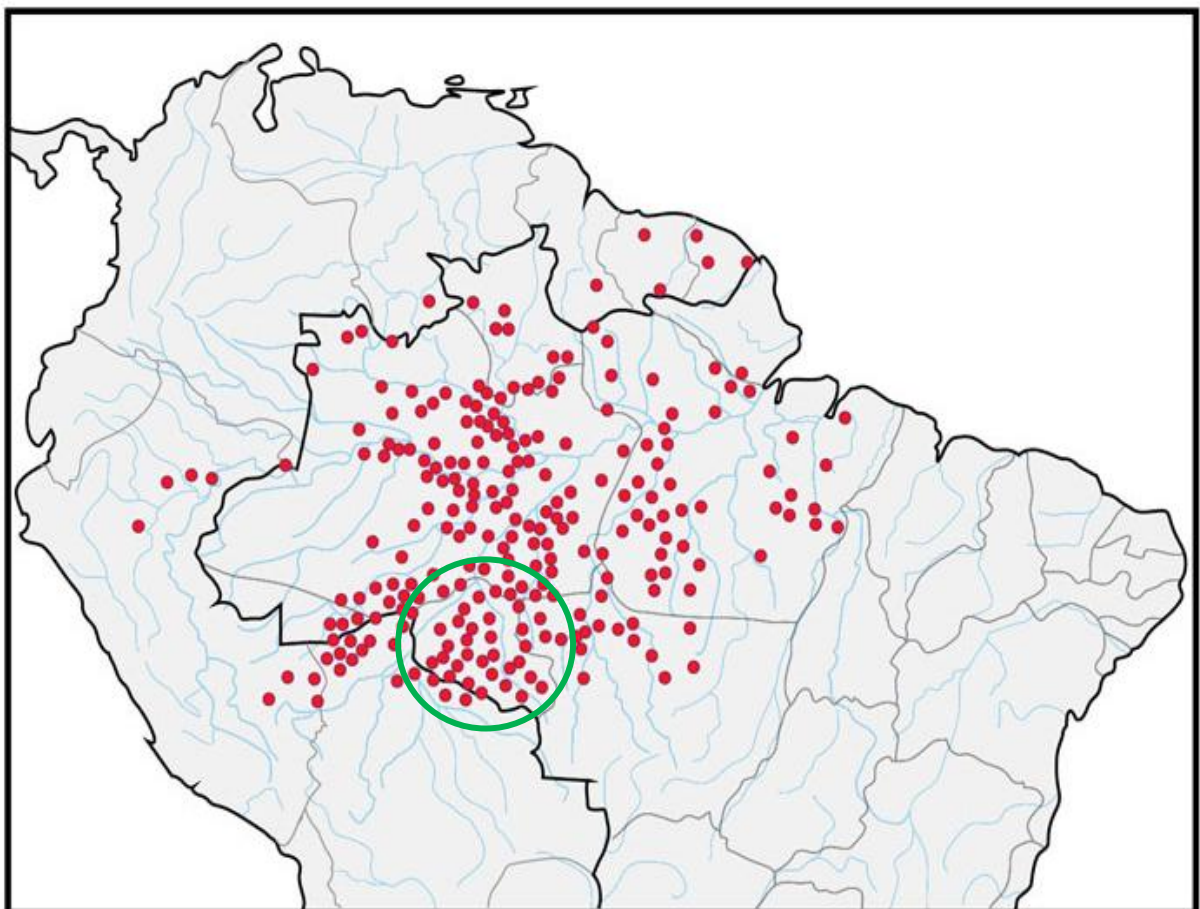
⁴ Corresponde aos Estados do Mato Grosso, de Rondônia e do Tocantins, e as partes do Sudeste e do Nordeste do Pará, do Sudeste do Acre e do Sul do Amapá.

3.1.1 Principais produtos extrativistas na Amazônia (Rondônia)

Castanha-do-Brasil, conhecida, também como Castanha-do-Pará - nome científico: *bertolletia excelsa* é uma espécie nativa dos bosques altos nas zonas alagáveis da Amazônia brasileira, boliviana e peruana. Ocorre também em estado silvestre na Amazônia colombiana, venezuelana e nas Guianas.

No Brasil, são encontradas, principalmente, nas regiões do Vale do Papagaio (Mato Grosso), nos rios Madeira, Purus, Negro e Alto Amazonas (no Amazonas) e nos Estados do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima. No Estado do Amazonas, a zona de maior produção é a do rio Solimões, seguida do rio Madeira. O fruto é conhecido popularmente como “ouriço” e tem formato de cápsula esférica. Dentro desta cápsula há uma média de 18 a 24 sementes que vão de 04 a 07 centímetros no fruto já bem seco e cada um pode pesar de 200, a 02 kg e medir de 10 cm a 25 cm de comprimento.

Figura 02 – Distribuição da produção de castanhais na Amazônia - Rondônia.



Fonte: Adaptado de Nogueira (2012).

Na Figura 02 destaque-se, na cor verde a produção de castanha no Estado de Rondônia.

Em muitos lugares, a população espera que os ouriços caiam para iniciar sua coleta. Após a colheita, os ouriços são quebrados para a extração das sementes (amêndoas). Depois da extração as amêndoas são lavadas com água comum eliminando-se aquelas que tenham sido danificadas durante a quebra dos ouriços. Até o momento da comercialização elas são mantidas em locais bem arejados. No barraco, o armazenamento dos frutos é feito sobre palhas de babaçu e protegidos do sol.

Quanto ao uso e comercialização, o potencial da castanha é muito elevado. O leite da castanha, obtido a partir de amêndoas frescas e trituradas, é utilizado como ingrediente em pratos típicos regionais e no tratamento de manchas da pele.

O óleo, extraído de amêndoas da castanha desidratada pode ser usado como lubrificante e na fabricação de sabonetes e cosméticos.

O resíduo resultante da extração do óleo produz uma farinha rica em proteínas, que pode ser adicionada à farinha de trigo na fabricação de pão. Pode, também, servir como ingrediente na industrialização de rações ou como componente alimentício da dieta de animais. (PORTAL DO EXTRATIVISMO, 2009).

Seringueira- nome científico: *hevea brasiliensis*, *Hevea benthamiana*, *Hevea guianensis*, *Hevea spruceana*, *Hevea pauciflora*, *Hevea camporum*, *Hevea rigidifolia*, *Hevea paludosa*, *Hevea nítida*, *Hevea microphilla* e *Hevea camargoana*. As espécies variam muito quanto ao porte, desde arbustos de dois metros a árvores que chegam até 50 metros. São geralmente encontradas em áreas de várzea, terra firme e igapós.

A característica da seringueira de ser explorada como um produto extrativista prevaleceu até o início da década de 1980, quando os seringais nativos ainda mantinham suas estruturas e algum nível de organização para participar do mercado. Com a crise do petróleo de 1973, a perspectiva da borracha natural de competir com a sintética motivou vários produtores, entre eles o Brasil, a

desenvolverem políticas mais agressivas em relação à produção da borracha natural. Nessa época, embora a maior parte da produção de borracha viesse dos seringais naturais, já se observava que 25% da produção eram de seringais de cultivo.

Embora muito se fale a respeito do potencial extrativo da Região Amazônica, há de se ter cuidado, pois a exploração exagerada de qualquer produto pode atrapalhar a sustentabilidade florestal, o que comprometeria as possibilidades de comercialização, já que a atividade não se sustentaria.

Açaí - nome científico: *euterpe olerácea*. É uma espécie nativa da Amazônia oriental. Tem como centro de dispersão o Estado do Pará. É uma vegetação predominante nas áreas alagáveis e várzeas do estuário amazônico. A polpa do fruto é usada basicamente para o preparo de sucos, sorvetes e fabricação de licores. A polpa do açaí é um alimento essencialmente energético, com valor calórico e conteúdo de lipídeos superior ao do leite bovino cru e equivalente quanto ao teor de proteínas. A polpa também é rica em cálcio, sendo as concentrações de ferro e fósforo semelhantes às do leite bovino (PORTAL DO EXTRATIVISTA, 2009).

A mandioca, banana, melancia, milho e feijão também são produtos da agricultura regional que merecem destaque. Da mandioca é produzida a farinha, que compõe a base da alimentação nas comunidades e é também o principal produto comercializado.

3.2 Movimentos extrativistas Rondônia-Acre e suas implicações nas Reservas Extrativistas

A Questão do Acre, como ficou conhecida, encerrou-se em 17 de novembro de 1903. Este conflito se devia à disputa em torno desse território fronteiriço entre Bolívia e Brasil, cuja posse era requerida por bolivianos que tinham o apoio norte-americano, mas que os brasileiros consideravam como parte de seu território. A questão foi resolvida em 1903, após uma rebelião feita com o apoio dos governos do Amazonas e do Pará e membros do Congresso Nacional, liderada por José Plácido de Castro, em 1902. Findou-se com a assinatura do Tratado de Petrópolis, que afirmava que o território era pertencente ao Brasil (SANTANA, 2007).

Esse Tratado, como apontado pelo autor, foi ratificado pelo governo boliviano em 24 de dezembro de 1903 e foi aprovado pelo Congresso Brasileiro em 12 de Abril de 1904. Pelo Tratado, o Brasil, em troca do Acre, realizou o pagamento de dois milhões de libras esterlinas à Bolívia e firmou o compromisso de construir em território brasileiro uma estrada de ferro, de interesse vital para a região, ligando Santo Antônio, no rio Madeira à Vila-Bela, na confluência do rio Beni com o Mamoré, surgindo a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (MEIRA, 1964), que também ficou conhecida, mais tarde, como a Ferrovia da Morte. O Acre foi, então, integrado ao Brasil, após o Tratado, como território, sendo, em 15 de junho de 1920, elevado à categoria de Estado, o primeiro a ser governado por uma mulher, a professora Yolanda Fleming (1986-1987).

A construção dessa ferrovia, entretanto, deve ser analisada dentro de um processo de expansão do capitalismo internacional, tanto inglês quanto norte-americano. A Inglaterra procurou expandir no mercado a tecnologia do trem e o motor a vapor. Os interesses norte-americanos se davam não apenas pela tentativa de posse da terra, mas também pelo setor empresarial (ANDRADE, 2001).

O autor ressalta que o apoio norte-americano se devia ao fato de que na época (final do século XIX) o governo de La Paz, reconhecendo a sua incapacidade para assegurar seu domínio naquela região, resolvera arrendá-la a um sindicato anglo-norte-americano, interessado na indústria da borracha para amparar sua posse e sua conservação sob o domínio da República (TOCANTINS, 1973).

Allegretti (1989, p. 144), nos fala sobre o nascimento do movimento extrativista:

O movimento dos seringueiros do Acre nasce no lugar onde a nova estrada Porto-Velho-Rio Branco encontra o rio. Os patrões vendem suas terras, que se transformam em loteamento ou em grandes fazendas de gado. Os seringueiros são privados e esquecidos em transações que se concretizam no recuo da floresta em face das motosserras e da especulação fundiária. Chico Mendes, seringueiro e militante sindical, cria o Conselho Nacional dos Seringueiros, que luta pelo reconhecimento dos direitos dos trabalhadores do extrativismo e pela implantação de uma reforma agrária.

A autora afirma que foram os seringueiros autônomos de Rio Branco, Xapuri e Brasília, os primeiros a saírem em defesa do extrativismo, organizando-se a partir

de 1976, para impedir novos desmatamentos de áreas extrativistas, nos chamados “empates” que se estenderam no Acre e em estados como Amazonas e Pará. Vale ressaltar que os empates não ocorriam, em princípio, por questões ambientais ou ecológicas, mas porque essas populações tinham na floresta sua fonte de subsistência, eis sua maior razão para impedir o desmatamento.

Então, com a morte, em 1978, de Wilson de Souza Pinheiro, em Brasiléia e depois com a morte de Chico Mendes em Xapuri, no ano de 1988, ambos presidentes do Sindicato de Trabalhadores Rurais de seus respectivos municípios, os conflitos entre seringueiros e fazendeiros chamaram a atenção da opinião pública. O governo começou a refletir sobre o extrativismo apenas em 1982, quando, no Acre o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e a SUDHEVEA (Superintendência da Borracha) se encontraram para estudar o impacto causado pelos projetos de colonização, os chamados Assentamentos Dirigidos sobre as colocações (unidades de produção, formadas pela dispersão natural das seringueiras na floresta) de seringueiros, pois os retângulos criados pelo INCRA para assentar colonos cortavam e desmembravam as colocações dos seringueiros, o que desestruturava os esforços da SUDHEVEA para aumentar a produção de borracha (RUEDA, 2006).

Com a participação dos extrativistas de Rio Branco, Brasiléia e Xapuri, chegou-se à conclusão de que o interessante não era a posse individual de uma parcela da floresta, mas manter sua capacidade produtiva e a melhor forma não seria desmembrar a terra em pedaços simétricos e regulares, mas assegurar a permanência da família em suas colocações, exercendo o extrativismo. (ALLEGRETTI, 2002).

A SUDHEVEA e o INCRA propuseram, então a Concessão Real de Uso do seringal aos seus moradores. Para iniciar, foram propostas duas experiências: o projeto Boa Esperança, em Sena Madureira e Santa Quitéria em Brasiléia, mas devido a questões administrativas, não deram certo (RUEDA, 2006).

Conforme Allegretti (2002), em 1985 é criado o CNS (Conselho Nacional dos Seringueiros) para canalizar as reivindicações dos seringueiros e como continuassem as pressões nacionais e internacionais pela preservação das

florestas, começaram a defender a criação de reservas extrativistas como forma de Reforma Agrária para os extrativistas.

Em 1985, os seringueiros reunidos em Brasília, no primeiro Encontro Nacional, solicitaram que acabasse a colonização dos seringais e fosse mantida a concessão e, com ela, o extrativismo. Solucionar-se-ia assim, a questão fundiária e haveria maior proteção da floresta contra desmatamentos e expansão agrária. Esse Encontro é o marco histórico para a oficialização do pedido de criação das “Reservas Extrativistas”. A idéia foi muito debatida pelos participantes que provinham de diferentes regiões, principalmente da Amazônia (RUEDA, 2006).

Rueda (2006) salienta o fato de que, em 1985, o Brasil estava lançando o Plano Nacional de Reforma Agrária e que as propostas de criação das reservas se apresentavam como a reforma agrária para os extrativistas, à medida que sua criação deveria ser uma forma de reconhecer os direitos à terra daqueles que nelas trabalhavam e viviam há muitos anos. O autor conclui que as reservas extrativistas foram, historicamente, uma proposta no espírito da reforma agrária, isto é, para que a terra cumpra sua função social. Outra questão seria a proteção ao meio ambiente, essencial para se manter o extrativismo da borracha. A partir do Primeiro Encontro de Seringueiros, o INCRA teria passado de novo a se preocupar com a questão e através da Portaria nº 627, de 30 de julho de 1987, incorporava a reserva extrativista ao Plano Nacional de Reforma Agrária, através da criação do Projeto de Assentamento Extrativista (PAE), “destinado à exploração de áreas dotadas de seringais extrativos através de atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações que ocupam ou venham a ocupar as mencionadas áreas” (SANTANA, 2007), e, com esse ato, o INCRA incorporava as reservas extrativistas, sob o nome de PAE, ao Programa Nacional de Reforma Agrária.

3.3 A Participação do Estado nas Atividades Extrativistas na Amazônia e em Rondônia - Programas do Governo Federal

As políticas públicas federais voltadas para o desenvolvimento da Amazônia brasileira, desde meados dos anos de 1960, caracterizam-se por viés autoritário e centralizador (MDA, 2006). Os governos estaduais e municipais, assim como a

sociedade civil regional, foram pouco consultados ou instados a participar dos processos de tomada de decisão sobre políticas públicas regionais. Como resultado, estas políticas tornadas inquestionáveis, tanto pelo clima político vigente quanto pela aura de racionalidade técnica emanada das doutrinas clássicas de planejamento, foram implantadas em contextos de baixa legitimidade política e tênue base institucional, com resultados insatisfatórios (MDA, 2006).

Em geral, tais políticas de desenvolvimento se resumiam a ações de indução passiva de investimentos por grandes empresas, a exemplo dos incentivos fiscais e creditícios da antiga Sudam e do Banco da Amazônia (BASA), ou a investimentos em grandes estradas em face da demanda de outras regiões do Brasil pela apropriação do rico capital natural da Amazônia (madeira, minério e outros produtos extrativos). Tanto a atração de capitais voltados à transformação modernizadora da economia regional quanto à imigração espontânea, na esteira das novas estradas e cidades, resultou na multiplicação de expectativas contraditórias de controle sobre recursos naturais, subitamente abertos à apropriação.

Tal posição contrastava com a fragilidade, ou mesmo ausência, de uma estrutura de regulação adequada. A presença do governo federal era, em geral, incipiente. Quando presentes, as instituições federais eram, não raro, capturadas por grupos dominantes, o que acirrava a grave crise de legitimidade.

Governos estaduais e municipais não dispunham nem da autoridade política e nem dos meios para estruturarem as demandas conflitantes nos limites do marco legal e no âmbito da negociação política. O nível de organização da sociedade era baixo e as regras e convenções, cruciais ao diálogo e à solução pacífica de conflitos, virtualmente inexistentes.

O resultado histórico desse modelo de planejamento regional é um quadro de antagonismos, permeado por episódios de violência, em que qualquer configuração de direitos de propriedade ou de acesso a recursos naturais é fortemente contestada.

Embora a luta pela terra, entre grandes proprietários e agricultores familiares sem-terra, seja a face mais visível dessa situação de conflagração crônica, nem de

longe é a única. Embates de mesma gênese ocorreram e ainda ocorrem, também na disputa por jazidas, no acesso a recursos pesqueiros, na destinação de recursos hídricos, na extração de madeira e, com crescente intensidade, na apropriação de recursos genéticos. Grandes proprietários, grileiros, migrantes sem-terra, especuladores, garimpeiros, empresas de mineração, populações tradicionais, pescadores artesanais, madeireiros e povos indígenas estão envolvidos em conflitos, latentes ou agudos, num movimento de permanente erosão da legitimidade das estruturas de propriedade e de direito de uso existentes e, mais importante, dos pressupostos essenciais ao diálogo e à formação de consensos (MDA, 2006).

A natureza contestada e conflituosa das relações entre grupos sociais na maior parte da Amazônia, herança do planejamento anterior é, talvez, o maior obstáculo à instituição de uma alternativa de desenvolvimento sustentável e integrado da região. Segundo Almeida (2012, p.63) assiste-se, hoje, à implementação de políticas de “reorganização de espaços e territórios”, salientando que tal fato “não constitui um produto mecânico da expansão gradual das trocas”, mas certamente “o efeito de uma ação de Estado deliberadamente protecionista, voltada para a reestruturação de mercados, disciplinando a comercialização da terra e dos recursos florestais e do subsolo”. Dessa forma, a insegurança em relação à integridade de territórios, direitos de exploração, ou mesmo em relação à propriedade da terra, induz a comportamento predatório no uso de recursos naturais e leva ao abandono de projetos alternativos de existência de populações tradicionais e agricultores familiares. É difícil conseguir os níveis de cooperação e de convergência de ações entre atores sociais que caracterizam as regiões economicamente dinâmicas e competitivas. A contínua geração de inovações, por exemplo, depende de intrincadas relações de cooperação ao longo das cadeias produtivas e na relação entre empresários, trabalhadores e governos, o que tende a não ocorrer em ambientes conflagrados, em que os custos de transação são extremamente elevados.

O MDA aponta que a promoção de arranjos produtivos locais é baseada em vantagem comparativa associada à diversidade, se ressentida da persistência de fraturas no tecido social. A experiência mostra que o sucesso de APLs está fortemente condicionado pela harmonia entre atores sociais relevantes, à medida

que requer a sinergia de ações no processo produtivo. Essa visão é secundada pelas mais recentes teorias de desenvolvimento, assim como por farta evidência empírica, que associam desenvolvimento, tanto com a formação de consensos entre grupos sociais quanto com a sinergia entre Estado e sociedade na construção de políticas públicas. Tal objetivo, comum a qualquer plano de desenvolvimento, é de importância ainda maior para a Amazônia, em função da herança de antagonismos e fragilidade institucional legada pelas políticas desenvolvimentistas do capitalismo industrial. Sua superação deverá ser, portanto, meta transversal de toda e qualquer política pública formulada e implementada no âmbito do Plano Amazônia Sustentável.

A geração de um modelo estruturado de desenvolvimento para a Amazônia, em harmonia com as diretrizes governamentais de crescimento econômico, inclusão social e sustentabilidade socioambiental, requer um processo de implementação do PAS orientado por um novo paradigma de planejamento.

O conceito de desenvolvimento almejado pelo PAS difere do conceito subjacente aos planos de desenvolvimento regional anteriores. O PAS reconhece, por exemplo, a importância do crescimento dos investimentos e do PIB regional para qualquer estratégia de desenvolvimento, mas não se limita a essa dimensão, uma vez que diferentes composições de produto e de investimento podem resultar em estruturas distintas de distribuição de renda, sustentabilidade política e social, geração de emprego e resposta às necessidades da maioria da população. Inclusive, vê o processo de desenvolvimento como fortemente dependente da construção de instituições adequadas e da mobilização de sinergias entre Estado e sociedade. Nesse sentido, o processo de implementação do PAS se propõe a redefinir o planejamento do desenvolvimento em novas bases.

Conforme Santana (2007, p.70), o processo de ocupação agrícola do Estado de Rondônia nos anos de 1970 foi executado pelo INCRA, inicialmente através de Projetos Integrados de Colonização (PIC) e dos Projetos de Assentamento Dirigido (PAD), e também dos projetos fundiários, criados para que a ocupação de Rondônia fosse feita de forma mais organizada.

Os PICs concediam aos colonos lotes de 50 a 100 hectares, com assistência técnica rural, além de abertura de estradas vicinais e coletoras; os PADs concediam lotes de 100 a 250 hectares, caracterizavam-se pela interferência parcial do governo e contemplavam pequenos e médios empresários rurais. Além desses projetos de assentamento e colonização, foram criados pelo INCRA quatro projetos fundiários: Alto Madeira, com sede em Porto Velho; Jaru-Ouro Preto, com sede na então vila de Rondônia, atual Ji-Paraná; Corumbiara, com sede em Pimenta-Bueno e Projeto Fundiário Guajará-Mirim, com sede no próprio município, onde foram desenvolvidas ações de regularização fundiária e de ordenação da ocupação espontânea que vinha ocorrendo em áreas não incluídas nos PADs e nos PICs. Santana (2007, p.70).

Segundo Santana (2007, p.61), se concebermos esses projetos que concediam a posse individual, no que diz respeito à questão ambiental, o desmatamento foi algo bastante visível, as terras ocupadas nestes projetos foram desmatadas (através da derrubada e queima da mata) para que houvesse a agricultura, condição exigida pelo INCRA para a fixação dessas pessoas nos lotes. Assim poderíamos imaginar que, se certas áreas não fossem destinadas à preservação a questão do desmatamento no Estado de Rondônia hoje estaria bem pior, o que torna as unidades de conservação, seja de uso direto ou indireto, uma alternativa desejável para esse modelo de desenvolvimento baseado prioritariamente na agricultura.

Além do mais, o Programa de Desenvolvimento da Região Noroeste do Brasil POLONOROESTE (1979- 1985) desenvolvido no Estado não incluía ações ambientais. Lembramos que as preocupações em torno de problemas ambientais, já vinham da Conferência de Estocolmo em 1972. O POLONOROESTE fracassou, entre as muitas razões, por não proteger o meio ambiente, nem as terras indígenas, porque muitos colonos assentaram-se em áreas de solo pobre e inapto para a agricultura e, em muitos casos, devido às péssimas condições de saúde e educação, falta de assistência, falta de acesso a crédito e sem condições para escoamento da produção muitos abandonaram ou venderam sua terra e foram para as cidades ou para outros estados, como o Acre (ARNT;SCHWARTZMAN,1989).

Fatos somados que deram origem, alguns anos mais tarde, ao Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia - PLANAFORO, que tinha entre suas prioridades o Zoneamento Socioeconômico-Ecológico a um custo de U\$ 20 milhões e a demarcação de todas as Unidades de Conservação, a um custo de U\$ 11 milhões. Vale ressaltar que o PLANAFORO veio substituir o POLONOROESTE- Programa de Desenvolvimento Integrado do Nordeste Brasileiro, que também foi financiado pelo do Banco Mundial, e que teve início em 1979, estando diretamente relacionado à pavimentação da rodovia Cuiabá-Porto Velho.

Segundo Santana (2007, p. 81), o projeto deveria ter sido acompanhado por uma ocupação ordenada na região de influência da BR-364, mas com o intenso processo migratório nas décadas de 1970 e 1980 e o desmatamento acelerado, mesmo com o financiamento do Banco Central, a infraestrutura, “ou a falta dela”, era inadequada para os projetos de assentamento, principalmente no que se refere à falta de escoamento da produção agrícola, à saúde e à educação, o que impediria a permanência dos trabalhadores no campo.

O POLONOROESTE teria contado com um orçamento inicial estimado em U\$ 1,55 bilhão, dos quais 50% foram destinados ao setor de transportes. Os componentes ambiental e indígena teriam recebido 2,5% e 1,4%, respectivamente. Até 1984, o Banco teria aprovado seis empréstimos de U\$ 443,4 milhões (ANDRADE, 2001).

Andrade (2001, p.53), enfatiza a aprovação do empréstimo para o PLANAFORO, após negociações com o Governo Federal e com o Banco Mundial, e aprovação pelo Senado da República. Foi feito o contrato de empréstimo em setembro de 1992, tendo como mutuário a União e como executores o Ministério do Planejamento e o Estado de Rondônia. Argumenta, ainda, que o PLANAFORO contou com um orçamento de U\$ 228,9 milhões, dos quais U\$ 167 milhões eram oriundos de empréstimo do Banco Mundial e o restante (61,9%) financiado pelos governos federal e estadual. Os principais beneficiários seriam 52.000 famílias de pequenos agricultores de baixa renda, 5.000 a 6.000 índios, 2.400 famílias de seringueiros, 900 famílias de pescadores e outros habitantes ribeirinhos. Santana (2007, p.81).

Em 1981 foi criado o Estado de Rondônia, pela Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro, ocupando 2,3 milhões de hectares. Antes essa região fazia parte do território do Mato Grosso. Depois foi demarcada, em 1943, como Território Federal do Guaporé, depois, em 1956, passou ser o Território Federal de Rondônia, em homenagem ao Marechal Candido Mariano da Silva Rondon, até finalmente tornar-se um Estado em 1981, com uma nova divisão que incorporou parte do Estado do Amazonas. (SANTANA, 2007, p.72).

O Estado de Rondônia tem uma dinâmica de desenvolvimento muito particular. Ali as populações - índios, quilombolas, seringueiros, ribeirinhos, mineradores, posseiros, grileiros, pequenos e grandes proprietários - foram construindo suas identidades num cenário marcado por conflitos. Por isso é necessário um estudo da história do local para compreendermos um pouco a realidade da região e da trajetória daqueles que são também sujeitos dessa história.

De 1984 a 1986, depois de asfaltada a BR-364, entraram em Rondônia cerca de 160 mil migrantes por ano. A área desmatada, cerca de 3% do estado em 1980, subiu para 17% em 1987 (ARNT; SCHWARTZMAN, 1989).

O Estado, no entanto, segundo Andrade (2001, p. 42) não ofereceu a estrutura adequada para esses assentados, o que gerou “evasão do campo para a cidade, invasões em terras indígenas e em Unidades de Conservação, queimadas desordenadas” e fez com que o próprio Banco procurasse estratégias para ordenar o Estado de Rondônia, através de um zoneamento sócio-econômico-ecológico, que possibilitasse “a racionalidade tanto da ocupação humana como da proteção ambiental, criando Unidades de Conservação de Uso Direto e Indireto” (ibid, p. 42).

Houve intenso aumento populacional, no período que vai de 1970 a 1990. A população passou de 110.000 habitantes em 1970 (início do processo de migração/colonização) para 503.000 em 1980, e para 1.130.000 em 1990. Dados do Censo realizado pelo IBGE em 2010 apontam em Rondônia um total de 1.562.409 habitantes. A taxa de crescimento atingiu 16,3% a a., contra 5,02% na Região Norte e 2,8% no Brasil. Na década de 80 cresceu 7,9% a.a., contra 5,19% da Região Norte e 1,93% do Brasil (RONDÔNIA/PLANAFLORO, 2000).

Essa forma de colonização gera o processo de desmatamento do estado, causado, muitas vezes, pela necessidade de sobrevivência das famílias que vinham principalmente, do Sul e do Nordeste. Assim houve um avanço sobre as áreas florestais, muitas transformadas em áreas agrícolas ou de pastagens. Áreas essas que muitas vezes já contavam com a presença de seringueiros. Em Rondônia, diferentemente do Acre, até 1988, a maioria dos seringueiros desconhecia suas possibilidades de participação na formulação e monitoramento de políticas públicas (CARVALHO, 1996).

A Associação dos Soldados da Borracha e Seringueiros Agroextrativistas de Ariquemes – ASBSAA promoveu o Primeiro Encontro dos Seringueiros de Rondônia em 1985, com o apoio da Secretaria Estadual de Promoção Social, objetivando preparar um grupo de seringueiros para participar do Primeiro Encontro Nacional de Seringueiros. Foi nesse Primeiro Encontro Estadual que se tratou pela primeira vez da figura da reserva extrativista como proposta para a reforma agrária para o seringueiro, a exemplo do que acontecia com a reserva indígena. Proposta essa que foi encaminhada por Mary Allegretti durante o Primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros. A partir desse Primeiro Encontro Nacional, novas associações foram se formando no estado, que resultaram na atual dinâmica de associações em nossos dias (CARVALHO, 1996).

A partir de 1990, são criadas no estado as reservas extrativistas como resultado do processo de expansão capitalista sobre a Região Amazônica, que faz com que a população local estando ameaçada, tenha de procurar alternativas para sobreviver à chegada de habitantes de outras regiões e, também, devido ao avanço do movimento ambientalista no Brasil para a Região Amazônica, principalmente no período posterior à década de 1980.

As reservas extrativistas são oriundas de antigos seringais desativados. Muitos patrões falidos após o 2º Ciclo da Borracha haviam abandonado os seringais, outros haviam vendido, outros ainda estavam sendo indenizados pelo INCRA, que estava fazendo o loteamento das áreas. O seringueiro ficou esquecido nessas transações. As reservas extrativistas criadas pretenderam garantir ao seringueiro o direito de continuar vivendo no mesmo espaço. Assim, no período que vai de 1986 a

1995, foram criadas por decreto 19 reservas estaduais, nos meses de julho e setembro de 1995 e o movimento ambientalista de Rondônia passou por três fases características, uma de crítica e denúncia ao processo de degradação do meio ambiente, do início da década de 1980 até final de 1991 quando da promulgação da Lei Complementar nº 52/01, de 20 de dezembro de 1991, na qual o Zoneamento Socioeconômico ecológico foi legitimado pela Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia; outra de postura normativa e burocrática em defesa incondicional do Zoneamento legalmente implantado, do início de 1992 até setembro de 1995, quando foi criada a maioria das reservas estaduais extrativistas; e uma terceira de uma política pragmática de resultados para a implantação das reservas extrativistas, de setembro de 1995 em diante (CARVALHO, 1996).

Com a criação das reservas também surge a idéia do ambientalismo de resultados, através do Programa de Apoio às Iniciativas Comunitárias – PAIC, para resgatar as conquistas, planos de manejo e utilização no entorno das Unidades de Conservação através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, para fiscalização, parcerias e convênios com o Governo (CARVALHO, 1996).

Para Santana (2007, p.76), a degradação ambiental, no entanto, continuou crescente e ainda nos dias atuais é causa de preocupações. De qualquer forma se as reservas estão no centro de vários debates é porque vão ao encontro de tendências dominantes que preconizam a privatização dos recursos naturais, opondo-se à forma geralmente predatória de exploração econômica que se instalou na Região Amazônica. As populações tradicionais têm o direito garantido de forma gratuita e coletivamente sobre a reserva e seu papel é importante no gerenciamento das mesmas. São de conhecimento geral que nas reservas extrativistas está permitida a exploração regular e a comercialização de alguns produtos naturais, pelas populações tradicionais. Cabe a essas comunidades observarem um plano de manejo estabelecido em associação com o IBAMA.

O funcionamento da reserva é regulado por uma relação contratual entre o poder público e as comunidades reconhecidas como guardiãs de um patrimônio natural (PINTON e ALBERTIN, 2000).

Uma resposta dada pelo Estado, tendo em vista a crescente migração e tentando preservar suas áreas de cobertura natural, foi a criação de Unidades de Conservação de Diversos Tipos, o Estado detém Unidades de Conservação de uso direto e indireto, das diversas categorias, sendo Parques, Reservas Biológicas, Estações Ecológicas, Florestas Estaduais e Florestas Nacionais, Reservas Indígenas e Reservas Extrativistas (RONDÔNIA/PLANAFORO, 2000).

O Zoneamento é um instrumento que tem por objetivo a divisão de uma unidade geográfica em áreas homogêneas, visando ordenar a ocupação desse espaço territorial e indicar políticas públicas e ações governamentais adequadas. Ao ser aplicado sobre uma realidade inamovível, tratou-se de salvaguardar, dentro dessa mesma realidade, o ordenamento territorial, a exploração e o manejo sustentado e recuperação e proteção ambientais. Levou-se em conta a ideia de proteção por propriedade e o preceito de preservação global, sem deixar de considerar que em determinada região do estado, ao longo da BR-364, a manutenção dos 50% da cobertura vegetal se mostrou irreal diante do avanço das áreas cultivadas.

O PLANAFORO, executado mediante contrato de empréstimo nº 3444/BR com o BIRD, teve seu início em 01/01/1991 e término em 30/09/2002 e seu objetivo era “viabilizar a ocupação econômica e autossustentada do Estado de Rondônia, por meio da melhoria da qualidade de vida dos produtores rurais e do manejo adequado dos recursos naturais” (MPOG, 2002, p. 44). No entanto, a criação de um elevado número de UCs em um curto prazo ocasionou uma série de problemas, tais como: a demarcação inadequada de certas áreas, ausência de diretrizes básicas e falta de aparelhamento institucional, entre outros (AGRA, 2004).

Em 1991, com a criação da Organização dos Seringueiros de Rondônia – OSR, bem como outras associações envolvendo os municípios com seringais, novo impulso passa a ser dado, visto terem como objetivo principal a garantia da criação de Resex. Dessa forma, um mapeamento foi realizado no período de 1991-1994 com objetivo de identificar as áreas propícias, nas quais já havia presença de famílias seringalistas (MOREIRA, 2010). No entanto, a influência de organismos internacionais foi decisiva a partir da exigência de criação de Unidades de

Conservação como requisito para aprovação ou continuidade de financiamentos para projetos a partir da década de 1980 (SIENA; FACHINELO e MAIA, 2010).

Os conflitos tiveram importância para criação das Unidades de Conservação, bem como os programas de incentivo ao desenvolvimento criado pelo governo.

4 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC) NA AMAZÔNIA E RESERVAS EXTRATIVISTAS EM RONDÔNIA

Neste capítulo faz um breve histórico sobre reservas extrativistas na Amazônia legal, mapeando as reservas extrativistas em Rondônia, fazendo uma caracterização das 21 reservas extrativistas, por meio de documentos e mapas. Foi feito um levantamento das Resex: número do decreto, área e data de publicação no Diário Oficial.

4.1 Unidades de Conservação UCs

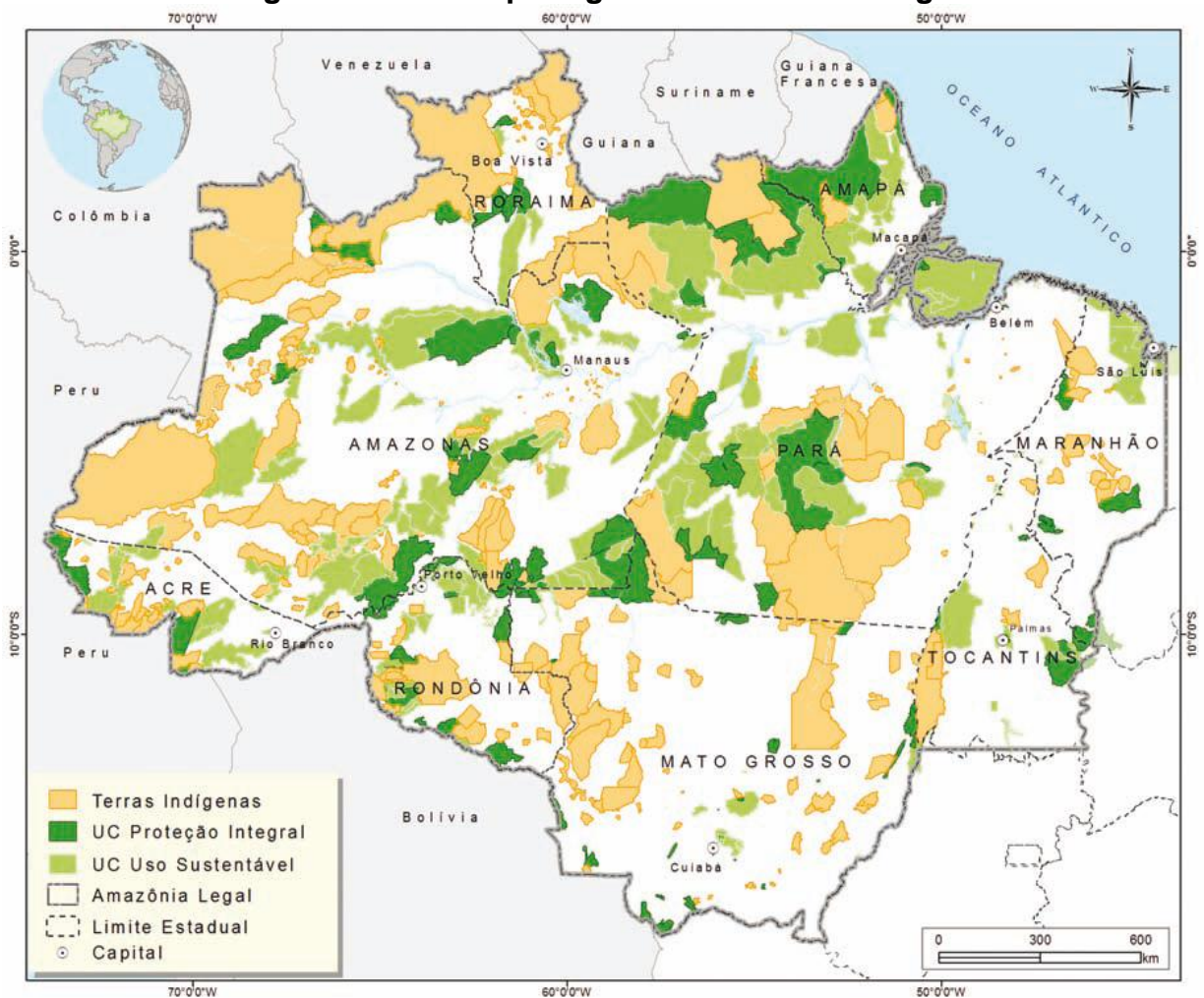
As Unidades de Conservação-UCs, são áreas instituídas e geridas pelo poder público federal, estadual ou municipal. De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC – Lei nº 9.985/2000), são definidas como espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. As UCs podem ser classificadas em dois grupos: de Proteção Integral e de Uso Sustentável. Por sua vez, cada grupo é subclassificado em diversas categorias, de acordo com o grau e o tipo de restrição de uso (IMAZON, 2011, p. 11).

As UCs de Uso Sustentável são aquelas destinadas tanto à conservação da biodiversidade como à extração racional dos recursos naturais. Nessas Unidades são permitidos o turismo, a educação ambiental e a extração de produtos florestais madeireiros e não madeireiros, com base no manejo sustentável e de acordo com o plano de manejo da unidade. As populações denominadas tradicionais podem permanecer em seu interior, desde que realizem atividades sob regime de manejo, de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável (SNUC, 2002, p. 19). As categorias desse grupo são: Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico-ARIE, Floresta Nacional/Estadual (Flona/ Flota), Reserva Extrativista-Resex, Reserva da Fauna-RF, Reserva de Desenvolvimento Sustentável-RDS, Reserva Particular do Patrimônio Natural-RPPN (IMAZON, 2011).

As Unidades de Conservação e os Territórios de Ocupação Tradicional (Terras Indígenas ou Territórios Remanescentes de Quilombo) são os grupos de Áreas Protegidas incluídos no PNAP, criado em 2006 (Brasil, 2006), em decorrência dos compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica–CDB e da Política Nacional da Biodiversidade–PNB, de 2002. O intuito do PNAP é orientar as ações para o estabelecimento de um sistema abrangente de Áreas Protegidas, ecologicamente representativo e efetivamente manejado, integrando áreas terrestres e marinhas, até 2015.

A Figura 03 dimensiona as Áreas Protegidas na Amazônia Legal em dezembro de 2010.

Figura 03 – Áreas protegidas na Amazônia Legal



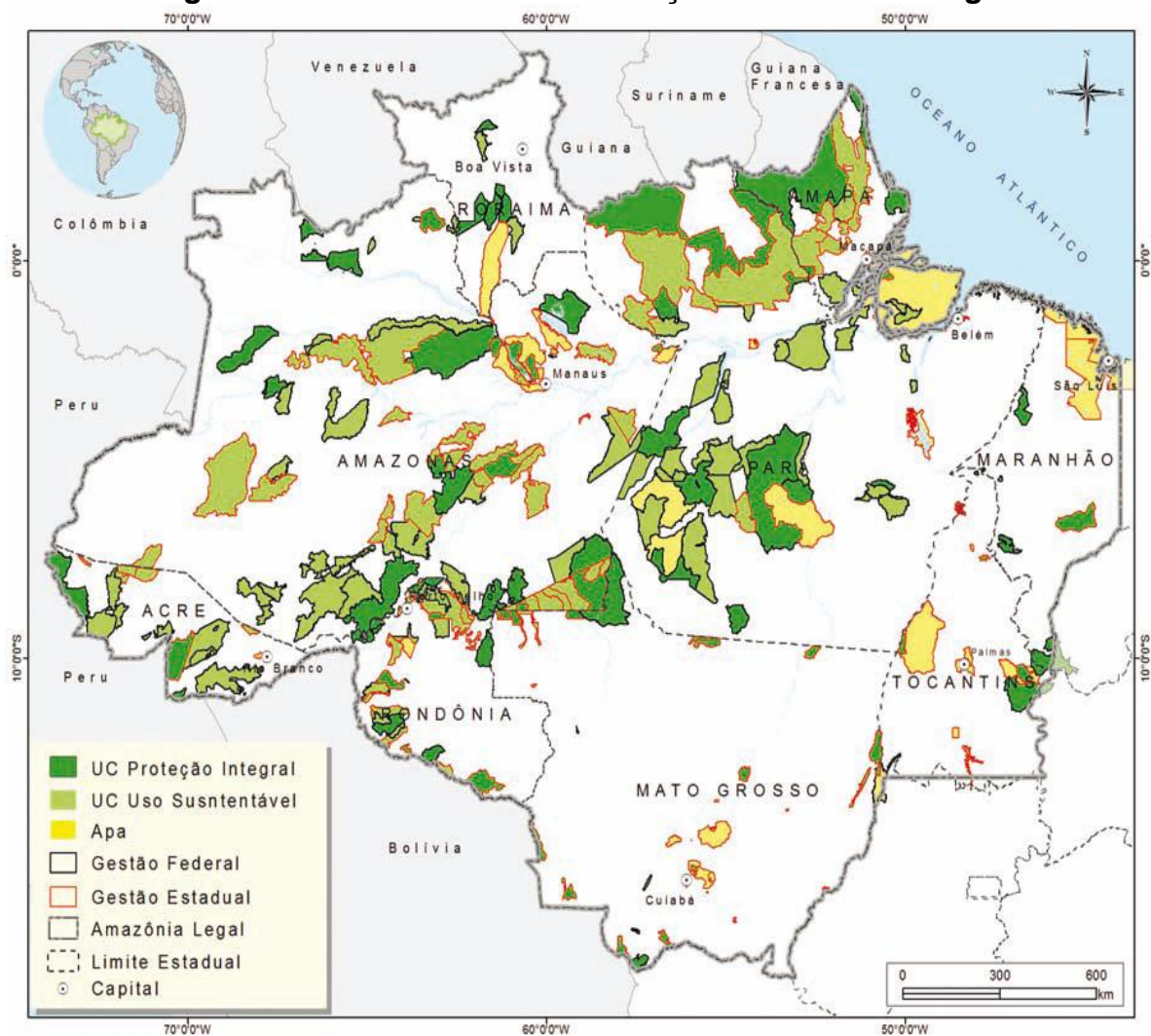
Fonte: IMAZON, 2011.

Segundo o estudo, há vários casos de sobreposição de áreas de Unidades de Conservação com Terras Indígenas ou com outras Unidades de Conservação

federais e/ou estaduais. A maior parte das sobreposições é anterior à regulamentação do SNUC e é resultado tanto da insuficiência de informações sobre as áreas previamente definidas quanto da demora no processo de reconhecimento das TIs. Em outros casos mais recentes, como no Parque Nacional (Parna) do Monte Roraima (RR), sobreposto à Terra Indígena Raposa Serra do Sol, a solução adotada pelo poder público foi dupla-afetação, ou seja, cabe ao ICMBio juntamente com a Funai a gestão da área sobreposta.

O estudo aponta que até dezembro de 2010, havia na Amazônia Legal um número de 307 Unidades de Conservação, totalizando 1.174.258 km², o que corresponde a 23,5% desse território, conforme demonstra o mapa abaixo.

Figura 04 – Unidades de Conservação na Amazônia Legal



Fonte: IMAZON, 2011.

Desse total, 196 eram de Uso Sustentável e 111 de Proteção Integral, administradas tanto pelo governo federal (132) como pelos governos estaduais (175). As Unidades Federais contabilizavam 610.510 km², sendo 314.036 km² de Proteção Integral e 296.474 km² de Uso Sustentável. As Unidades Estaduais somavam 563.748 km²: 129.952 km² de Proteção Integral e 433.796 km² de Uso Sustentável.

A criação da primeira Unidade de Conservação da Amazônia Legal, o Parque Nacional do Araguaia (TO) data de 1959. O parque abrangia toda a Ilha do Bananal, com 20.000 km². Alterações de limite posteriores reduziram a área da UC para 5.577 km², para excluir a sobreposição com o Parque Indígena do Araguaia. (VERÍSSIMO et al,2010). Em seguida, na década de 1960, foram criadas mais UCs, totalizando 8.820 km². Na década de 1970, a soma de UCs passou a ser 28.087 km² (IMAZON, 2011).

Até o final de 1984, essas áreas perfaziam cerca de 124.000 km², a grande maioria (90%) sob jurisdição federal. A partir de 1985, os estados da Amazônia Legal se engajaram no processo de criação de Unidades de Conservação. Entre 1990 e 1994, houve um aumento expressivo na criação de Unidades de Conservação estaduais. Isso ocorreu, especialmente, em Rondônia, graças às exigências do POLONOROESTE e do PLANAFLORO, dois programas de desenvolvimento sustentável financiados pelo Banco Mundial (MILLIKAN, 1998).

Segundo Verissimo (2011), de 1999 a 2002, o incremento da proteção voltou a se concentrar nas Unidades de Conservação Federais. Esta ação se deve, em grande parte, à estratégia do Governo Federal em ampliar as Áreas Protegidas na Amazônia para atender às metas de conservação da biodiversidade assumidas pelo Brasil no âmbito da Convenção de Diversidade Biológica (CDB). Essa estratégia teve seu ápice em 1999 por ocasião da realização do *Workshop* “Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios”, coordenado pelo ISA, IMAZON, Conservação Internacional (CI), Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), Instituto Sociedade População e Natureza (ISPN) e Instituto de Pesquisas Ambientais da Amazônia (IPAM) (CAPOBIANCO et al,2001). Esse Workshop contou com a presença de mais de 220 especialistas das áreas de

ciências biológicas e humanas, além de representantes da sociedade civil e dirigentes públicos.

Segundo IMAZON (2011), a partir de 2000, estudos feitos por instituições de pesquisas socioambientais, em parceria com os órgãos públicos, serviram de base para a criação de novas UCs. Entre os estudos podem ser citados aqueles que fundamentaram a criação de Flotas e Flonas, realizados pelo IMAZON a partir de 1998 (Veríssimo & Souza Júnior, 2000, Veríssimo *et al*,2000, Veríssimo *et al*,2002, Veríssimo *et al*,2006) e os levantamentos realizados a partir de 2003 cujo resultado foi a criação do mosaico de UCs da Terra do Meio (ISA e IPAM, 2003). Em termos de área, a maior quantidade de Unidades de Conservação – tanto federais quanto estaduais – foi criada entre 2003 e 2006, no período que coincide com a vigência do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa). Do total de Unidades de Conservação existentes em 2010, quase 40% foram estabelecidas neste período.

Segundo o autor, o governo federal protegeu mais de 200.000 km² em UCs, enquanto os governos estaduais somaram aproximadamente 287.000 km². Entre os estados, a maior contribuição veio do governo do Pará, com a proteção de 149.000 km², seguido do Amazonas, com 87.000 km².

A criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável foi estimulada por três diferentes motivos. Um deles é o fato da Unidade de Uso Sustentável permitir o uso econômico dos seus recursos, sendo sua criação e implementação politicamente mais aceitável por setores econômicos que uma Unidade de Proteção Integral, cujo uso e acesso são bastante restritos.

O aumento da pressão de movimentos sociais organizados, com o apoio de organizações não governamentais, em defesa das populações locais – sejam elas ribeirinhas, extrativistas, entre outras – também tem favorecido a criação de Resex e RDS com o intuito de garantir a permanência dessas populações na área que ocupam. Outro motivo refere-se à criação de Florestas Nacionais e Estaduais, fomentada por iniciativa governamental para viabilizar a exploração madeireira ordenada em áreas regularizadas do ponto de vista fundiário (SALOMÃO *et al*,2011).

A partir de 2003, o Governo Federal adotou a criação de Unidades de Conservação como estratégia para inibir o avanço do desmatamento e auxiliar a regularização fundiária em regiões críticas da Amazônia. Antes desse período, as Unidades de Conservação eram principalmente criadas em áreas remotas.

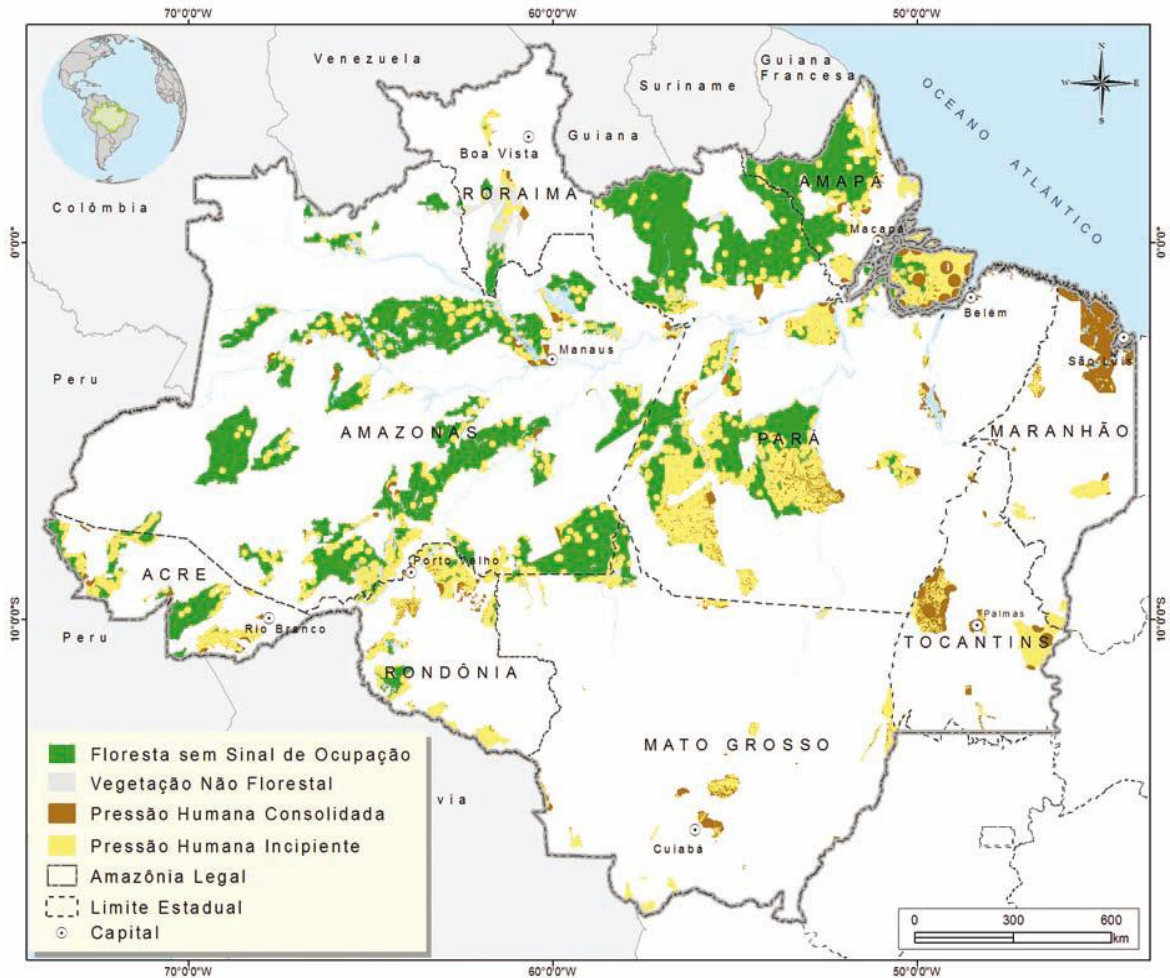
Aproximadamente 55% das UCs de Proteção Integral e 58% das UCs de Uso Sustentável federais, criadas entre 2003 e 2010 estavam situadas em regiões com consolidada (alta) ou incipiente (moderada) pressão humana. Segundo Barreto *et al.* (2005), as regiões de pressão humana consolidada são áreas desmatadas; zonas de influência urbana; áreas sob influência de assentamentos da reforma agrária; áreas de mineração, ou áreas sob influência de queimadas e incêndios (SALOMÃO *et al.*,2011).

Segundo o autor, a partir de 2003, a maioria das Unidades de Conservação estaduais foi criada em regiões remotas e, portanto, sob menor pressão humana. Apenas 14% das UCs de Proteção Integral estaduais criadas entre 2003 e 2010 localizavam-se em regiões de pressão humana consolidada ou incipiente. Com relação às UCs de Uso Sustentável criadas nesse período, a proporção situada em áreas sob pressão foi de 33%.

A criação de Unidades de Conservação em áreas sob baixa pressão humana também é relevante para proteger espécies endêmicas e ecossistemas frágeis; para ordenar o uso das terras antes da ocupação humana e, especialmente, para evitar ou combater a *pressão oculta* da grilagem de terras. A *pressão oculta*, por exemplo, foi uma das justificativas utilizadas para orientar a criação das Unidades de Conservação estaduais da calha norte do rio Amazonas (Pará) no final de 2006, o maior mosaico de Unidades de Conservação de florestas tropicais do mundo. (SALOMÃO *et al.*,2011).

A Figura 05 mostra a pressão humana na UCs.

Figura 05 – Pressão humana nas Unidades de Conservação da Amazônia



FONTE: IMAZON, 2011.

Como demonstrado no mapa, a pressão humana no Estado de Rondônia nesse período, foi identificada como elementar. No item a seguir busca-se contextualizar as Resex em Rondônia.

4.2 Contextualização das Reservas Extrativistas Estaduais do Estado de Rondônia

No Estado de Rondônia existem, atualmente, 25 Reservas Extrativistas, abrangendo uma área total de 1.705.257 hectares, ou 7,15% da superfície do Estado. Quatro Reservas Extrativistas são UCs federais (Rio Ouro Preto, Lago do Cuniã, Barreiro das Antas e Rio Cautário) que somam 738.173 hectares, e 21 reservas estaduais, que totalizam 967.084 hectares. Das áreas federais, a mais antiga é a Reserva Extrativista Rio Ouro Preto, criada em março de 1990 com

204.853 hectares, enquanto as mais recentes são as Resex Barreiro das Antas (107.234 ha) e Rio Cautário (73.8167 ha), ambas criadas em agosto de 2001 (GTA, 2008).

Conforme o estudo, todas as Resex estaduais foram criadas no contexto do zoneamento estadual e do Planaflo, sendo que 15 são áreas relativamente pequenas inseridas no Projeto de Assentamento Machadinho, que totalizam 65.304 hectares. Algumas áreas, como a Resex Estadual Rio Cautário sofreram atrasos de anos para serem criadas, em relação às previsões dos acordos contratuais do Planaflo, o que levou a perdas significativas de florestas.

Em lugares como o rio Candeias, nunca foram criadas Reservas Extrativistas, apesar das previsões da primeira aproximação do zoneamento e reivindicações de moradores locais, que acabaram sendo expulsos por grileiros, madeireiros, e posseiros. No caso da Resex Rio Preto-Jacundá, a área originalmente criada em 1989 como “Floresta Estadual Extrativista” (1.055.000) foi reduzida ilegalmente em 89% por decreto estadual em 1996, restando apenas 95,3 mil hectares²⁸. Tal redução foi respaldada pela lei da segunda aproximação do zoneamento (Lei Complementar no. 233/00).

No Estado de Rondônia, a situação atual de implementação das Reservas Extrativistas, tanto em nível federal como estadual, pode ser caracterizada como extremamente precária. Em contraste com as determinações da legislação federal e estadual, as Reservas Extrativistas ainda não foram dotadas de condições mínimas para cumprirem seus objetivos. Dentre as principais pendências de implementação das Resex, destacam-se: problemas de regularização fundiária, descumprimento de prazos e outras diretrizes (inclusive sobre a participação comunitária) na elaboração de planos de manejo das unidades; indefinições sobre a concessão de direito real de uso pelas populações tradicionais; falta de assistência técnica e outros incentivos para o manejo dos recursos naturais; alternativas econômicas sustentáveis; e precariedade de serviços básicos de educação, saúde e transporte. Relacionados a todos os problemas, persistem problemas crônicos de orçamento inadequado e escassez de recursos humanos capacitados entre os órgãos ambientais (GTA, 2008).

Nessas condições de abandono, a maioria das Reservas Extrativistas em Rondônia encontra-se cada vez mais descaracterizada por índices alarmantes de desmatamento, associado principalmente a invasões por grileiros, e outras contravenções que ocorrem dentro de seus limites e áreas de entorno (roubo de madeira, arrendamento e venda de “colocações”, exploração mineral, caça, pesca comercial etc.).

Segundo esse grupo de estudo a situação piora, visto que, as Reservas Extrativistas Estaduais estão sendo tratadas pelo Governo de Rondônia, empresários e políticos locais, como “florestas de produção”, aptas a responder à demanda da indústria madeireira itinerante. Planos de manejo para exploração madeireira (PMFs) são formulados, aprovados e implementados de forma irregular, para atender aos interesses de elites e não das comunidades. A exploração de mais de 30 mil metros cúbicos de madeira em cinco das 21 Reservas Extrativistas Estaduais já foi autorizada. Outras cinco já estão com seus planos protocolados.

Em 1988, com a primeira aproximação do Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado de Rondônia, foi definida a zona IV para a criação das Reservas Extrativistas.

A década de 1990 teve início com a pressão exercida por organizações sociais, entre elas a Organização dos Seringueiros de Rondônia-OSR, sobre o Governo do Estado de Rondônia para o processo de criação das Reservas Extrativistas Estaduais. Além disso, a criação de UCs fazia parte do compromisso para aprovação do PLANAFLORO.

A construção desses espaços coletivos tradicionais destinados às Resex se deu de forma semelhante em todo o Estado de Rondônia, priorizando locais onde existiam antigos seringais, como forma de garantir a permanência dessas populações, bem como seu modo de vida baseado no extrativismo vegetal e agricultura de subsistência.

O processo de criação seguiu as seguintes etapas: levantamento socioeconômico, levantamento cartorial e elaboração de memorial descritivo nas Unidades de Conservação. Definiu-se o tamanho das áreas, o município de localização e, por fim, a publicação no diário oficial do estado.

As Resex Estaduais estão localizadas nos seguintes municípios: Resex Rio Jaci-Paraná em Porto Velho, Buritys e Nova Mamoré, Resex Rio Pacaás Novos em Guajará- Mirim, Resex Rio Cautario e Currealinho em Costa Marques, Resex Pedras Negras em São Francisco do Guaporé, Resex Rio Preto Jacundá, Maracatiara, Castanheira, Roxinho, Mogno, Angelim, Ipê, Freijó, Massaranduba, Seringueiras, Garrote, Piquiá, Jatobá, Sucupira em Machadinho D'Oeste e Aquariquara, Itaúba no Vale do Anari.

O Quadro 02 mostra as 21 Resex localizadas no Estado de Rondônia, são apresentadas as informações oficiais sobre as Resex Estaduais.

Quadro 02 – Informações Oficiais das Resex Estaduais

Nº.	Resex	Decreto	D.O.E	Município	Área (ha)
01	Roxinho	7107	8/9/1995	Machadinho do Oeste	882,2142
02	Mogno	7099	8/9/1995	Machadinho do Oeste	2.450,1162
03	Angelim	7095	8/9/1995	Machadinho do Oeste e Cujubim.	8.923,2090
04	Ipê	7101	8/9/1995	Machadinho do Oeste	815,4633
05	Castanheira	7105	8/9/1995	Machadinho do Oeste	10.200,0000
06	Freijó	7097	8/9/1995	Machadinho do Oeste	600,3607
07	Massaranduba	7103	8/9/1995	Machadinho do Oeste	5.566,2166
08	Maracatiara	7096	8/9/1995	Machadinho do Oeste	9.503,1284
09	Seringueira	7108	8/9/1995	Machadinho do Oeste	537,4691
10	Garrote	7109	8/9/1995	Machadinho do Oeste	802,5166
11	Piquiá	7098	8/9/1995	Machadinho do Oeste	1.448,9203
12	Itaúba	7100	8/9/1995	Machadinho do Oeste	1.758,0759
13	Jatobá	7102	8/9/1995	Machadinho do Oeste	1.135,1793
14	Sucupira	7104	8/9/1995	Machadinho do Oeste	3.188,0291
15	Aquariquara	7106	8/9/1995	Vale do Anari/ Machadinho do Oeste	18.100,0000
16	Rio Preto Jacundá	7336	19/1/1996	Machadinho do Oeste e Cujubim	95.300,0000
17	Rio Cautário	7.028	08/08/95	Costa Marques e Guajará-Mirim	146.400,00
18	Pedras Negras	6.954	14/07/95	São Francisco do Guaporé e Alta Floresta do Oeste.	124.408,9756
19	Currealinho	6.952	14/07/95	Costa Marques	1.757,6564
20	Rio Pacaás Novos	6.953	19/07/95	Guajará – Mirim	342.903,5029
21	Rio Jaci – Paraná	7.335	17/01/96	Porto Velho, Nova Mamoré e Buritys.	191.324,3118

Fonte: Elaborado pela autora, 2012.

Conforme demonstrado no Quadro 02, a maioria das Resex foram criadas no ano de 1995.

4.3 Resex Localizadas nos Municípios de Machadinho do Oeste e Vale do Anari

Toda a região que hoje corresponde aos municípios de Machadinho do Oeste Vale do Anari formava um grande seringal, pertencente ao seringalista Joaquim Pereira da Rocha.

No ano de 1994, foi feito um levantamento socioeconômico para a criação da Resex Rio Preto Jacundá, apontando 612.000 ha com áreas próprias para a prática extrativista. No mesmo ano, o levantamento cartorial apontou a área de 68.000 ha correspondente a terras públicas. Nessa área, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária–INCRA, criou projetos de assentamentos rurais: Tabajara, Tabajara II e Lajes.

Em 17 de janeiro de 1996 foi demarcada a área com 115.000 ha, entretanto, 21.000 ha foram considerados como área privada, onde, no passado, funcionavam os seringais de Jatuarana e Vera Cruz. Esses seringais possuíam grande potencial de extração de látex.

De acordo com o decreto de criação, a Reserva Extrativista Rio Preto Jacundá possui 95.000 ha. Destes, 27.000 ha são de Títulos de Posse pertencentes a ex-soldados da borracha, problema fundiário que permanece até os dias atuais.

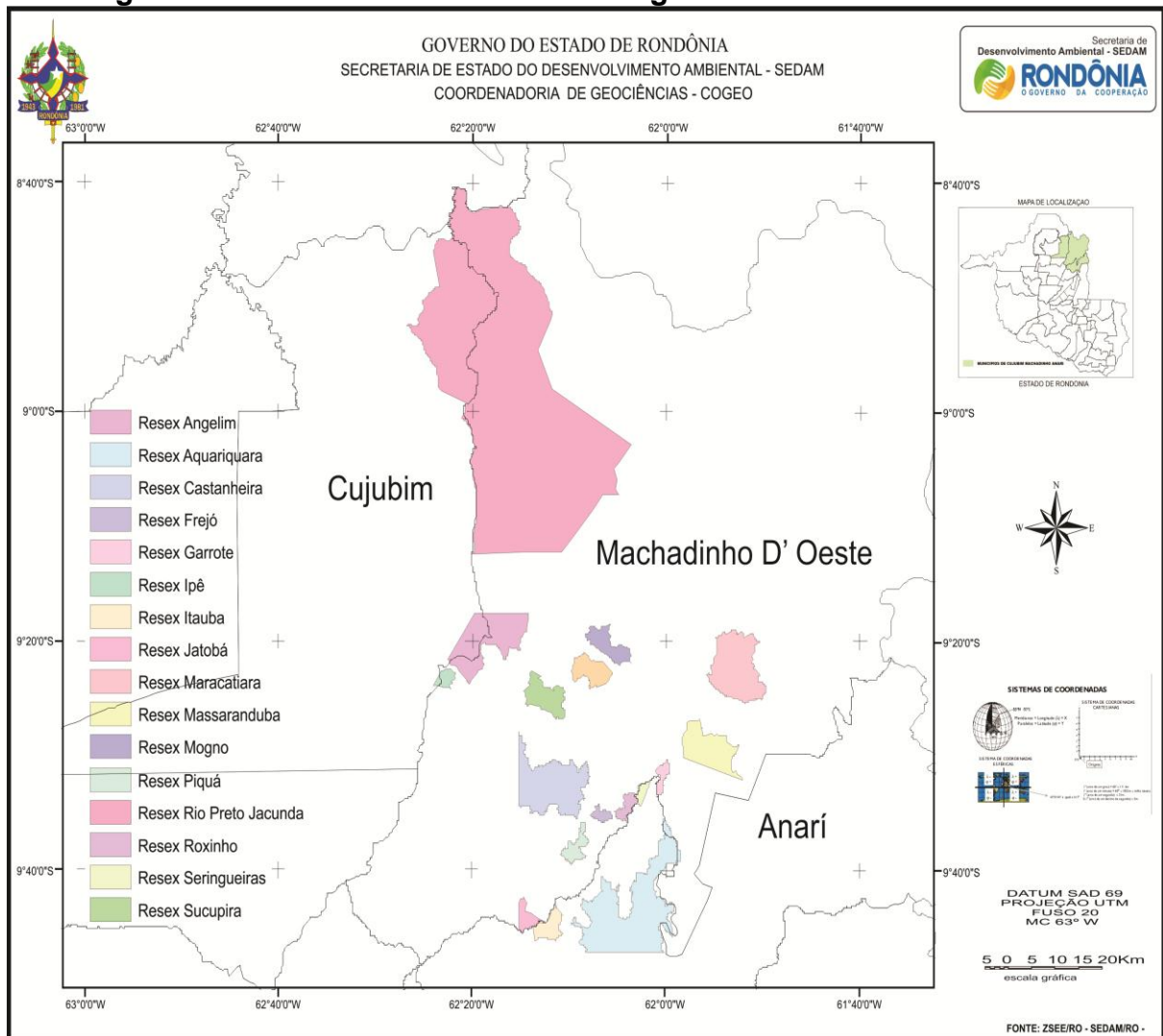
Um fator que pode ser considerado como determinante para a criação desta UC é a organização social por meio da Associação dos Seringueiros de Machadinho do Oeste criada em 1992.

No ano em que foi criada a UC, apenas a margem do Rio Machado era povoada com cerca de 15 famílias. As comunidades Cabeça de Boi e Jatuarana foram criadas posteriormente como forma de estratégia de defesa devido às invasões que ocorreram nessa área. Um fato que colaborou no povoamento dessas áreas foi início da exploração do PMF no ano de 2000.

A área que hoje é a Resex Aquariquara foi inicialmente desapropriada pelo INCRA para a realização de Projeto de Assentamento. Entretanto, com base no Zoneamento Socioeconômico da época, a área foi indicada para ser UC.

A Figura 06 contém a localização das Resex da região de Machadinho do Oeste.

Figura 06 - 16 Resex Localizadas na região de Machadinho do Oeste



Fonte: SEDAM/LCF_COGEO, 2012.

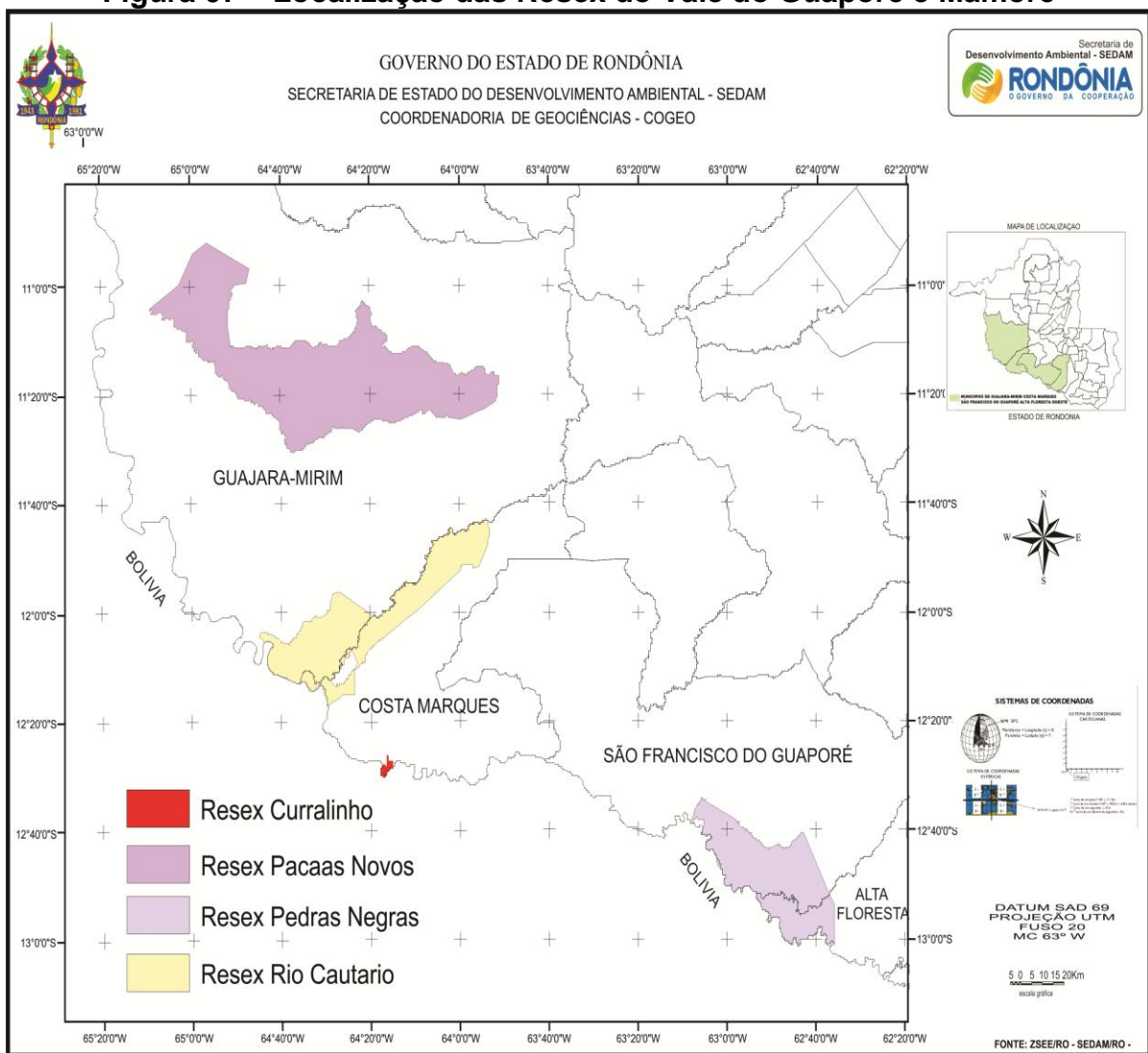
A região de Machadinho do Oeste foi cenário do Projeto de Assentamento-PA. Esse tipo de projeto previa a necessidade da Reserva Legal e áreas destinadas à preservação e conservação ambiental. A legislação da época permitia que o agricultor possuísse uma reserva legal fora da propriedade, mas com a mudança no código florestal, esta prática ficou proibida. Como forma de preservar essas áreas de preservação em blocos, houve a mudança de categoria para Resex.

4.4 Resex Localizadas no Vale do Guaporé e Mamoré

A região que abrange os vales do Guaporé e Mamoré abriga quatro Reservas Extrativistas estaduais: Rio Cautário, Curralinho, Pedras Negras e Pacaás Novos.

Na Figura 07 são apresentadas as localizações das Resex no Vale do Guaporé e Mamoré.

Figura 07 – Localização das Resex do Vale do Guaporé e Mamoré



A Resex Rio Cautário sob o Decreto de Criação nº 7.028, de 08 de agosto de 1995, compreende uma área de 146.400 ha, banhada pelos Rios Cautário e Guaporé. Esta Resex está situada na área conhecida durante os ciclos da borracha como Seringal Kanindé de domínio do Seringalista Raimundo Miranda da Cunha. A

proposta da criação da Resex era de 200.000 ha. Após o levantamento cartorial ficou estabelecido 146.000 ha.

A Resex Curralinho está, atualmente, desabitada. Foi formada por pequenos seringais explorados pela população que vivia no local, visto que se tratava de uma área longe dos grandes seringais dominados por seringalistas.

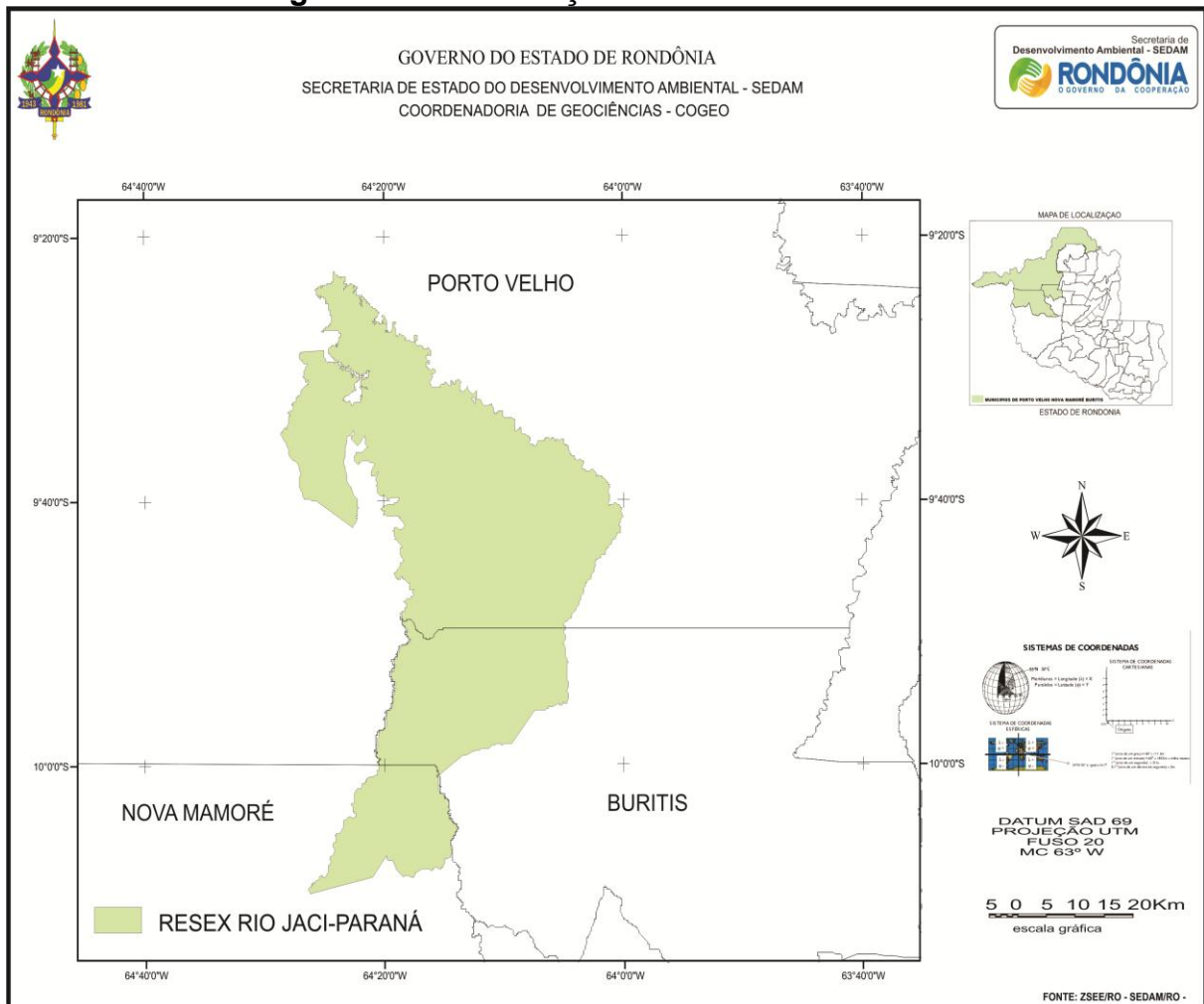
A Resex Pedras Negras teve seu início, segundo relato do Sr. Zé Calula, em 1786, com a chegada de negros que vieram de Vila Bela da Santíssima Trindade para morar no local. Com o passar dos anos, o local passou a atrair outros moradores formando um pequeno povoado que vivia do extrativismo da borracha e castanha e cultivo da agricultura de subsistência. Localiza-se nos municípios de São Francisco do Guaporé e Alta Floresta do Oeste.

A Reserva Extrativista Rio Pacaás Novos, localizada no Município de Guajará – Mirim, foi criada de acordo com o Decreto nº. 6953, de 14 de julho de 1995 e compreende uma área de 342.903.5029 ha, às margens do Rio Pacaás Novos e Rio Novo. Era área de pequenos seringais como: Nova Brasília, que pertencia ao seringalista Raimundo Miranda Cunha; Boa Esperança, que pertencia ao Benedito Amorim; Seringal Canta Galo, que pertencia ao Senhor conhecido como Polegada; Seringal São Francisco (Encrenca), que pertencia ao Sr. Francisco Joaquim; Gruta Sr. Vicente Lucas, Natividade Sr. Firmiano Carneiro, Boa Vista; Brás Machado de Brito, Lago de Espanha; Sebastião Jose de Amorim, Vitorino da Silva; Sítio Santa Luzia, Santa Maria Conrado Farias e Mesa de Renda Florice de Araújo.

4.5 Resex no Município de Porto Velho, Buritis e Nova Mamoré

A Resex Rio Jaci-Paraná tem o Decreto de Criação nº 7.335, de 1996. A UC é banhada pelo Rio Jaci-Paraná, que dá o nome a Resex, Rio Branco e Rio do Contra, este último também conhecido como igarapé São Francisco. A Figura 08 contém a localização dessa Resex.

Figura 08 – Localização da Resex Jaci-Paraná



Fonte: SEDAM/LCF_COGEO, 2012.

Nas Resex de Rondônia, e em seus entornos, bem como em áreas ribeirinhas a rios e igarapés, existem populações que desenvolvem atividade extrativa vegetal. Os produtos oriundos desse extrativismo, em boa parte, são comercializados sem agregação de valor e com baixa utilização de tecnologias. Sendo os produtos de baixo valor agregado, as comunidades e os produtores familiares enfrentam também os desafios da concorrência de produtos domesticados, como o açaí, a seringueira, o cacau, o guaraná e a pupunha. Por isso, do ponto de vista econômico, há críticas contundentes ao extrativismo na Amazônia, como a de Homma (2000; 2008), segundo o qual, o setor extrativo compreende um ciclo econômico de três fases distintas: na primeira, há o aumento da extração e crescimento da demanda; na segunda, a capacidade da oferta chega ao limite devido ao custo de extração com o aumento da área de coleta e; na terceira, a extração começa a declinar devido a oferta de produto domesticado,

desde que existam tecnologia e viabilidade econômica. A domesticação anula, segunda essas críticas, as condições de competir por parte da extração primária. Assim, apenas se o mercado permanecer modesto, o setor extrativo sobrevive (Homma, 2008).

As Resex podem contribuir para o fortalecimento da coletividade local – grupos de vizinhança, povoados, famílias, associações e conselhos – na luta pelo reconhecimento de seus direitos, na identificação de seus territórios de ocupação, na resistência ao uso e implementação de medidas de gestão comunitária dos recursos. Para comunidades localizadas fora do eixo das grandes cidades a organização em associações é fator de sobrevivência para muitos desses grupos e “[...] fortalecimento de um estilo de vida, da identidade do grupo”.

4.6 Gestão das Unidades de Conservação

O manejo é uma das formas do uso da terra que, se bem conduzido, mantém as principais funções ambientais da floresta. Ultimamente, a questão do manejo ganhou importância crescente em função das campanhas de boicote às importações de madeiras de países tropicais produzidas de forma insustentável. A despeito do consenso entre os pesquisadores, de ser tecnicamente possível, o manejo sustentado de florestas tropicais tem sido aplicado em uma escala diminuta em relação ao total de florestas produtivas do mundo (SILVA, 1997).

A noção de que os recursos florestais devem ser manejados, objetivando produzir uma multiplicidade de benefícios, está amplamente divulgada no setor florestal brasileiro. Dessa forma, o manejo florestal para usos múltiplos significa a administração de uma determinada área com cobertura florestal, com diferentes propósitos, tais como: a proteção dos mananciais e cursos de água, recreação, beleza cênica, manutenção de habitat para a fauna silvestre e produção de madeira, dentre outros possíveis usos (AHRENS, 1997).

O manejo florestal de reservas, segundo Martins (2008), estão previstos na legislação na exploração de Bacias Amazônicas desde o Código Florestal (Lei 4771 de 1965, Art. 15), porém só foi regulamentado através do Decreto 1282 de 1995. Na recente Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei 11.284/2006): Administração da

floresta para a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo e considerando-se, cumulativa ou alternativamente, a utilização de múltiplas espécies madeireiras, de múltiplos produtos e subprodutos não madeireiros, bem como a utilização de outros bens e serviços de natureza florestal. A Lei 12.651, de 25 de maio de 2012, dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, reduziu o tamanho das reservas de florestas, das matas ciliares e os avanços ambientais que foram duramente conquistados ao longo das décadas, e prevê o plano de manejo para florestas nativas: para explorar florestas nativas dentro das Reservas Legais o proprietário precisa aprovar um Plano de Manejo Florestal Sustentável. A Medida Provisória n. 571, de 25 de maio de 2012 alterou dispositivos da Lei 12.651/2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Conforme o texto aprovado, a recomposição de áreas de preservação permanente, onde haja atividade consolidada anterior a 22/07/2008, será menor para imóveis maiores e o replantio poderá ser realizado com árvores frutíferas, seja na APP ou na reserva legal.

O manejo florestal sustentável tem como princípios gerais: *i)* a conservação dos recursos naturais; *ii)* a preservação da floresta e de suas funções; *iii)* a manutenção da diversidade biológica e; *iv)* o desenvolvimento socioeconômico da região. A partir do manejo florestal é possível utilizar os produtos florestais madeireiros e não madeireiros de uma floresta, mantendo a sua estrutura e as suas funções ecológicas.

O manejo florestal é pautado na necessidade de encadeamento das atividades a partir de um planejamento prévio de extração seletiva de espécies florestais, divididas em pré-exploratórias, exploratórias e pós-exploratórias.

As etapas e fases da atividade do manejo florestal executados em 2007 na Reserva Extrativista Rio Preto-Jacundá em Machadinho do Oeste estão expressas no Quadro 03:

Quadro 03 – Etapas do manejo florestal e executores das atividades em 2007

Etapas do Manejo Florestal		
Pré-Exploratória	Exploratória	Pós-Exploratória
Atividades do Manejo florestal		
Elaboração do projeto Delimitação de áreas Inventário florestal Corte de cipós Seleção de árvores	Derrubada Planejamento de arraste Arraste Empilhamento Transporte	Manutenção de estradas Monitoramento Vigilância Venda
Executores das Atividades		
Camponeses e Engenheiro Florestal	Wood Shopping e Terceirizada	Wood Shopping e Camponeses

Fonte: Adaptado de Martins, (2008).

Esse encadeamento se faz necessário para garantir a utilização racional, a partir da minimização de danos à floresta remanescente. Cada etapa do manejo florestal prevê uma série de atividades que precisam ser executadas para garantir o desenvolvimento das demais atividades subsequentes. Afirma ainda o autor que as atividades do manejo são realizadas sem planejamento, e que a realização de atividades de forma fragmentada atinge diretamente a concepção de planejamento ordenado do manejo florestal, favorecendo falhas no processo e a dificuldade de compreensão de etapas de planejamento. Antes da exploração é realizado o inventário florestal na área que será manejada (MARTINS, 2008).

Apesar dos avanços notáveis na criação de Áreas Protegidas, ainda há muitos desafios para garantir sua consolidação e a proteção socioambiental efetiva. No caso das Unidades de Conservação, a metade (50%) não possui plano de manejo aprovado e 45% não conta com conselho gestor, inclusive as localizadas no Estado de Rondônia. Além disso, o número de funcionários alocados nessas

Unidades é muito reduzido, com a média de apenas 1 pessoa para cada 1.871,7 km².

O plano de manejo é fundamental para a gestão das unidades de conservação, sendo um instrumento importante, pois estabelece critérios. Este deverá ser elaborado no máximo cinco anos após o ato de criação da UC. Este documento estabelece o zoneamento da reserva, assim como as normas de uso da área e aproveitamento racional dos recursos naturais. O plano de manejo deverá ser elaborado pelo órgão gestor da Unidade e aprovado pelos conselhos deliberativos, no caso de Resex, ou validados pelos conselhos consultivos, no caso das demais UCs (IMAZON, 2011).

A gestão de uma Unidade de Conservação pressupõe recursos humanos e financeiros adequados, estrutura básica, como sede, vigilância, equipamento de emergência e comunicação e locais delimitados para pesquisa, visitação, uso comunitário e produtivo. Além disso, é essencial que a gestão esteja baseada num plano de manejo aprovado e pautada na existência de um conselho gestor formal e atuante (IMAZON, 2011).

Segundo o IMAZON (2011), em 2002, com o intuito de dar diretrizes comuns aos planos de manejo das UCs federais de Proteção Integral e servir de modelo às esferas municipais e estaduais, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), então ainda responsável pela criação e gestão das Unidades de Conservação Federais, publicou o *Roteiro Metodológico de Planejamento*, voltado às categorias Parque Nacional, Estação Ecológica e Reserva Biológica. O plano de manejo deve ser composto por seis seções: a contextualização da UC no cenário internacional, quando necessário, e nos cenários federal e estadual; uma análise da região ou do entorno da UC e, de forma mais detalhada, da própria unidade de conservação. Essas duas etapas devem reunir o conhecimento necessário para a definição dos limites e o planejamento da UC e de seu entorno. As duas últimas seções – Projetos Específicos e Monitoria/Avaliação – estão vinculadas à implementação do plano de manejo (IBAMA, 2002), sendo que o Ibama publicou o *Roteiro Metodológico para Elaboração de Plano de Manejo para Reservas Particulares do Patrimônio Natural* (IBAMA, 2004), que visa estimular a

participação dos proprietários de RPPNs desde a elaboração até o uso e monitoramento desse instrumento de gestão, ao facilitar a compreensão de sua estrutura e seu conteúdo (IMAZON, 2011).

Para as Unidades de Conservação estaduais, a elaboração de roteiros semelhantes é de responsabilidade dos órgãos ambientais de cada estado. O *Roteiro Metodológico para Elaboração de Planos de Manejo das Unidades de Conservação Estaduais do Pará*, por exemplo, divide o documento em três capítulos: *aspectos gerais da Unidade de Conservação*, que aborda o histórico, localização, acesso e apresenta uma ficha técnica sobre a Unidade; *Diagnóstico da Unidade de Conservação*, que caracteriza a paisagem, os aspectos físicos, biológicos e socioeconômicos da área; e *Planejamento da Unidade de Conservação*, que apresenta a missão e visão de futuro da área, o zoneamento, os programas de manejo e o cronograma de ações para implementá-lo. (SEMA, 2009).

Para que os objetivos de conservação sejam alcançados com eficiência e eficácia, todos os planos de manejo devem considerar um enfoque ecossistêmico, viabilizar a participação social e devem ser contínuos e adaptativos (SEMA, 2009).

O plano de manejo deve contar com linhas de atuação objetivas e específicas, de maneira a possibilitar a avaliação e o aprimoramento contínuo da gestão. De maneira geral, a implementação de um processo continuado de avaliação da gestão otimiza a utilização dos recursos disponíveis. O documento afirma que, para a consolidação financeira e econômica da UC, é importante ter uma estratégia que considere:

Orçamento público: é necessário assegurar um orçamento mínimo do órgão gestor direcionado à manutenção das Unidades de Conservação, pois a contratação da equipe base e as ações de fiscalização e controle são funções da União, do Estado ou do Município.

Compensação ambiental: é uma obrigação legal prevista no Art. 36 da Lei 9.985/2000 (SNUC), e pode ser fonte de obtenção de recursos para a implementação das UCs de Proteção Integral.

Concessões em Florestas Públicas: a Lei 11.284/2006 estabelece a concessão onerosa da exploração de serviços e recursos florestais em Unidades de Conservação de Uso Sustentável.

O Rappam (*Rapid Assessment and Prioritization of Protected Area Management*), desenvolvido pelo WWF internacional, é um método que permite a avaliação rápida do manejo das UCs, e tem o objetivo de fornecer ferramentas para o desenvolvimento de políticas adequadas à proteção de ecossistemas e à formação de um sistema viável de Unidade de Conservação (ONAGA & DRUMOND, 2007).

Segundo o Rappam, uma sólida avaliação do exercício de gestão deve considerar os seguintes pontos: *Planejamento* - inclui os objetivos da UC, o contexto da área, o amparo legal utilizado e o modelo de planejamento da Unidade; *Meios* - recursos humanos, materiais e financeiros empregados na gestão da Unidade; *Processos* – modelos utilizados na tomada de decisões, nas iniciativas para atingir a sustentabilidade financeira, nos mecanismos de avaliação e no planejamento e monitoramento da gestão da área; *Resultado*: avalia as ações relativas ao planejamento, o cumprimento de objetivos e metas, a contenção de pressões e ameaças, a divulgação de informações à sociedade, a implantação e manutenção de infraestrutura, a capacitação e o desenvolvimento de recursos humanos (funcionários ou conselho gestor) e o monitoramento de todos os resultados (IMAZON, 2011).

O mesmo estudo afirma que recursos humanos, recursos financeiros, infraestrutura, planejamento e questões relacionadas ao desenvolvimento de pesquisas, avaliação e monitoramento são críticos em todo o sistema brasileiro de Unidades de Conservação. Mais de 45% das unidades de conservação na Amazônia ainda não tem plano de manejo estruturado.

Como avanços normativos e estruturantes do SNUC Amazônia Legal, houve a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) em agosto de 2007, como uma autarquia integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (IMAZON, 2011).

Suas atribuições são proteger o patrimônio natural e promover a conservação da biodiversidade brasileira, inclusive através das UCs de proteção integral e de uso sustentável, sendo que estas últimas contribuem para o respeito às práticas e saberes associados das comunidades tradicionais e na promoção do desenvolvimento socioambiental.

Parte das funções antes acumuladas pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) foram transferidas para o ICMBio. O Ibama manteve o poder de polícia ambiental e a responsabilidade pelo controle da qualidade ambiental e por licenciamentos, incluindo autorizações de uso dos recursos naturais. Dentre as atribuições objetivas do ICMBio estão a consolidação do SNUC, através de sua normatização; a criação, implementação e gestão das Unidades de Conservação federais, e a pesquisa e aplicação de estratégias de conservação da flora e da fauna por meio dos Centros Especializados de Pesquisa e Conservação.

A criação do ICMBio deu-se em um cenário de conflitos políticos e sem um planejamento estratégico oriundo de um diálogo aprofundado, internamente ou com demais setores da sociedade. Apesar disso, passados três anos, é importante reconhecer os avanços e sua contribuição para uma progressiva estruturação dos órgãos e normas que fundamentam o SNUC.

A criação de um órgão específico de gestão das UCs, com orçamento próprio, contribuiu para maior transparência sobre o destino, o monitoramento e a avaliação da efetividade dos investimentos do setor. Além disso, destaca-se também a realização de um concurso, em 2008, para novos analistas ambientais lotados prioritariamente nas UCs da região Norte. Com precárias condições de acesso e comunicação, a grande maioria dessas UCs é desprovida de estrutura administrativa e operacional consolidada. Foram ainda criadas 11 Coordenações Regionais do ICMBio no território brasileiro, às quais se vinculam todas as UCs federais (Portaria nº 7 de 19/02/2009). Essa estrutura deve contribuir para a melhoria da qualidade da gestão das unidades descentralizadas, promovendo sua articulação e integração; apoiando o planejamento, a execução e o monitoramento de programas em sua

circunscrição territorial, e beneficiando a interlocução entre as unidades descentralizadas e a sede do Instituto.

Foram também criados (Portaria nº 78 de 03/09/2009) os Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação, unidades descentralizadas às quais compete, por meio de pesquisa científica, do ordenamento e análise técnica de dados, promover a conservação da biodiversidade, do patrimônio espeleológico e da sociobiodiversidade (IMAZONA, 2011).

Os Centros estão estruturados em dois eixos principais: com especialidade nos Biomas, ecossistemas ou manejo (4 centros) e com especialidade em grupos taxonômicos (7 centros). Para a “recriação” de Centros já existentes, antes vinculados ao Ibama, foi necessária uma revisão das atribuições dos mesmos para uma adequação às competências exclusivas do ICMBio, o que levou, inclusive à extinção do Centro Nacional de Orquídeas, Plantas Ornamentais, Medicinais e Aromáticas (Copom), sendo sua estrutura absorvida pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade do Cerrado e Caatinga (CECAT).

As principais normas do ICMBio relacionadas à gestão das Unidades de Conservação federais de 2007 até 2010, foram as seguintes instruções normativas:

- *ICMBio nº 1/2007*: disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a elaboração de Plano de Manejo Participativo de UC federal das categorias Resex e RDS.
- *ICMBio nº 2/2007*: disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para formação e funcionamento do Conselho Deliberativo de Resex e RDS.
- *ICMBio nº 3/2007*: disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a criação de Resex e RDS.
- *ICMBio nº 4/2008*: disciplina os procedimentos para a autorização de pesquisas nas Resex e RDS federais, que envolvam acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado.
- *Instrução Normativa ICMBio nº 2/2009*: regula os procedimentos técnicos e administrativos para a indenização de benfeitorias e desapropriação de imóveis rurais localizados em UCs federais de domínio público.

- *ICMBio nº 5/2009*: estabelece procedimentos para a análise e concessão de Licenciamento Ambiental de atividades ou empreendimentos com potencial para afetar as UCs federais, suas zonas de amortecimento ou áreas circundantes.

Segundo este documento, merece especial atenção a Instrução Normativa nº 4, cuja matéria – pesquisas que envolvam acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado – trata de conceitos novos e práticas recentes, sem regras consolidadas, inclusive no âmbito da CDB, que, se bem avaliados futuramente, poderão servir de parâmetro para pesquisas científicas, bioprospecção ou desenvolvimento tecnológico em outras categorias de UCs ou mesmo fora delas, inclusive no que se refere ao aperfeiçoamento do Contrato de Utilização do Patrimônio Genético e Repartição de Benefícios (CURB).

Dentre outras mudanças promovidas pelo ICMBio, destaca-se, ainda, a Portaria Interministerial MDA/MMA nº 3, de 3/10/2008, que reconheceu os povos e as comunidades tradicionais das UCs das categorias Resex, RDS e Flona, como potenciais beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária. Tal ação facilita o acesso dessa população ao crédito diferenciado associado à Política de Reforma Agrária.

Analisando as expectativas sobre as perspectivas organizacional/institucional/diretrizes (SNUC), ecológica/ambiental e econômica das reservas extrativistas, ponderou-se o que está acontecendo e o que deveria acontecer, e a voz do agente sobre as restrições, o que vem ocorrendo:

Quadro 04 - Expectativas/restrições (Diretrizes/SNUC, perspectivas ecológica/ambiental e econômica) – Reservas Extrativistas

Perspectivas Organizacional/Institucional/ Diretrizes – SNUC.	Expectativas		Restrições	
	O que deveria acontecer	O que está acontecendo	Segundo o agente	O que está acontecendo
Perspectivas Organizacional/Institucional/ Diretrizes – SNUC.	Busquem apoio e a cooperação de organizações não governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das Unidades de Conservação.	A instituição tem buscado timidamente a parceria com organizações sociais locais.	Morosidade nos tramites legais.	Falta dinamizar os processos burocráticos.
	Busquem conferir às unidades de conservação, nos casos possíveis e respeitadas as conveniências da administração, autonomia administrativa e financeira; e	Inclusão de duas Reservas Extrativistas Estaduais ao Programa HARPA.	Aumentar o número de Reservas Extrativistas no Programa.	Falta dinamizar os processos burocráticos.
	Assegurem que no conjunto das unidades de conservação estejam representadas amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional das águas jurisdicionais, salvaguardando o patrimônio biológico existente;	Pressão sob as Resex com invasões de unidades de conservação e roubo de madeira, caça e pesca ilegal.	Morosidade nos tramites legais.	Falta dinamizar os processos burocráticos.
Perspectiva Ecológica/Ambiental	Busquem proteger grandes áreas por meio de um conjunto integrado de unidades de conservação de diferentes categorias, próximas ou contíguas, e suas respectivas zonas de amortecimento e corredores ecológicos, integrando as diferentes atividades de preservação da natureza, uso sustentável dos recursos naturais e restauração e recuperação dos ecossistemas.	Criação do Mosaico Meridional com unidades de conservação dos estados de Rondônia, Mato Grosso e Amazonas.afim de dificultar o desmatamento.	Morosidade nos tramites legais.	Falta dinamizar os processos burocráticos.
Perspectiva Econômica	Considerem as condições e necessidades das populações locais no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais.	Realização de Diagnóstico Socioeconômico, tendo como objetivo ter um panorama geral da Resex.	Morosidade nos tramites legais.	Falta dinamizar os processos burocráticos.
	Garantam às populações tradicionais cuja subsistência dependa da utilização dos recursos naturais existentes no interior das unidades de conservação meios de subsistência alternativos ou a justa indenização pelos recursos perdidos.	Elaboração de Políticas Públicas voltadas a permanência e qualidade de vida dessas populações.	Morosidade nos tramites legais.	Falta dinamizar os processos burocráticos.

Fonte: Dados da autora, 2012.

As abordagens acerca do desenvolvimento territorial, idéia de sustentabilidade e suas dimensões, possibilitou uma visão das práticas socioespaciais, bem como a importância do plano de manejo como uma ferramenta de gestão. As potencialidades econômicas da Amazônia e o papel do extrativismo adaptam nesse contexto.

5 PRÁTICAS TRADICIONAIS DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

As sociedades que integram o mundo estão interligadas entre si, participam integralmente de sua organização, influenciando e sendo influenciadas por todos os outros setores coexistentes. O respeito e a manutenção dos conhecimentos e práticas tradicionais são um dos objetivos da Convenção sobre a Diversidade Biológica que, em seus preâmbulos e no Artigo 8, recomenda que os benefícios derivados do uso desse conhecimento sejam também distribuídos entre as comunidades que o detêm. Cabe, portanto, respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas de comunidades indígenas e locais, que apresentam estilos de vida relevantes para a conservação e o uso sustentado da diversidade biológica e promover sua aplicação ampla, de acordo com as práticas culturais compatíveis com a conservação ou os requisitos do uso sustentável.

Alguns consideram que as culturas e os saberes tradicionais podem contribuir para a manutenção da biodiversidade dos ecossistemas. Portanto, esta seção discute a permanência de práticas tradicionais em áreas de preservação, a partir dos dados coletados nas Reservas Extrativistas do Estado de Rondônia.

Os resultado apontam que das 21 Resex pesquisadas, apenas 19 Resex são habitadas. Para efeito de análise, as Resex foram distribuídas em três grupos: primeiro grupo contempla oito 8 das 21: Rio Cautário, Rio Pacaás Novos, Rio Preto Jacundá, Rio Jaci-Paraná, Aquariquara, Pedras Negras, Maracatiara e Castanheiras, para as quais foi feita uma análise individual dos dados por UC; Segundo grupo com as seguintes Resex: Mogno, Massaranduba, Itaúba, Jatobá e Garrote; terceiro grupo: Angelim, Piquiá, Roxinho, Seringueiras, Sucupira e Freijó.

5.1 Identificação dos Extrativistas nas Resex

As informações de identificação dos moradores residentes nas Reservas Extrativistas Estaduais objetiva conhecer e saber quem são, quantos são e como vivem estes povos tradicionais. Homens e mulheres que há gerações cultivam a terra respeitando a floresta e extraindo dela apenas o necessário para a perpetuação do seu modo de vida, baseado no extrativismo vegetal, culturalmente reconhecido.

A expressão “colocação” é um termo usado pelos extrativistas como forma de identificar o local onde estão instalados. Então, esse termo que durante a pesquisa surge até o final em todos os resultados, significa o local do extrativista/seringueiro.

As Reservas Extrativistas Estaduais possuem uma população de 868 moradores. A Tabela 01 mostra o total de famílias e pessoas/família por Resex.

Tabela 01 – Total de Famílias e Pessoas/família nas Resex de Rondônia

Reserva Extrativista	Total de Famílias	%	Total de Pessoas/Família	Média
Rio Cautário	48	19,6%	192	4,0
Pacaás Novos	41	16,7%	162	4,0
Aquariquara	37	15,1%	97	2,6
Rio Preto Jacundá	24	9,8%	123	5,1
Jaci Paraná	24	9,8%	55	2,3
Pedras Negras	21	8,6%	84	4,0
Maracatiara	18	7,3%	64	3,6
Castanheira	11	4,5%	43	3,9
Piquia	4	1,6%	4	1,0
Mogno	3	1,2%	10	3,3
Massaranduba	3	1,2%	9	3,0
Itaúba	3	1,2%	11	3,7
Roxinho	2	0,8%	3	1,5
Angelim	1	0,4%	1	1,0
Freijo	1	0,4%	1	1,0
Seringueiras	1	0,4%	1	1,0
Sucupira	1	0,4%	3	3,0
Jatobá	1	0,4%	1	1,0
Garrote	1	0,4%	4	4,0
Ipê	0	0,0%	0	0,0
Curralinho	0	0,0%	0	0,0
Total	245	100,0%	868	-

Fonte: Dados da Autora 2011.

A Resex Rio Cautário apresenta o maior número de pessoas e famílias, seguido pela Pacaás Novos. Na região de Machadinho do Oeste estão localizadas as quatro reservas que possuem apenas um morador em cada uma delas. As demais reservas extrativistas estão na faixa entre um a quatro famílias. Observa-se que, devido à localização das Resex, esse número diminui, pois a dificuldade de acesso impede o atendimento escolar e assistência médica. As Resex Ipê e Curralinho não possuem moradores, em função dos conflitos gerados pelos

madeireiros. Na entrevista com o representante da Cooperativa, o mesmo informou que não incentiva a ocupação, tendo em vista que os conflitos gerados entre os madeireiros e extrativistas podem gerar a morte dos mesmos.

As famílias das reservas extrativistas são compostas por muitos membros, o número de pessoas por família indica as Resex Rio Preto Jacundá e Garrote com uma média de cinco pessoas. Constata-se que essa média se deve à quantidade de crianças por família. As Resex de Piquiá, Angelim, Freijó, Seringueiras e Jatobá apresentam uma pessoa por família.

A relação de parentesco predominante entre o responsável pela colocação e demais moradores é a relação pai e filho. Na Resex Rio Preto Jacundá, por exemplo, 57% dos membros das famílias são filhos do responsável pela colocação. Para as demais Resex, a principal relação de parentesco está entre o responsável pela colocação, esposo, (a) e filho (a), uma vez que estas são constituídas por famílias com um número menor de indivíduos.

Para as 19 UCs analisadas, em termos de gênero dos extrativistas, a maioria é masculina, em algumas com percentual acima de 60%. As Resex Rio Preto Jacundá e Pedras Negras se destacam com um número de população feminina que excede a masculina em média 52%.

Em seguida, questionou-se a respeito do estado civil dos moradores. Optou-se por utilizar três classes para indicar a existência de companheiro (a): casado, amasiado e amigado em função da cultura local. Nesse item, a intenção da pergunta foi saber quantos têm companheiras. O índice maior de casados - 80% a 90% - encontra-se nas Resex de Castanheira, seguida de Maracatiara e Pacaás Novas.

A Tabela 02 refere-se à distribuição das faixas etária por UC.

Tabela 02 – Faixa etária da população por Resex

Faixa Etária	Rio Cautário		Pacaas Novos		Aquariquara		Rio Preto		Jaci Paraná		Pedras Negras		Maracatiara		Castanheira		Demais Resex	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Menor que 10 anos	60	31%	37	23%	11	11%	43	35%	4	7%	16	19%	14	22%	10	23%	6	13%
Entre 11 e 20 anos	46	24%	26	16%	21	22%	36	29%	10	18%	17	20%	17	27%	7	16%	9	19%
Entre 21 e 30 anos	23	12%	18	11%	9	9%	15	12%	3	5%	16	19%	6	9%	8	19%	8	17%
Entre 31 e 40 anos	15	8%	19	12%	8	8%	13	11%	5	9%	12	14%	6	9%	4	9%	9	19%
Entre 41 e 50 anos	27	14%	14	9%	13	13%	14	11%	10	18%	8	10%	8	13%	10	23%	4	8%
Entre 51 e 60 anos	12	6%	14	9%	15	15%	2	2%	14	25%	4	5%	8	13%	2	5%	8	17%
Entre 61 e 70 anos	2	1%	23	14%	0	0%	0	0%	6	11%	4	5%	1	2%	1	2%	4	8%
Entre 71 e 80 anos	5	3%	6	4%	14	14%	0	0%	2	4%	2	2%	3	5%	1	2%	0	0%
Não Respondido	2	1%	5	3%	6	6%	0	0%	1	2%	5	6%	1	2%	0	0%	0	0%
Total	192	100%	162	100%	97	100%	123	100%	55	100%	84	100%	64	100%	43	100%	48	100%

Fonte: Dados da Autora (2011).

A população das Reservas Extrativistas Rio Cautário e Rio Preto Jacundá são consideradas as mais jovens devido ao grande número de crianças e jovens. Em contrapartida, a Resex Pacaas Novos é a que surge com maior percentual acima de 61 anos.

A Resex Rio Pacaás Novos apresenta a maior média de tempo de residência das famílias na UC, com cerca de 40 anos, seguido por Rio Cautário, cerca de 25 anos. A Resex Castanheira apresenta uma média inferior a 10 anos. O grupo de outras Resex, do qual fazem parte as Resex Angelim, Piquiá, Roxinho, Seringueiras, Sucupira e Freijó apresentam a menor média de tempo de residência.

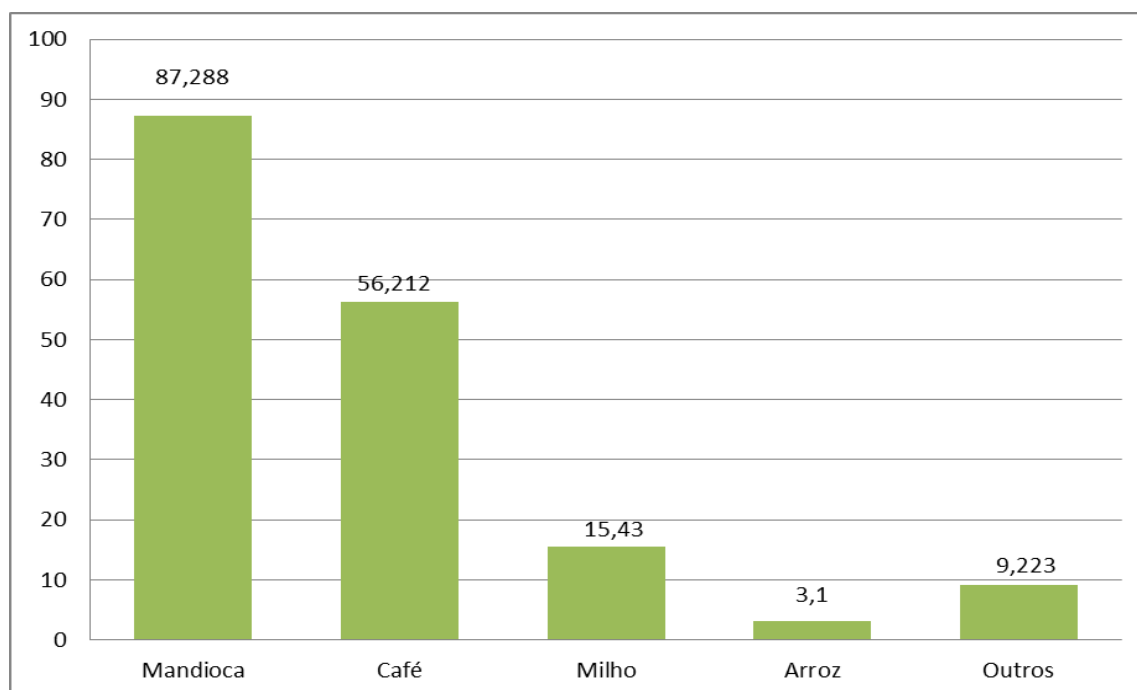
Referente ao tempo de permanência e deslocamento entre as colocações, a maioria dos moradores da Resex Rio Pacaás Novos está há mais de 16 anos no local. Em seguida, aparece a Resex Rio Cautário, com 34 moradores com mais de 16 anos na atual colocação, demonstrando uma pequena migração interna entre as colocações. O menor tempo de residência na atual colocação aparece na Resex Aquariquara, com oito pessoas com menos de cinco anos na colocação.

Identificar o número de famílias nas Resex implica em saber a quantidade de pessoas, onde estão e o que fazem, pois, conforme demonstrado nos dados apresentados, em algumas Resex existe maior número de famílias em relação às demais. Este fato está relacionado com a localização, pois ficam mais próximas dos principais eixos viários existentes, ou, encontram-se mais próximas entre si. Ainda há duas Resex, por exemplo, não habitadas e que ficam em uma área de grandes conflitos na fronteira com o estado do Mato Grosso. Esta área apresenta grande quantidade de invasões de madeireiros, impedindo a permanência das famílias e a realização de práticas como retirada do látex, por exemplo. No relato dos Presidentes de associações, ficou claro o medo que, ao cumprir a legislação (ou seja, manter as Resex com ocupação permanente) ocorra a perda de companheiros em função desse conflito.

5.2 Aspectos Econômicos: Produção nas Resex e Contribuição para a Renda

A seguir são apresentados os dados de produção dos principais produtos, a mandioca desponta com maior representatividade para agregar a renda das famílias das comunidades.

Gráfico 01 – Produção em Toneladas (t) dos Produtos Agrícolas em Todas as Reservas



Fonte: Elaborado pela Autora, 2012.

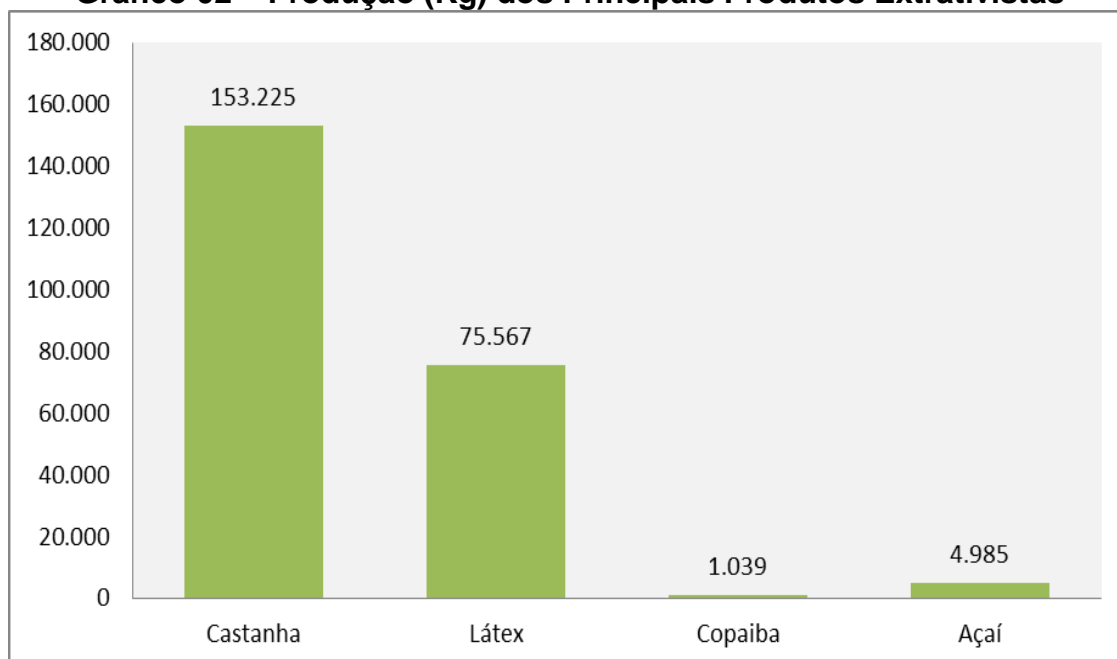
Constata-se que a mandioca, comercializada na forma de farinha, é o produto com maior volume de produção e presença nas reservas, com contribuição das Reservas Rio Preto-Jacundá e Rio Cautário. O café, segundo produto em volume de produção, está presente na Reserva Aquariquara que detém mais de 50% da produção. A Tabela 03 mostra a produção Agrícola por Resex.

Tabela 03 – Produção (Kg) dos Produtos Agrícolas por Reservas

Reserva Extrativista	Mandioca	Café	Milho	Arroz	Outros*
Rio Cautário	19963	0	7780	1000	5980
Pacaas Novos	18470	0	5900	2050	912
Aquariquara	0	32620	0	0	1672
Rio Preto Jacundá	34800	13814	0	0	260
Jaci Paraná	345	0	0	0	0
Pedras Negras	1760	0	1750	50	0
Maracatiara	50	840	0	0	380
Castanheira	5000	6956	0	0	19
Outras Resex	6900	1982	0	0	0
Total	87288	56212	15430	3100	9223

* banana, cacau, feijão e cana-de-açúcar
 Fonte: Elaborado pela Autora.

Além dos quatro produtos destacados, aparecem com alguma produção em várias Resex os produtos: cana, cacau, feijão e banana. Em termos de renda, os dois produtos mais significativos: são mandioca (farinha) e café. A produção de farinha de mandioca constitui outra forma de geração de renda. Em casas de beneficiamento de mandioca, a casca é tirada, lavada, moída e prensada. Depois disso, o produto passa pela peneira e, por fim, é torrado. A farinha é comercializada o ano todo. O Gráfico 02 apresenta a produção dos principais produtos extrativistas.

Gráfico 02 – Produção (Kg) dos Principais Produtos Extrativistas

Fonte: Elaborado pela Autora.

Os dois principais produtos extrativos mais expressivos são a Castanha-da-Amazônia e o Látex, com destaque para a Reserva Rio Cautário na produção do primeiro e a Reserva Aquariquara na produção do segundo. A tabela 04 apresenta os principais produtos extrativo por Resex.

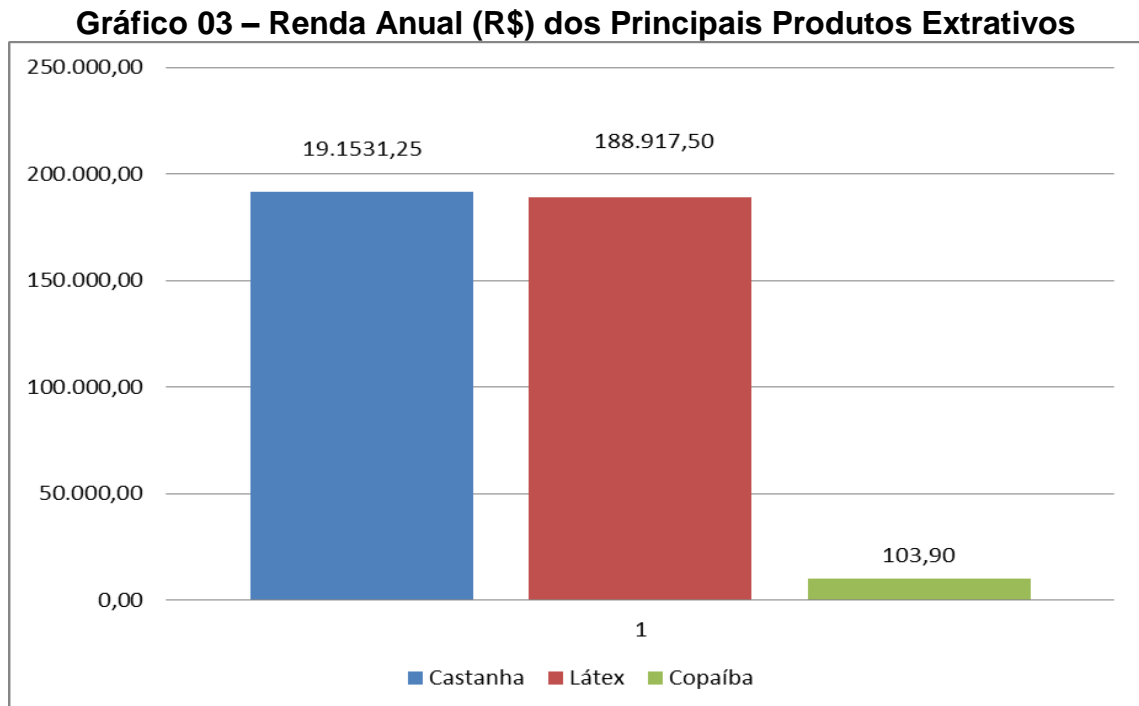
Tabela 04 – Produção (Kg) dos Principais Produtos Extrativos por Resex

Reserva Extrativista	Castanha	Látex	Copaiba	Açaí
Rio Cautário	95468	11742	221	0
Pacaas Novos	9855	233	0	0
Aquariquara	2920	34185	25	0
Rio Preto Jacundá	7992	0	713	461
Jaci Paraná	800	0	30	0
Pedras Negras	23586	0	0	0
Maracatiara	4444	15213	0	0
Castanheira	1420	6650	50	4500
Piquiá e Outras	6740	7544	0	24
Total	153225	75567	1039	4985

Fonte: Elaborado pela Autora.

Em termos de renda, constata-se o predomínio da Castanha-da-Amazônia com mais de R\$ 191.531,25 (cento e noventa e um mil, quinhentos e trinta e um e vinte e cinco centavos) e o látex com R\$ 188.917,50 (cento e oitenta e oito mil,

novecientos e dezessete reais e cinquenta centavos). O açaí, embora presente na produção de algumas reservas é um produto extraído mais para o consumo do que para comercialização. O gráfico 03 apresenta a renda anual dos principais produtos extrativos.



Fonte: Elaborado pela Autora.

O escoamento da produção agroextrativista foi apontado como um dos principais problemas para a comercialização dos produtos. O atravessador aparece como principal comprador tornando o extrativista refém desse tipo de comércio. Por isso, a importância de fornecer meios de transporte e melhorar o escoamento como forma de facilitar a venda dos produtos no comércio, garantindo melhores preços.

A gestão sustentável dos recursos vegetais extrativistas é mais uma das opções para a conservação da biodiversidade, implementação de políticas de uso múltiplo da floresta e desenvolvimento de uma parcela da população que ali vive. Os recursos não madeireiros, se manejados corretamente, causam impactos ecologicamente resilientes à floresta, comparados às atividades econômicas tais como a agropecuária, a mineração, a exploração madeireira, a construção de barragens, a urbanização desordenada e, ainda, a prática turística sem orientação ambiental.

Foi a aptidão e a diversidade florestal em potencial não madeireiro, na forma de borrachas, resinas, gomas, fibras, alimentícios, etc., que retardaram as atividades econômicas baseadas na conversão da floresta fomentadas pelas políticas de renda do governo brasileiro para a Região Amazônica.

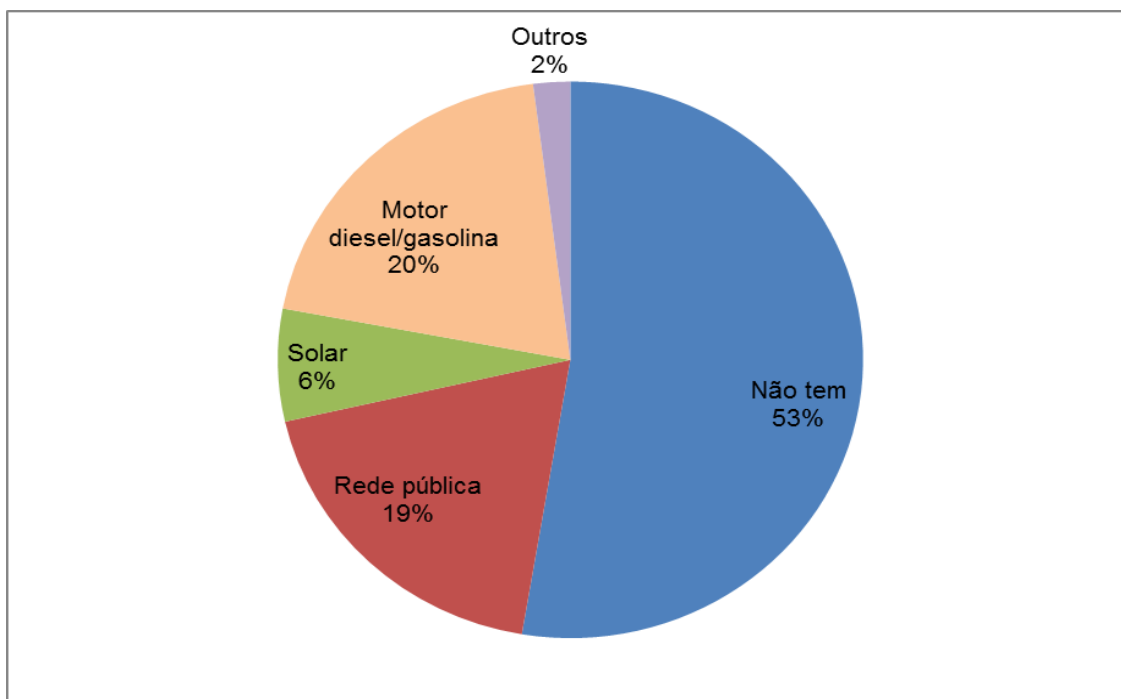
Mesmo sendo a sua participação pequena na composição do produto regional, a extração vegetal ainda gera ocupação para uma população de 1 milhão de pessoas da Região Amazônica (HOMMA, 1992). Isso leva a que a sua importância socioeconômica possa assegurar benefícios diretos e indiretos ao bem-estar social local, nacional e global, uma vez que contribui para a conservação da floresta e da sua biodiversidade.

O cultivo de alguns produtos, tais como mandioca, café e outros, contribui para as permanências de práticas tradicionais nas Resex, pois os extrativistas consomem para sua subsistência, mas também comercializam parte desta produção, gerando assim um aumento na renda. A produção da castanha e do látex faz com que essas famílias preservem o local e cumpram com a legislação. Embora solicitem outras alternativas de renda, essas práticas não ficam comprometidas, reforçando a importância de políticas públicas que visem melhorar e oportunizar ainda mais essas práticas.

5.3 Infraestrutura das Residências, Saúde e Educação

Nesse item apresenta-se a infraestrutura das residências e as principais fontes de energia utilizadas pelos extrativistas em seu cotidiano. Outros indicativos, e não menos importantes, são a saúde e a educação.

A primeira discussão deste tema perpassa entre o acesso ou não a fontes de energia elétrica. Em seguida, à residência dos extrativistas e suas características estruturais, que variam com base em alguns fatores como a preservação da cultura tradicional, localidade territorial e fatores econômicos. E, por fim, quais os principais bens materiais dos extrativistas. O gráfico 04 apresenta informações sobre acesso a energia elétrica.

Gráfico 04 – Acesso à Energia Elétrica

Fonte: Elaborado pela Autora.

Como apresentado no gráfico acima, 53%, correspondendo à maioria dos moradores das Resex não tem acesso à energia elétrica. Durante a pesquisa de campo, verificamos que a Resex Pedras Negras possui energia elétrica da rede pública por meio de um motor movido a óleo diesel. A Resex Rio Cautário tem como alternativa energética proveniente de placas solares, entretanto, a energia gerada, de acordo com moradores, é suficiente apenas para manter algumas lâmpadas. O motor movido a diesel ou gasolina aparece como outra forma de obtenção de energia elétrica mais comum em todas as Resex estaduais.

Quanto ao número de cômodos, a Resex de Castanheira possui a maior média (4,2 cômodos por residência) e a Resex Rio Jaci-Paraná surge com a menor média (1,7 cômodos/residência). As demais aparecem com uma média de 3 a 4 cômodos.

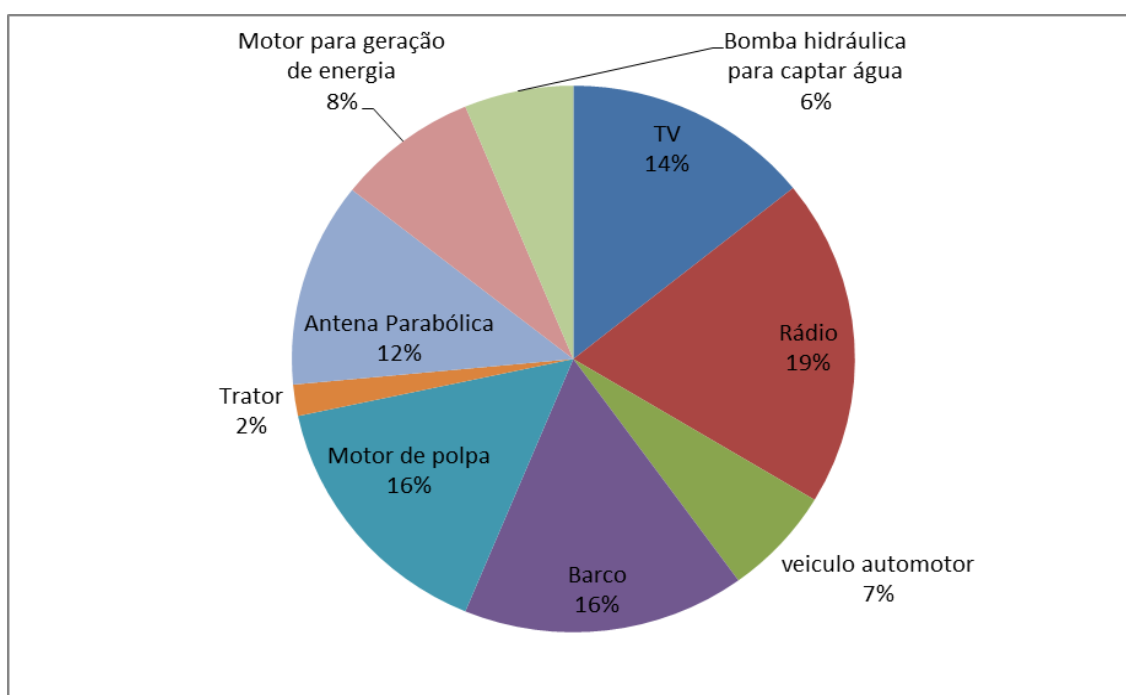
Referente ao piso, a madeira prevalece nas casas das Resex Rio Pacaás Novos e Rio Cautário. Outros tipos são o chão batido e cimento. A Resex Pedras Negras tem o maior número de casas com piso de cimento.

Os principais materiais utilizados para a cobertura das casas dos extrativistas nas UCs são a palha e a telha de amianto. A palha aparece expressivamente nas Resex Rio Pacaás Novos, Jaci-Paraná e Aquariquara. A telha de amianto está presente em todas as localidades, apresentando maior incidência na Resex Rio Cautário.

Com relação ao tipo de parede das casas, a madeira também aparece como principal material utilizado, seguida pela parede mista (alvenaria e madeira), que aparece em maior quantidade nas Resex Pedras Negras e Maracatiara e em outras.

O gráfico 05 mostra os bens materiais dos moradores. Optou-se por deixar a visualização dessa forma, pois a antena parabólica aparece com um índice elevado, aproximando-se dos bens como barco e motor de popa.

Gráfico 05 - Bens materiais dos moradores



Fonte: Elaborado pela Autora.

Dos bens materiais dos moradores das Resex, o rádio aparece como principal bem, seguido pelo barco, motor de popa e televisão. O trator ou tratorico, como é chamado pelos moradores, por se tratar de trator pequeno que auxilia no transporte de castanha e borracha, aparece em menor escala, sendo utilizado nas Resex de Machadinho do Oeste, principalmente Castanheiras.

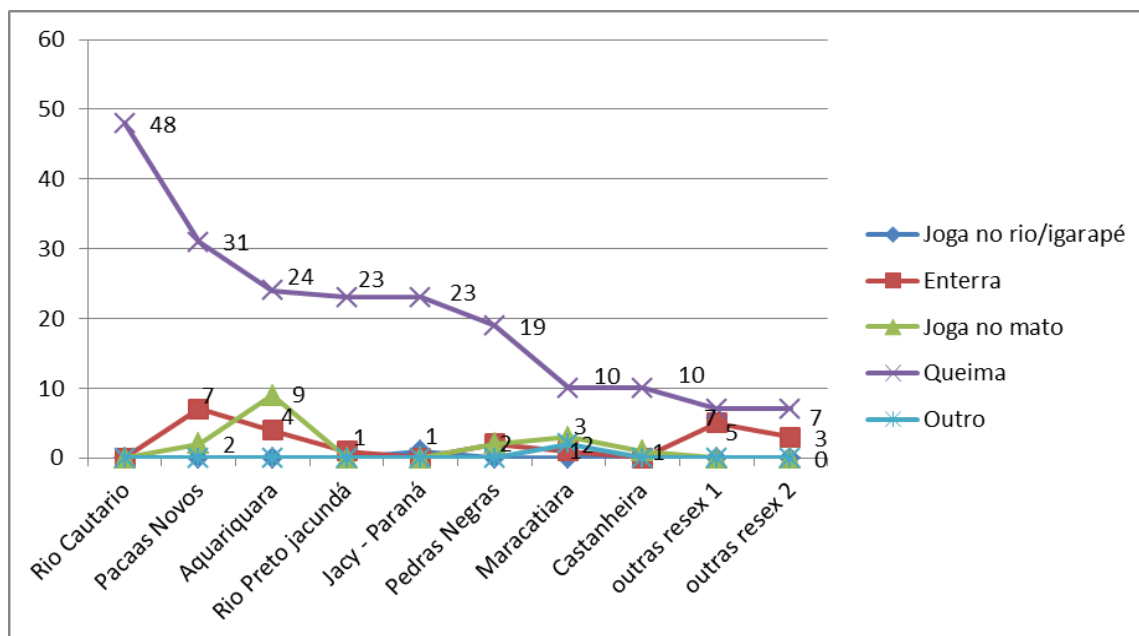
Conforme os dados verifica-se, que a infraestrutura das casas dos extrativistas em algumas colocações se mostra em condições minimamente adequada, diante da realidade local, segundo suas próprias interpretações. Como demonstrado em suas falas, mesmo com pouca assistência social, em geral a família tende a permanecer nas colocações, buscando superar a falta de atendimento à saúde utilizando plantas medicinais e outras alternativas por meio do saber local.

5.4 Saneamento Básico

O saneamento básico é um conjunto de ações a fim de melhorar a qualidade de vida das populações. Como cita a Secretária Nacional do Saneamento Ambiental: “Como uma questão essencialmente de saúde pública, o acesso aos serviços de saneamento básico deve ser tratado como um direito do cidadão fundamental para a melhoria de sua qualidade de vida” (VAZ, 2009, p. 2). Nesse sentido é importante saber onde estão sendo depositados os resíduos sólidos, as características das instalações sanitárias, as fontes e o tratamento da água utilizada pelas famílias extrativistas.

O gráfico 06 apresenta informações sobre destino do lixo doméstico, observa-se que a Resex do Rio Cautário, quando comparada às outras Resex, apresenta um elevado índice no item queimada.

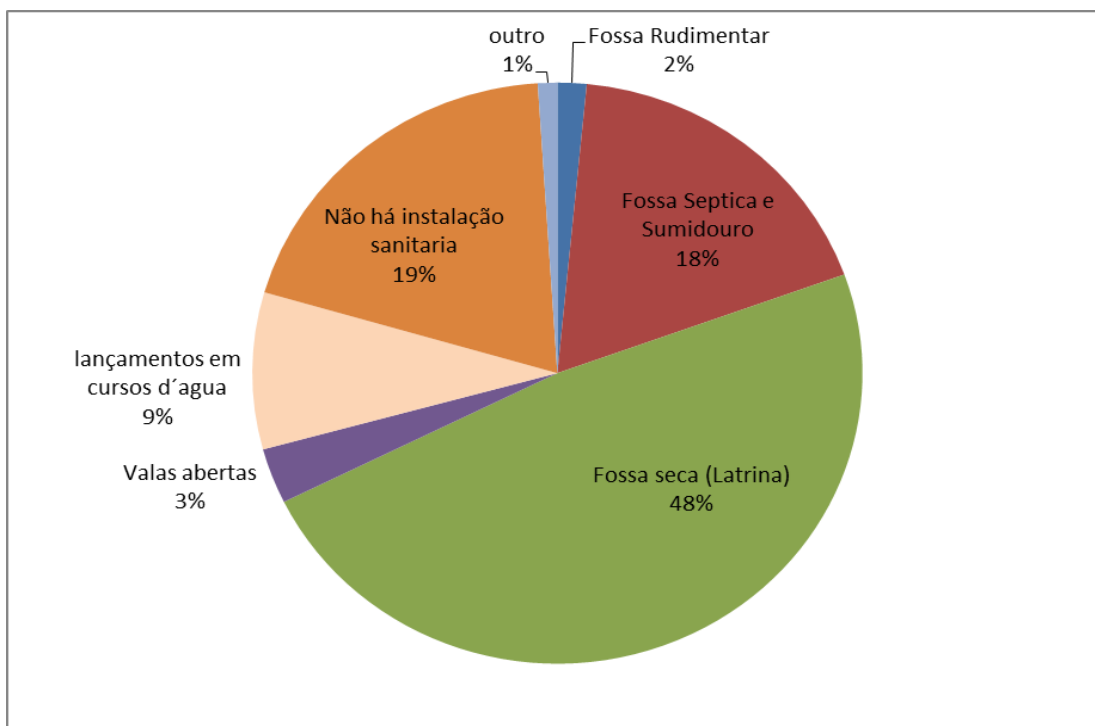
Gráfico 06 - Destino do lixo doméstico



Fonte: Elaborado pela Autora.

O gráfico acima indica que a principal prática utilizada para o destino do lixo é a queima. Outra prática que chama atenção é o aterro do lixo nas imediações, seguido pela destinação do lixo no mato. A produção de lixo está associada à urbanização, a variação populacional e a capacidade de crescimento de sua economia. Quanto maior a aquisição industrial e o poder aquisitivo, além de um maior volume de diferentes resíduos. A população deseja de alguma forma livrar-se desse material, sem imaginar que estão aumentando o passivo ambiental e que este irá influenciar negativamente a vida de todos independente do nível de consumo.

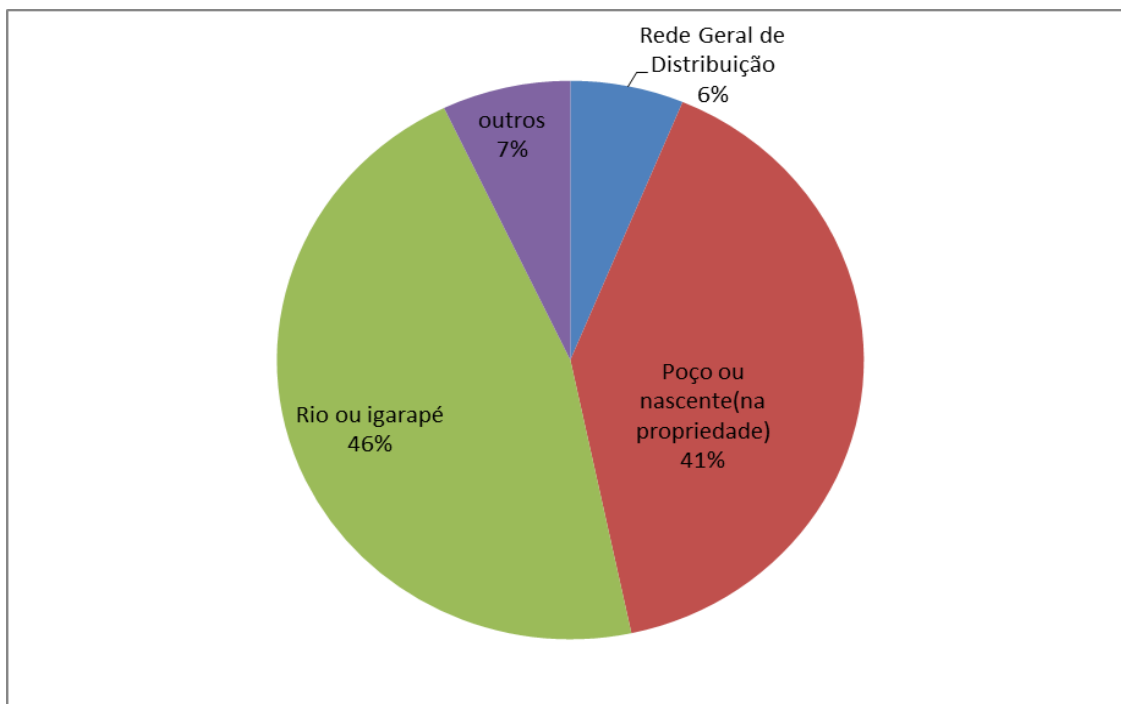
O gráfico 07 mostra as instalações sanitárias das Resex. Neste item os moradores não têm muitas alternativas: a fossa seca (latrina) aparece com o índice mais elevado na maioria das Resex.

Gráfico 07 - Instalações Sanitárias

Fonte: Elaborado pela Autora

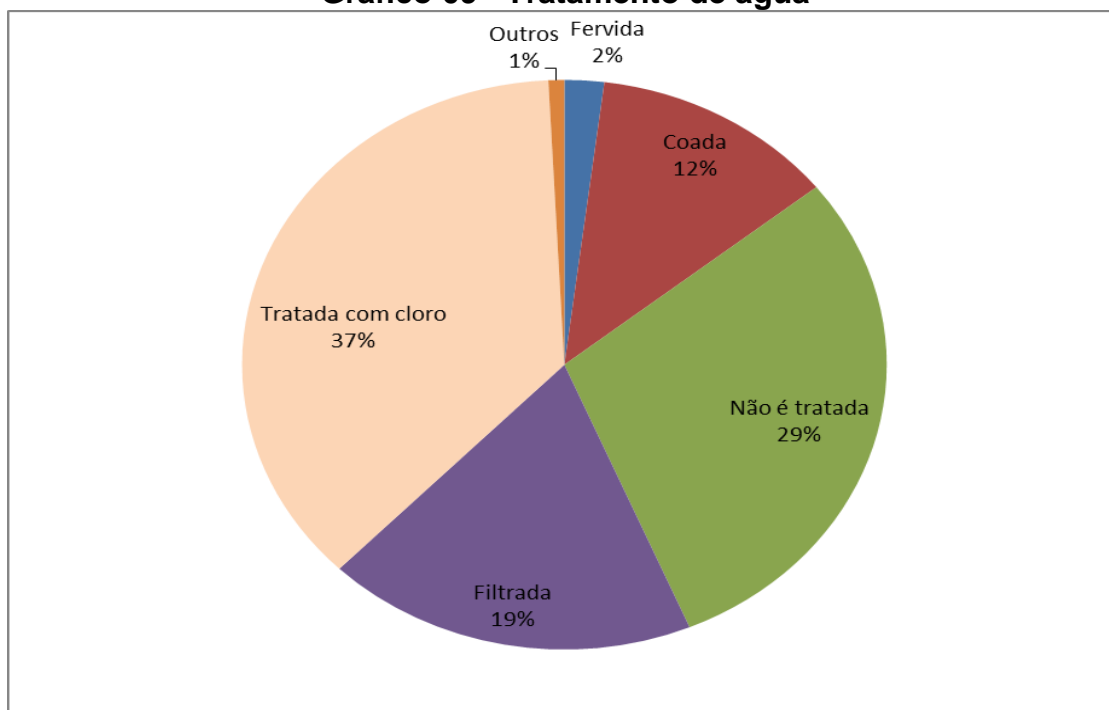
Muitos municípios brasileiros não dispõem de rede para coletar seus dejetos, que vão para fossas sépticas rudimentares, ou pior ainda, são jogados diretamente em rios, o que compromete a qualidade da água.

Com relação às instalações sanitárias, a fossa seca (latrina) aparece com maior incidência na Resex Rio Pacaás Novos, com lançamento de dejetos em cursos d'água como segunda alternativa. Outro dado preocupante está na Resex Maracatiara, que apresenta um número expressivo de casas sem nenhuma instalação sanitária. A fossa séptica e sumidouro aparecem em pequena escala em diversas Resex. O Gráfico 08 apresenta o abastecimento da água consumida.

Gráfico 08 - Abastecimento da água consumida

Fonte: Elaborado pela Autora.

Referente à água utilizada para consumo, o rio ou igarapé aparecem como principal fonte nas Resex de Pacaás Novos e Rio Cautário. A Resex Aquariquara tem seu abastecimento de água proveniente de poços ou nascentes. Pedras Negras utiliza a água da rede pública proveniente do Rio Guaporé. O Gráfico 09 mostra o tratamento de água.

Gráfico 09 - Tratamento de água

Fonte: Elaborado pela Autora.

O tratamento da água é feito de forma variada. Alguns moradores realizam até três tipos de tratamento: ferver, coar e filtrar a água necessária para o consumo. Existem casos de moradores que utilizam a água direto da fonte, sem nenhuma forma de purificação. A utilização de cloro é feita de acordo com o acesso que essa população tem a esse tipo de tratamento. Na Resex Rio Cautário a maioria filtra a água.

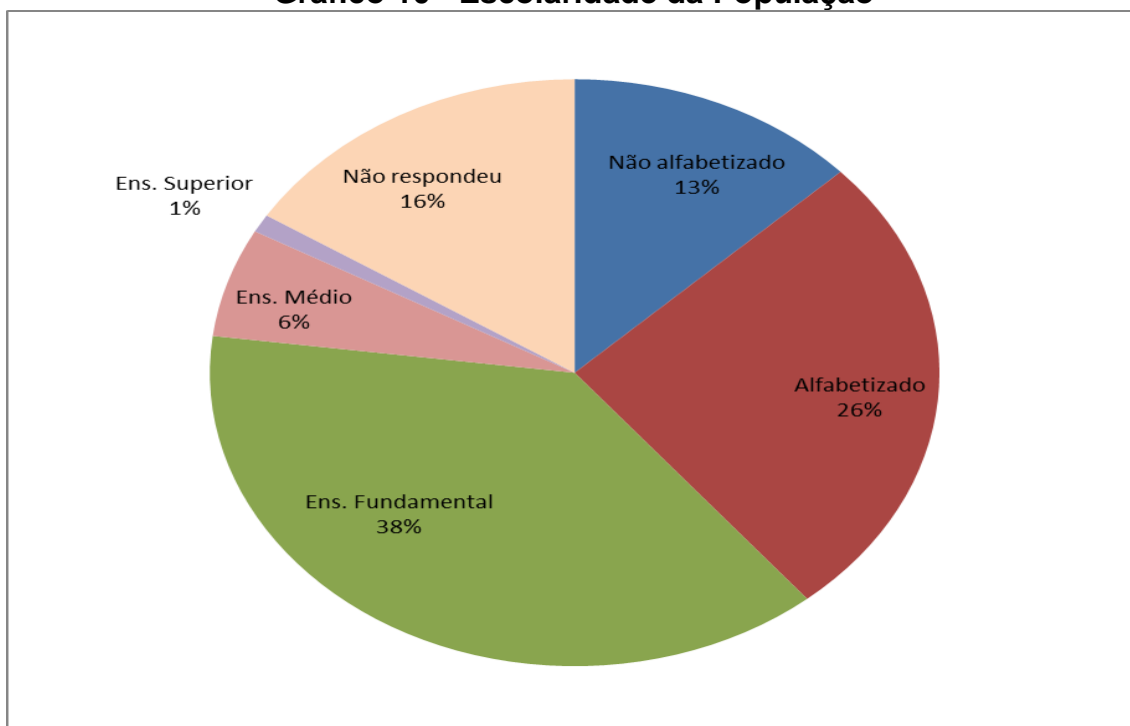
O saber local está muito presente neste item, tendo em vista que a maioria das Resex, pela sua localização, tem dificuldades quanto ao destino dos resíduos sólidos, porém, eles têm consciência que precisam manter o ambiente limpo, sem agredir a natureza, assunto discutido nas reuniões das cooperativas e associações junto à Secretaria Estadual de Meio Ambiente. Estas reuniões são mais frequentes nas Resex localizadas em Machadinho do Oeste, Guajará Mirim e Porto Velho. As Resex situadas mais distantes de centros urbanos estratégicos de Rondônia têm esse tipo de reunião de forma mais esporádica, dificultando o acompanhamento de seu desempenho no tratamento de resíduos e no acesso a informações sobre a qualidade ambiental.

5.5 Educação

As crianças em idade escolar permanecem em suas *colocações*. Frequentam escolas ali existentes ou a escola mais próxima, até concluírem o ensino oferecido. Após esse período, procuram outras escolas, normalmente em áreas rurais próximas. Quando não encontram, migram para as cidades para morar com parentes ou com os pais, sendo isto apontado como uma das causas para a evasão nas Reservas Extrativistas.

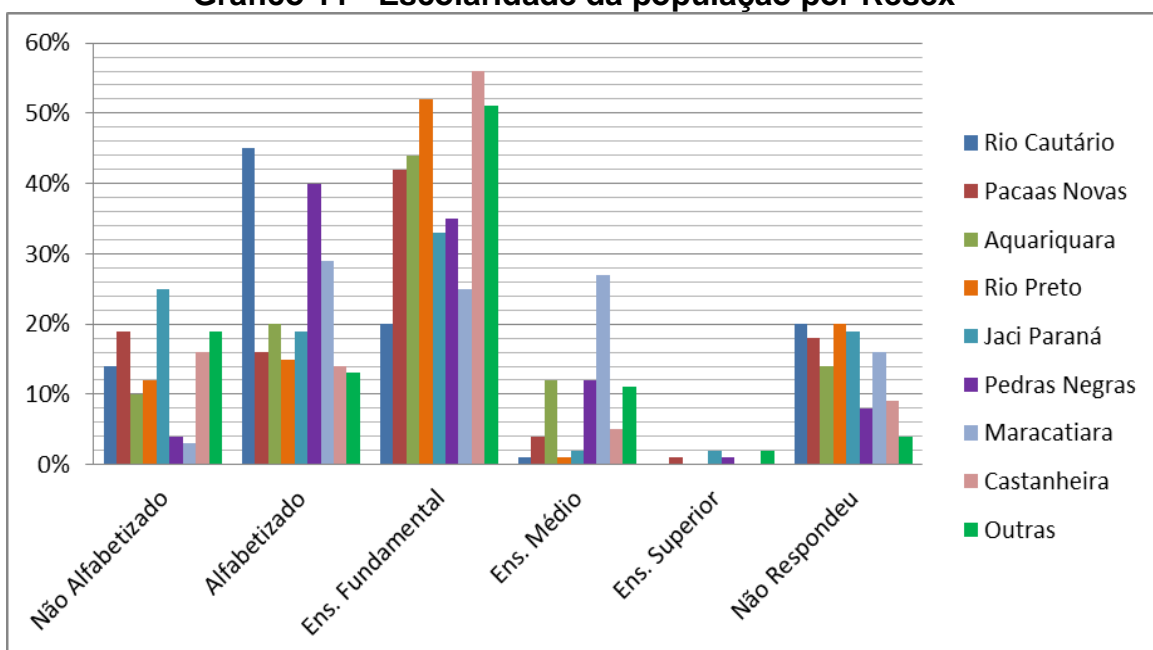
Na UC onde existe escola, o ensino é oferecido da seguinte forma: Resex Rio Pacaás Novos oferece ensino multisseriado da 1ª à 4ª série, com apenas um professor e cerca de 10 alunos; Rio Cautário, ensino multisseriado da 1ª à 4ª série, com dois professores e oferece no período noturno o Programa EJA (Educação de Jovens e Adultos). Nas Resex localizadas na região de Machadinho do Oeste e Vale do Anari, o ônibus escolar realiza o transporte dos alunos até as escolas na cidade ou em escolas rurais. Os alunos da Resex Rio Preto Jacundá, na área de terra firme, deslocam-se até a estrada e são transportados por ônibus escolar até o Distrito de Estrela, a 18 km. Na área ribeirinha da unidade, os alunos estudam em escolas próximas às margens do Rio Machado, no Município de Porto Velho ou Machadinho do Oeste.

Nos gráficos de 10 a 12 são apresentados os dados sobre educação da população pesquisada.

Gráfico 10 - Escolaridade da População

Fonte: Elaborado pela Autora.

Constata-se que 38% da população tem o ensino fundamental, 13% não são alfabetizados, 26% apenas alfabetizados, 6% com ensino médio e 1% com ensino superior.

Gráfico 11 - Escolaridade da população por Resex

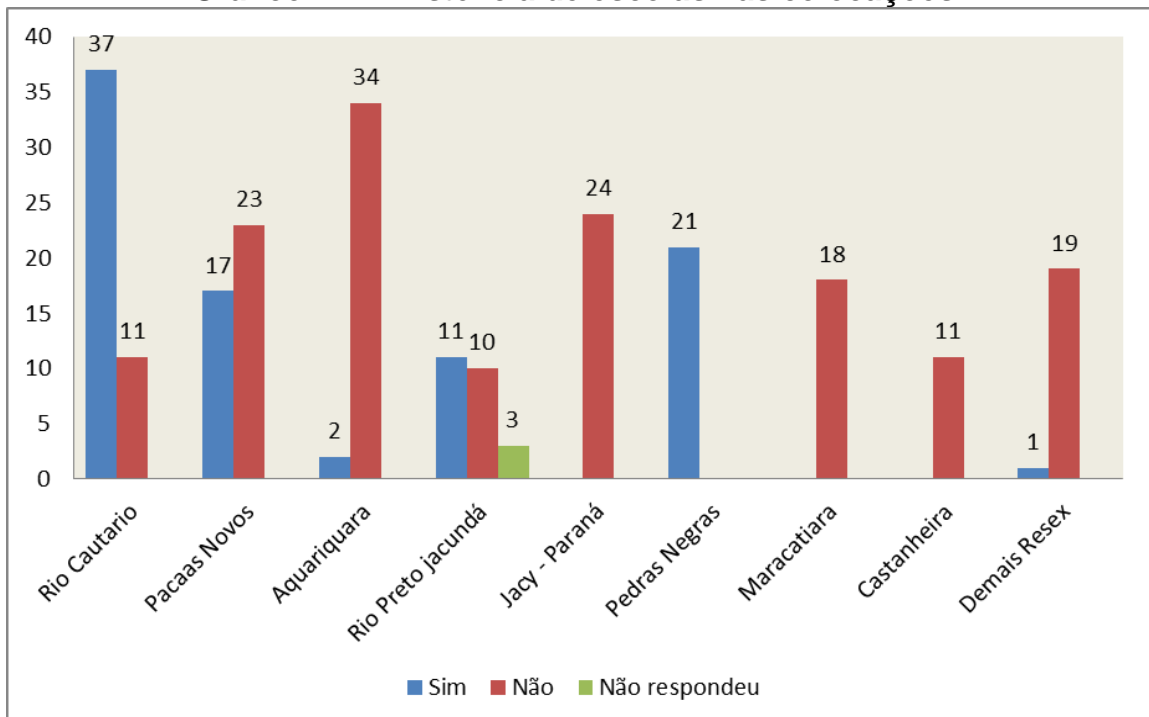
Fonte: Elaborado pela Autora.

Nesta categoria, a Resex de Castanheira se destaca com um percentual de 56% de pessoas com ensino fundamental, seguida da Rio Preto Jacundá com 52%, Aquariquara, 44% e Rio Pacaás Novos com 42%. Em relação à alfabetização, a Resex de Rio Cautário apresenta um percentual de 45% e Pedras Negra 40%. Na categoria ensino superior, Pacaás Novos aparece com um percentual de 2%.

Quanto à escolaridade do responsável pela colocação, a Resex Maracatiara se destaca com um percentual de 84% de alfabetizados. Em seguida vem a Resex Rio Cautário, com 52%. Na reserva Castanheira o destaque é para a categoria de ensino superior, com 36%. Na Resex Rio Preto Jacundá a categoria de ensino fundamental aparece com 43%

Nas Reservas Extrativistas, a divisão do espaço territorial é organizada por comunidades e esta é caracterizada como um grupo de colocações. O objetivo deste questionamento foi verificar o acesso dos moradores a escolas.

Gráfico 12 - Existência de escolas nas colocações



Fonte: Elaborado pela Autora.

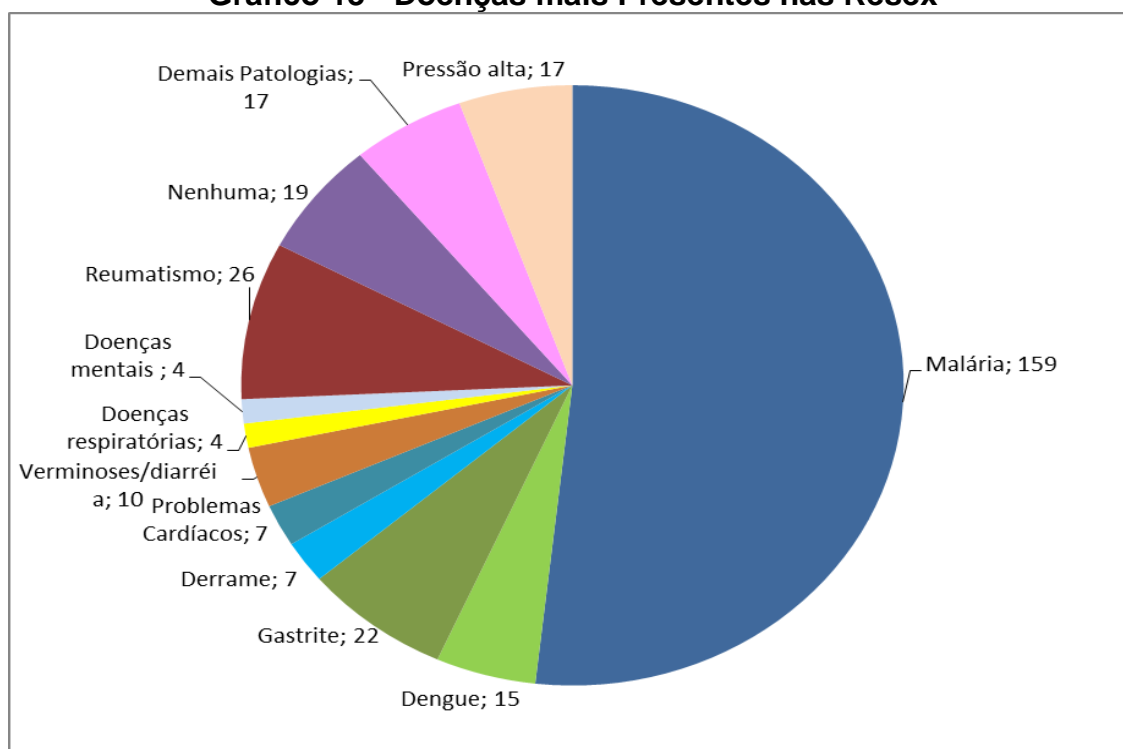
Ao serem questionados a respeito da existência de escolas nas comunidades, destaca-se a Resex Rio Cautário, onde 37 entrevistados responderam a alternativa sim, seguida por Pedras Negras onde 21 entrevistados apresentam a mesma alternativa.

5.6 Saúde

Em relação ao acesso à saúde nas Reservas Extrativistas, conforme constatado pelas entrevistas e relatos dos moradores durante a pesquisa de campo, existe o profissional em saúde: Agente Comunitário de Saúde -ACS. Conforme estabelece o Programa de Saúde da Família-PSF, o ACS tem a função, entre outras, de distribuir o cloro e orientar os extrativistas para a prevenção de algumas doenças. A malária aparece como principal doença nas UCs tendo em vista ser uma doença de incidência em áreas tropicais.

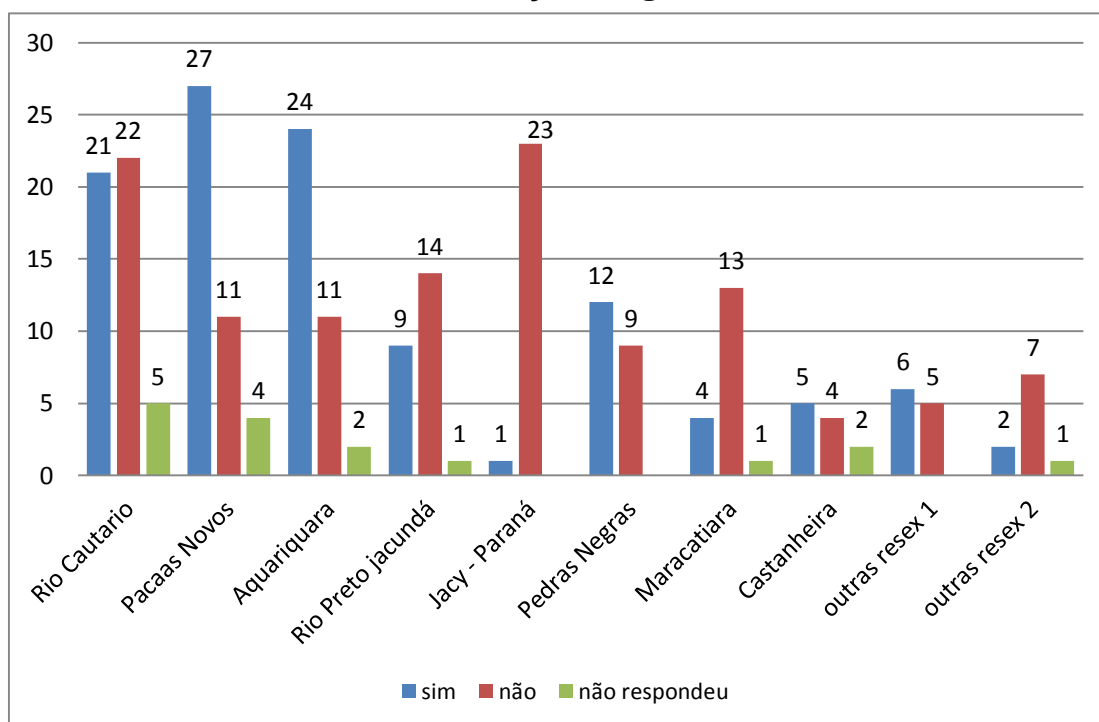
Nos gráficos de 13 a 15 são apresentados os dados relativos à saúde nas Resex.

Gráfico 13 - Doenças mais Presentes nas Resex



Fonte: Elaborado pela Autora.

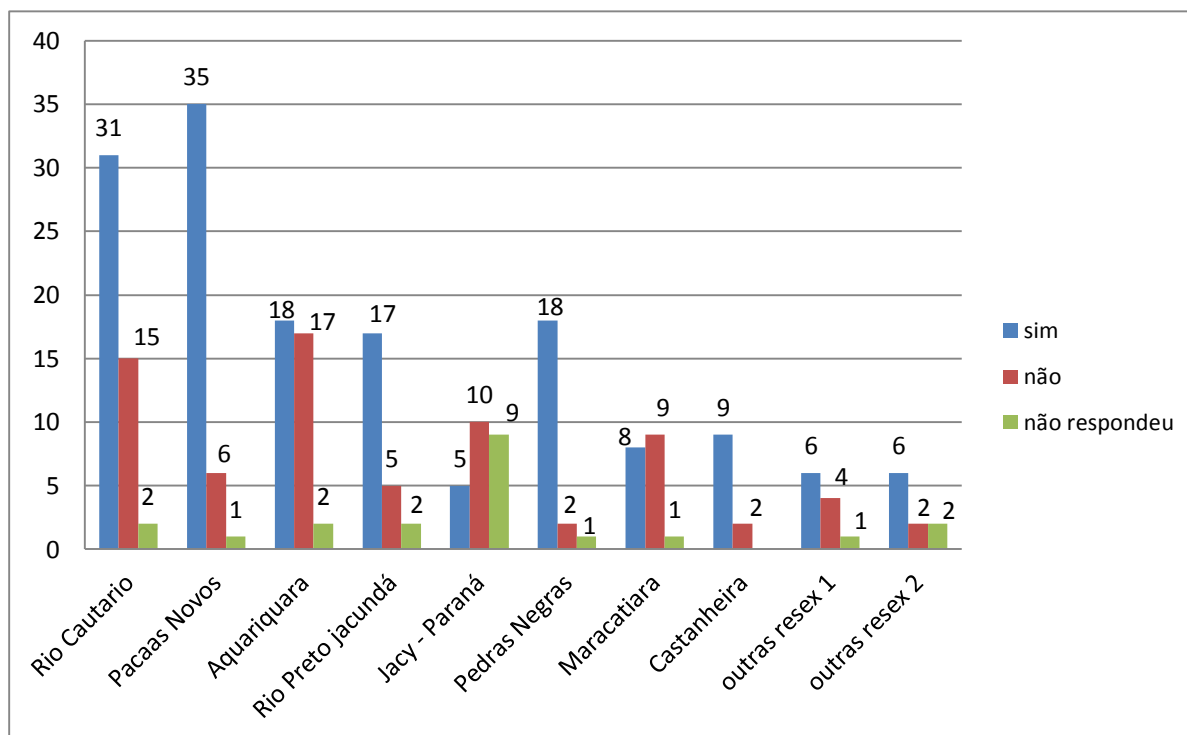
A região amazônica é uma área endêmica para a malária, sendo considerada de alto risco, estando muito ligada às condições de saneamento ambiental das localidades, então, não foi surpresa detectar a malária como a patologia de maior incidência nas Reservas Extrativistas do Estado de Rondônia. O reumatismo e a pressão alta destacaram-se nas Resex aonde a faixa etária das pessoas é superior a 60 anos.

Gráfico 14 - Presença de Agentes de Saúde

Fonte: Elaborado pela Autora.

As Resex Pacaás Novos e Aquariquara se destacam pela presença de agentes de saúde na colocação. O mesmo não ocorre em Jaci Parará, Rio Preto Jacundá, Maracatiara e grupo de outras Resex 02, em que a maioria dos moradores respondeu não existir a figura do ACS. Na Resex Rio Cautário nota-se divisão de opiniões quanto a presença ou não de ACS.

Quando questionados sobre o responsável pela saúde da mulher, os entrevistados responderam que não existe ninguém responsável pela saúde da mulher na maioria das colocações. Constata-se que, além dos que não responderam por não terem conhecimento sobre o assunto, a citação do posto de saúde como responsável foi feita por apenas poucos moradores. Com isso, o uso de essências medicinais é muito frequente conforme gráfico abaixo.

Gráfico 15 - Uso de essências medicinais

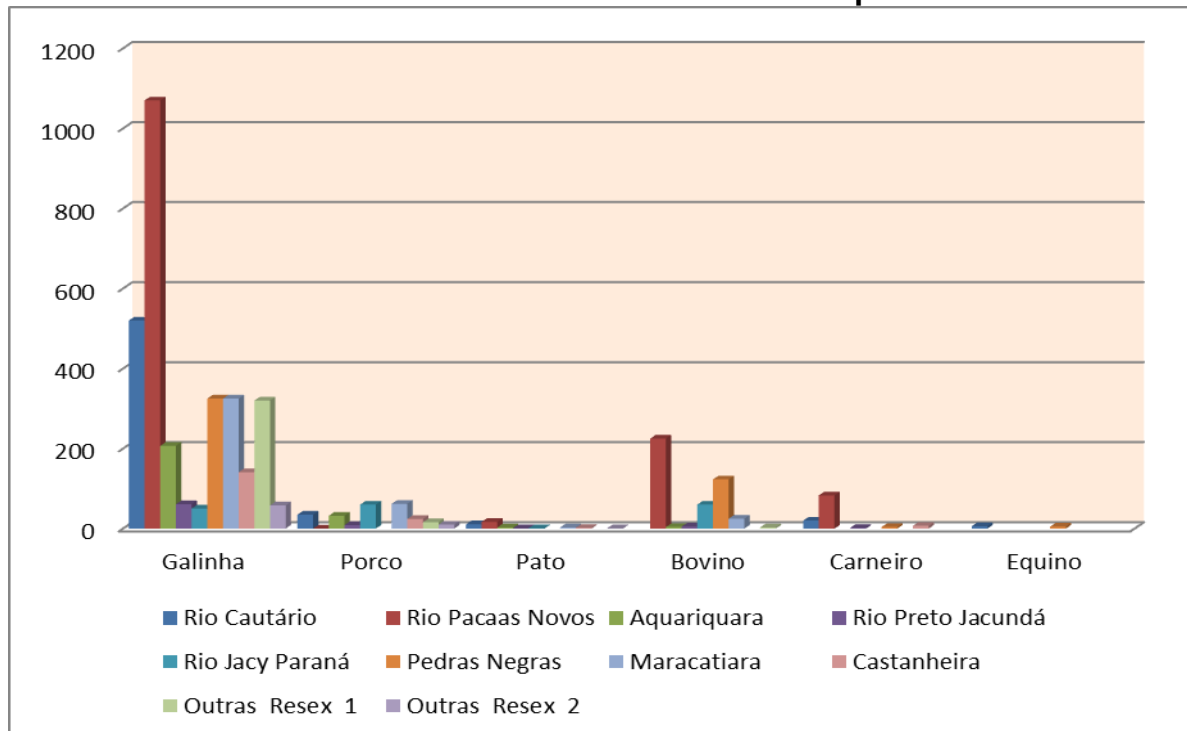
Fonte: Elaborado pela Autora.

O uso de essências para fins medicinais tem grande utilização pela maioria dos moradores das Reservas Extrativistas, principalmente Rio Cautário, Pacaás Novos e Pedras Negras.

É extensa a lista de essências utilizadas pelos extrativistas: copaíba e faveira aparecem como as mais comuns nas Ucs. A fitoterapia pode ser considerada como alternativa para solucionar problemas de saúde, uma vez que as essências são popularmente usadas para fins medicinais pelos moradores e o uso destas vem de um conhecimento tradicional da floresta repassado através de gerações.

5.7 Criação de Animais Domésticos e Cultivo de Frutas

Sobre animais, em todas destaca-se a criação de galinhas e patos, provavelmente parte para consumo e parte para comércio nas localidades próximas, os bovinos com maior expressão na Resex Pacaas Novos. O gráfico 16 contém os dados da produção de animais.

Gráfico 16 – Número de Animais Domésticos por Reserva

Fonte: Elaborado pela Autora.

Nos quintais das colocações as frutas são comuns e compõem a alimentação dos extrativistas. A variedade de frutas é extensa: manga, laranja e abacaxi são predominantes na maioria das casas. As frutas, além de ajudar a compor a alimentação destas populações, são também uma fonte nutricional alternativa.

Observou-se que as práticas de criar animais e cultivar frutas, permanecem em todas as Resex, passando de geração para geração. Essa prática ajuda na composição alimentar, bem como se constitui em outra importante fonte de renda.

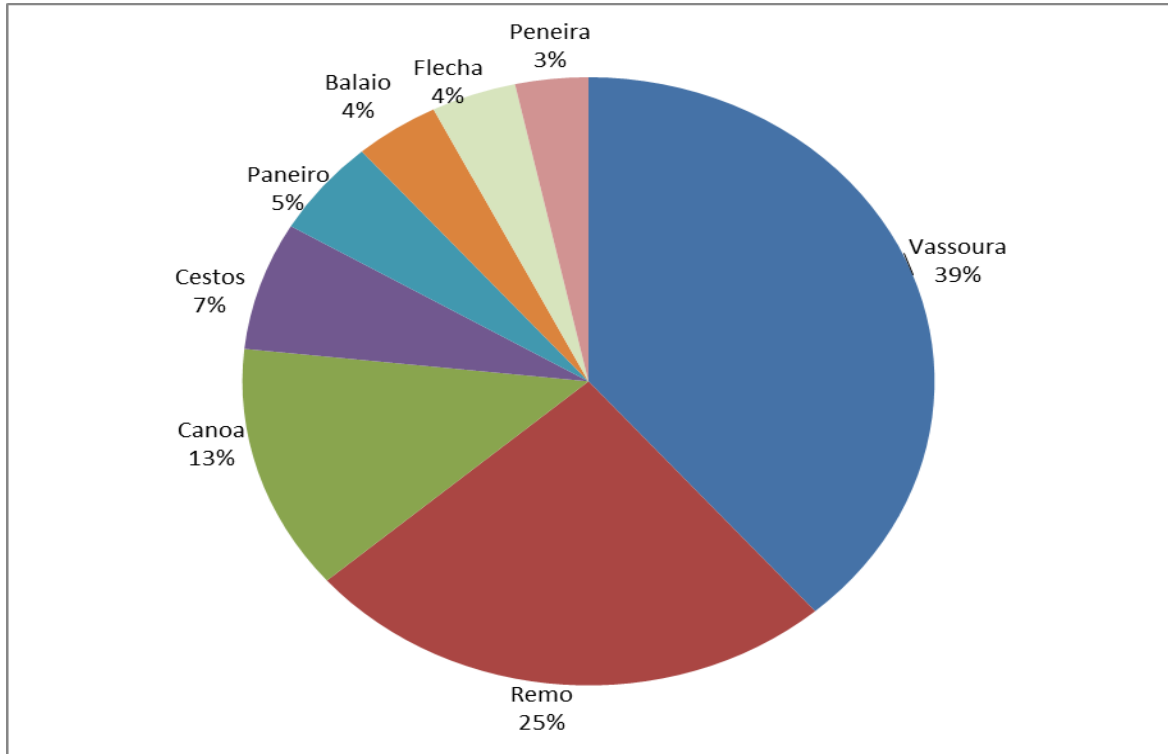
É importante destacar que os extrativistas não gostam de se deslocar para comercializar sua produção, justificando, na maior parte dos casos a presença da figura do atravessador em pelo menos uma vez ao ano no período da colheita da produção, momento em que há a compra de seus produtos para revenda com preços maiores nas cidades próximas.

5.8 Artesanato

Diversos objetos utilizados no dia a dia do extrativista são feitos artesanalmente utilizando, principalmente, o cipó na fabricação de cestos,

vassouras, paneiros, balaios e a madeira usada em remos e flechas. No gráfico 17 são apresentados os dados sobre artesanato nas Resex.

Gráfico 17 – Produtos artesanais



Fonte: Elaborado pela Autora.

Como observa-se, a vassoura e o remo aparecem como os artesanatos mais comuns na maioria das UCs, seguida pelo remo e pela canoa, que se fazem presentes em várias Resex destacando-se a Rio Pacaás Novos.

Essa permanência de práticas de confecções de artesanatos tais como paneiros (suporte de palha para carregar objetos e a própria produção), vassouras e remos vai muito além do que um acréscimo na renda familiar. Os extrativistas exploram técnicas tradicionais repassadas de forma oral de pai para filho, permitindo ainda que o que aprenderam com os antigos se matem até os dias atuais e quando são reconhecidos com a compra do produto, reforça a continuidade dessa prática.

5.9 Meio Ambiente

Analisar as questões ambientais que envolvem as Reservas Extrativistas do Estado de Rondônia não é tarefa fácil, quando levados em consideração alguns aspectos, como, por exemplo, a diversidade de fatores regionais de cada área.

Considerando a extensão territorial do Estado, encontramos elevada variação nos problemas enfrentados no cotidiano. Existem áreas com acesso feito por estradas, com facilidades tanto para os extrativistas quanto para potenciais exploradores, que ocasionam grilagem de terra, furto de madeira ou de outros produtos florestais, desmatamento, etc. Em contraste, existem áreas com acesso exclusivo por meio aquático, sendo que estas geralmente apresentam problemas ambientais diferenciados, como excesso de pesca, de caça, problemas com o lixo, dentre outros. Fatores que similarmente acarretam na redução da biodiversidade das áreas.

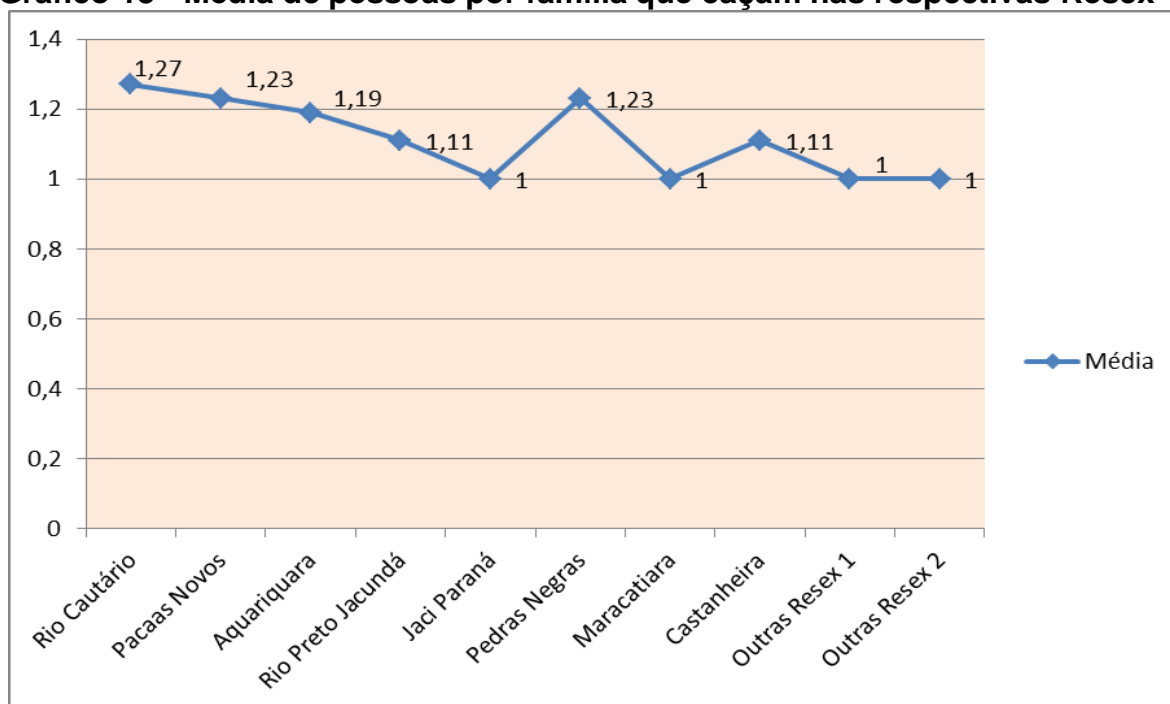
Nas populações tradicionais, a atividade econômica é predominantemente familiar, os saberes são transmitidos de geração a geração, e referem-se ao território ocupado e funcionamento do ecossistema local.

Não se pode deixar de considerar a dimensão dos processos sociais, econômicos, culturais e naturais, formadores do espaço geográfico, que se constitui como o produto da relação entre a sociedade, com cada uma das suas particularidades, e a natureza na qual ela se organiza. Dessa forma, essa geografia cultural e histórica vai se formando dentro de um quadro dialético entre a sociedade e a natureza, produzindo e reproduzindo o espaço, a cultura e a vida.

Quando se trata apenas das populações tradicionais das Reservas Extrativistas, estudos como os de Amaral e Caldas (2002) mostram que estes exercem caças a alguns grupos de animais silvestres, como por exemplo, os mamíferos e as aves. Geralmente uma ou mais pessoas de uma mesma família caçam.

A prática da caça é geralmente para auto-consumo. A caça é realizada tanto de dia quanto de noite. A criação de animais também é voltada para o auto-consumo (galinha é a criação mais comum), que são alimentados com restos de alimentos orgânicos. Há moradores que também criam bois, sendo essa criação associada ao status nas comunidades.

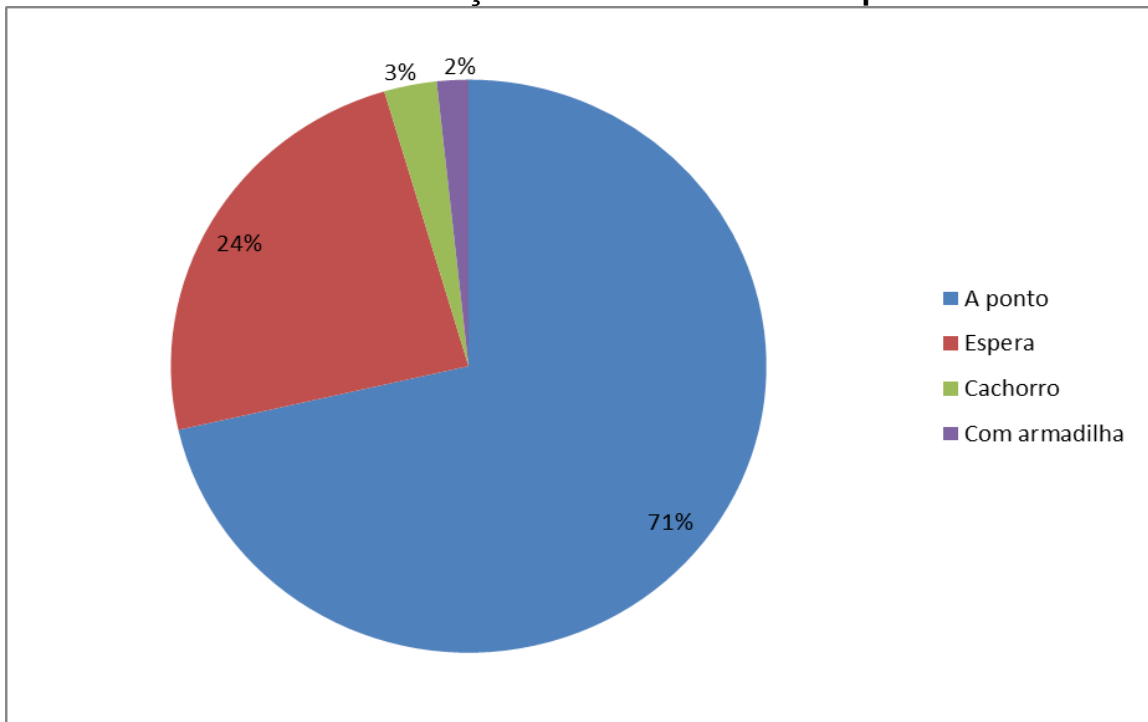
Os gráficos de 18 a 23 apresentam os dados sobre meio ambiente das Resex.

Gráfico 18 - Média de pessoas por família que caçam nas respectivas Resex

Fonte: Elaborado pela Autora.

Em média, pelo menos uma pessoa por família das Resex citadas exerce algum tipo de caça. Principalmente nas áreas onde não existem grandes cursos d'água, a maior parte da proteína animal vem dos animais silvestres.

Vários grupos diferenciados de animais silvestres são cinegéticos, destacamos alguns mamíferos e algumas aves de médio e grande porte. Por existir essa diversidade de espécies, métodos distintos de caça são aplicados.

Gráfico 19 – Métodos de caça mais utilizados nas respectivas Resex

Fonte: Elaborado pela Autora.

Notadamente, a caçada “a ponto” foi a que mais se destacou. Esse tipo de caça acontece quando o extrativista sai em busca de animais ativamente e quando os encontra promove o abate. Geralmente o comunitário anda sozinho para não espantar os animais. Em alguns casos o caçador pode imitar o som do animal que procura para que este venha até seu encontro, muito comum com azulona, macacos diversos, anta e onça pintada.

Outra forma de caça em destaque é a de “espera”, (o caçador se coloca ou posta, em um local de visibilidade privilegiada sobre um ponto de alimentação), sendo esta executada quando se encontra uma árvore frutífera, barreiro ou outro local em que haja um atrativo para as espécies desejadas. Nesse local faz-se uma armação de madeira para que o caçador fique um tanto mais alto do chão, onde aguarda o animal para o abate.

A caça com armadilhas não é muito utilizada, com mais destaque para a Resex Jaci-Paraná. A utilização de cães para a perseguição dos animais não é muito usual, visto que geralmente afugenta muitos animais da localidade. Raramente é utilizada em algumas localidades, com destaque para a Resex Pacaás Novos.

A influência na quantidade e forma utilizada para a caça interfere diretamente no tempo empregado para o abate de um animal.

Tabela 05 – Tempo gasto para promover o abate de um animal silvestre (em horas)

Reserva Extrativista	Verão	Inverno
Rio Cautário	3,11	3,45
Pacaas Novos	2,77	2,47
Aquariquara	1,74	2,09
Rio Preto Jacundá	2,22	2,36
Jaci Paraná	2,67	4,3
Pedras Negras	2,5	4,08
Maracatiara	3,25	2,5
Castanheira	2,11	3
Outras Resex 1	2,75	2,6
Outras Resex 2	2,5	3

Fonte: Elaborado pela Autora.

A média de tempo para o período do verão ficou em 1,34 h para abater uma presa, sendo que para o período do inverno a média é de 1,57 h. O tempo mais elevado para o período chuvoso provavelmente está relacionado com a disponibilidade de água. Em períodos de seca, os animais procuram locais específicos, como margens de rios, poças e lagoas, sendo que os caçadores são sabedores e procuram estes locais. Nas Resex que são cortadas e/ou dependentes de grandes rios este padrão é mais observado, como por exemplo, as Resex Jaci-Paraná e Pedras Negras. Nas áreas onde os *habitats* são terrestres, como na Resex Maracatiara, os dados são inversos.

Geralmente os moradores necessitam se deslocar por grandes distâncias pois a população de animais de caça vai diminuindo nas proximidades das colocações ao longo do tempo. Habitualmente, os extrativistas possuem locais determinados para executarem a caça. O conhecimento tradicional, repassado entre gerações, os leva a seguir um padrão de localidade, preferindo os locais frequentados pelos animais.

De forma geral, os extrativistas preferem a terra firme para caçar. Pelos relatos de campo, são nessas áreas que se concentram a maioria dos animais que estão na preferência alimentar das populações tradicionais. A várzea também é outro local muito utilizado, geralmente por ser um tipo de caça efetuado com o uso de canoas, dando maior mobilidade para o caçador. Estradas de seringas, roçados e castanhais são locais onde a caça ocorre de forma mais oportunista, porque o comunitário sai para fazer outro trabalho e abate algum animal que aparece. Fruteiras e barreiros são locais de baixa visitação. Observando o padrão de locais utilizados, torna-se perceptível quais grupos de animais são preferencialmente caçados. O local escolhido para procurar animais varia de acordo com a espécie/grupo.

Os porcos do mato (queixadas e caititus) são os animais preferencialmente caçados em ambos os períodos, possivelmente por serem animais gregários, o que facilita o encontro e abate. Também são animais de grande porte, o que confere grande quantidade de carne em apenas uma caçada. A Resex Pedras Negras deve ser destacada das demais por apresentar algumas peculiaridades. Observando o consumo, nota-se que o porco do mato não se destaca das outras duas espécies (queixadas e caititus), sendo que, no inverno, o animal mais caçado é o veado campeiro. Ressalta-se que nessa Resex existem muitas áreas de campo natural, *habitat* preferencial desta espécie que usa estas áreas de campos alagados para sobreviver.

A Paca – *Cuniculus paca*, aparece em segundo lugar na preferência dos extrativistas. Essa espécie possui grande distribuição geográfica e é de fácil abate, geralmente realizado em locais de alimentação e no período noturno.

O abate de cervídeos é menor do que de porcos do mato e pacas, porém, em certas áreas ele ocorre frequentemente. Com exceção de Pedras Negras, por possuir áreas de campo natural, nas outras Resex os cervídeos caçados são do gênero *Mazama*, sendo estes animais de *habitats* de florestas mais densas.

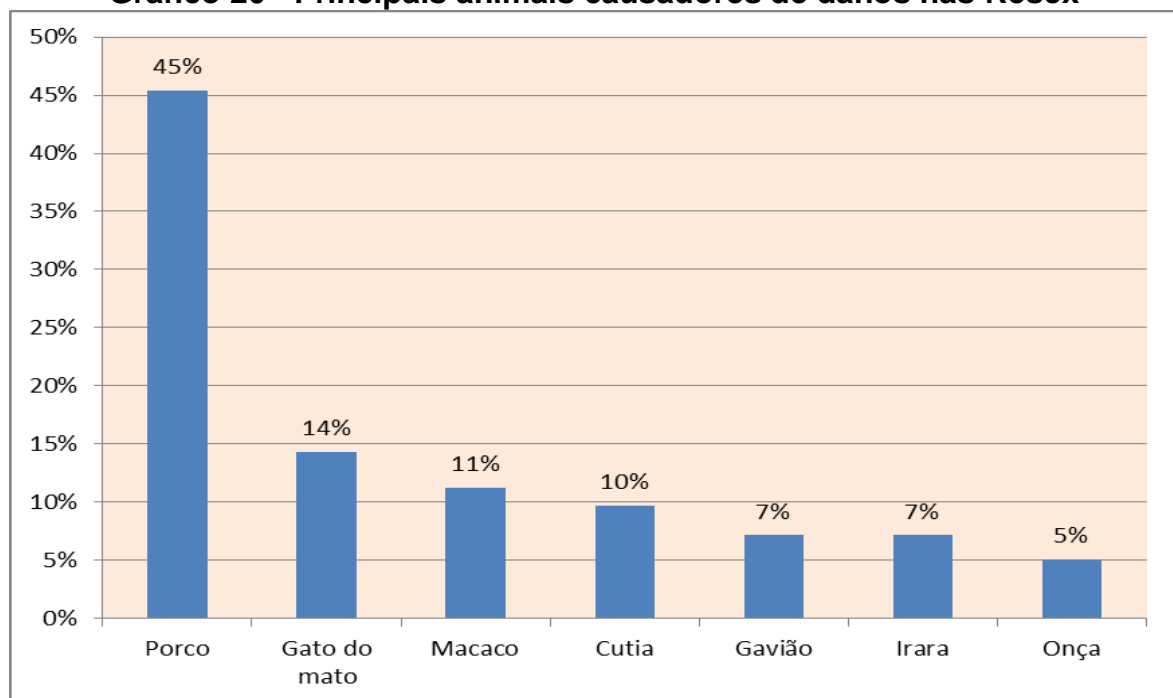
Reservas extrativistas com altos índices populacionais geram maiores impactos nos animais silvestres. Geralmente ocorre a superexploração de

determinadas espécies que são preferenciais dos moradores, o que leva a uma diminuição ou desaparecimento desta.

As espécies de porcos do mato, apontadas anteriormente como as mais caçadas, são também apontadas como as que estão desaparecendo das áreas das Resex. São animais que vivem em grandes bandos (bandos de Caititus podem chegar 20 indivíduos e os bandos de queixadas podem ultrapassar 150 indivíduos), e geralmente é abatido mais de um animal por caçada. Outro fator que contribui para o desaparecimento das queixadas é o fato de serem animais com grande poder de dispersão, podendo se deslocar por vários quilômetros quando afugentados.

A proximidade dos moradores com as áreas florestadas, padrão encontrado nas Resex, leva ao contato direto com os animais silvestres. As áreas abertas para o plantio das roças são feitas a certa distância da moradia, o que pode ocasionar o ataque das plantações por algumas espécies.

Gráfico 20 - Principais animais causadores de danos nas Resex



Fonte: Elaborado pela Autora.

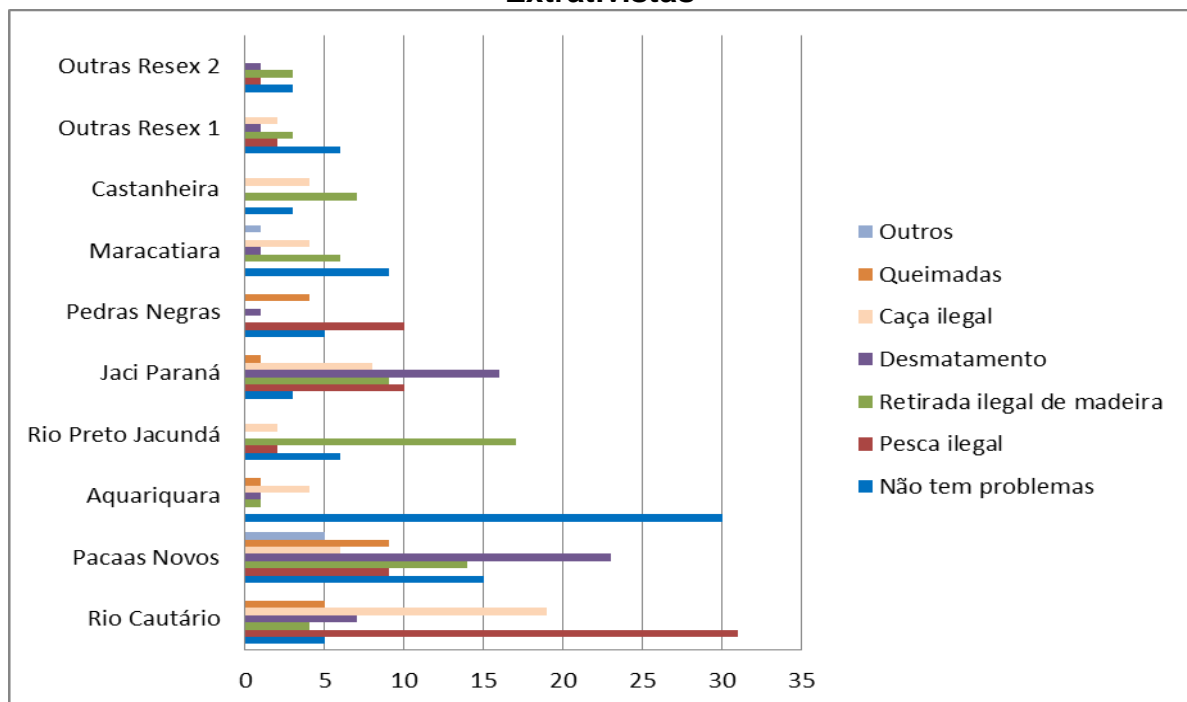
Apesar dos porcos do mato serem citados como a espécie que está desaparecendo, também são apontados como os animais mais causadores de danos às plantações. Levando novamente em consideração o número de indivíduos por bando, em apenas um ataque, os porcos do mato podem causar grandes

estragos às roças. São animais que reviram toda a terra em busca de alimento, desenterrando até mesmo raízes de plantas, causando danos pelo consumo e pelo pisoteio.

Os gatos do mato, geralmente do gênero *Leopardus*, aparecem citados em várias Resex. Estes carnívoros atacam criações de animais de pequeno porte, como galinhas, patos, etc. No mesmo patamar entra o registro de gavião como causador de dano. Espécies de primatas são sempre citadas como causadoras de danos às plantações, porém, não foram identificadas quais espécies. Possivelmente espécies como o macaco prego – *Cebus apella*, são as mais comumente relacionadas com danos. Cutias também são vistas nas roças cavando buracos atrás de sementes. Esta espécie foi citada somente em alguns casos.

Nas reservas extrativistas, os danos causados por animais silvestres não são o único problema que os comunitários passam. Outros problemas de cunho ambiental são observados.

Gráfico 21 - Problemas ambientais gerais ocorrentes nas Reservas Extrativistas



Fonte: Elaborado pela Autora.

Alguns moradores não souberam ou não apontaram problemas ambientais em suas Reservas. Nas Resex que possuem acesso terrestre, os problemas estão

mais relacionados com a exploração ilegal de madeira e desmatamento. Em alguns casos, o desmatamento pode estar associado ao plantio de roças.

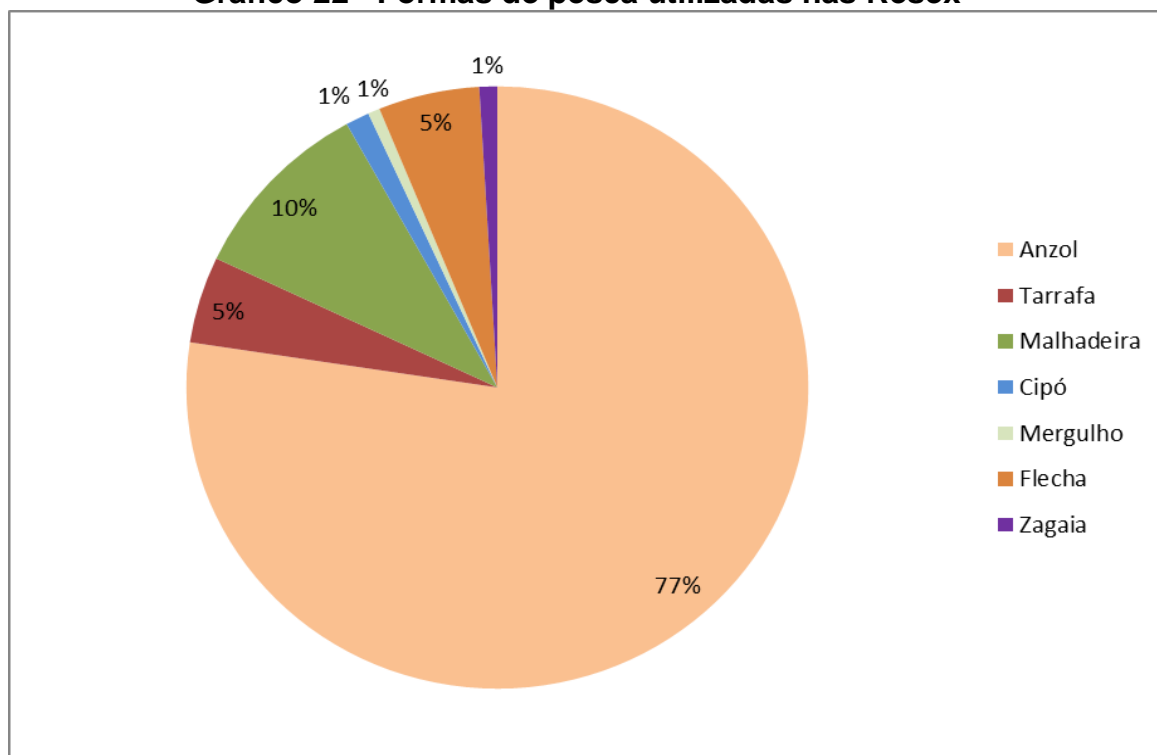
A caça ilegal geralmente está relacionada com os demais problemas citados, pois, geralmente, é executada pelos infratores oportunistas, como pescadores ilegais, madeireiros ilegais, entre outros. Em alguns casos, há relatos de caça ilegal para a venda em cidades próximas, como na Resex Jaci-Paraná. Todas estas formas de caça levam à redução na densidade de algumas espécies de animais que são utilizados para consumo. Sabe-se que na Amazônia, décadas atrás, havia os vendedores de pele, caçadores destinados ao abate de animais não para o consumo, mas por causa de suas peles, como os gatos do mato, onças, ariranhas, entre outros.

As Reservas que se apresentam como de pescadores artesanais, como Rio Cautário, Pedras Negras, Pacaás Novos e Jaci Paraná apontaram problemas com pesca ilegal. Essas unidades possuem acesso facilitado por rios, possibilitando a entrada de pescadores, tanto esportistas como profissionais, que coletam muito mais do que a capacidade de suporte do rio. Além disso, os moradores promovem a pesca para consumo, sendo que mais de uma pessoa por família, em média, pescam.

As unidades que são banhadas por grandes rios possuem mais pessoas que pescam. Já nas que possuem rios menores, os moradores procuram pescar em rios próximos. Geralmente os extrativistas pescam mais nas épocas de abundância, relatadas como no período do verão.

O período do verão com maior quantidade de peixes está relacionado com a menor quantidade de água nos rios, o que leva a uma maior concentração dos peixes e diminui, também, o tempo de pesca.

Em geral, os extrativistas citaram o período do inverno como o que é necessário mais tempo de pesca para se obter uma quantidade satisfatória de peixes. Com rios mais cheios, os peixes ficam nos igapós, onde encontram mais comida. Isso leva os extrativistas a mudarem as estratégias de pesca, o que pode levar também ao acréscimo de tempo.

Gráfico 22 - Formas de pesca utilizadas nas Resex

Fonte: Elaborado pela Autora

De longe o anzol é o mais empregado, possivelmente por ser o mais fácil. O uso de tarrafas somente foi citado por duas vezes, por ser necessário ter o equipamento e saber manuseá-lo. O uso de malhadeiras foi observado nas Resex que possuem rios de maior porte e também onde encontramos alguns extrativistas que vendem peixes.

Pescas com cipó, mergulho, flecha e zagaia foram citadas apenas em algumas comunidades e por algumas pessoas que ainda promovem pesca artesanal. Esses métodos de pesca somente são empregados por moradores que possuem conhecimentos tradicionais.

As comunidades amazônicas, ao longo das décadas, foram organizando-se politicamente para ter acesso às políticas públicas, mobilizando-se em torno dos problemas que centram-se em torno do acesso e uso dos recursos ambientais ali existentes, principalmente em relação à pesca.

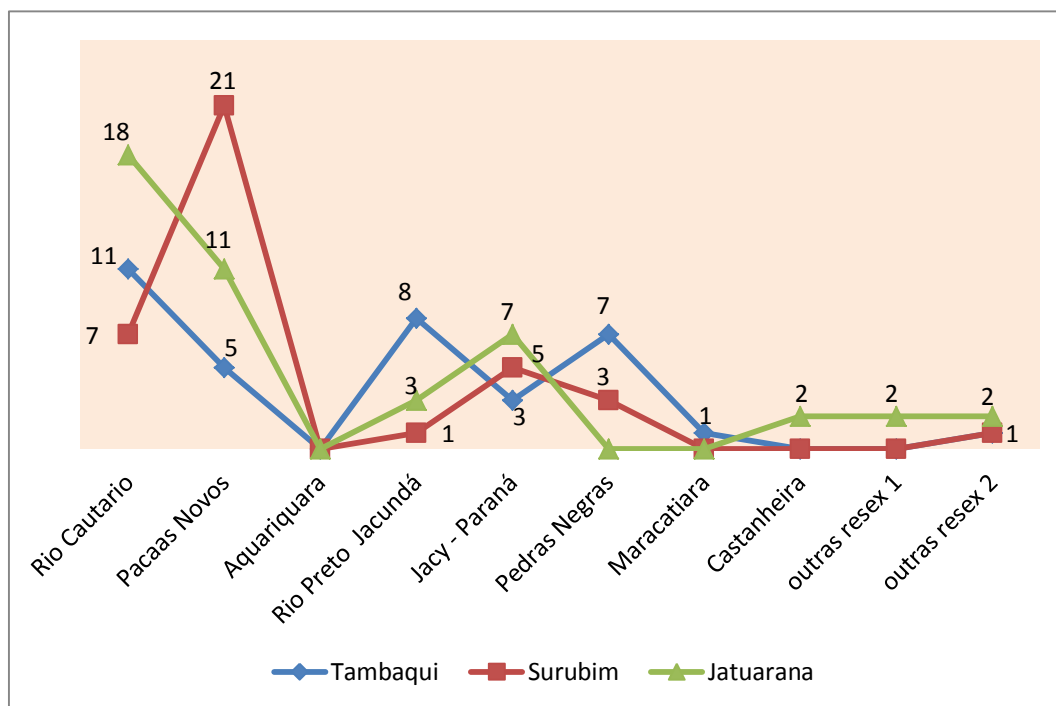
Dependendo da época do ano e da espécie que se busca, os locais de pesca podem variar.

O local mais citado como utilizado para pesca no período do verão foi o rio. Alguns moradores citaram o rio como local de pesca no inverno também. Porém, nesse período, a pesca é mais produtiva nos igapós, onde geralmente os peixes estão atrás de alimento. Igarapés e lagos também podem ser utilizados para a pesca, dependendo da espécie procurada. Açudes são encontrados apenas nas Resex que não possuem corpos de água significativos, por isso o baixo índice.

De acordo com o local de pesca é definido qual o grupo ou qual espécie o pescador vai encontrar. Os moradores possuem determinada preferência por certas espécies, que pode variar de acordo com o período do ano.

As espécies de tucunaré e surubim são preferencialmente consumidas no verão, período este que o rio está com o nível de água baixo, proporcionando locais bem definidos para a pesca. As outras espécies citadas também apresentam bom consumo no verão, visto que são espécies mais abundantes e de fácil captura. No período do inverno, o piau aparece como o mais consumido, pela abundância e facilidade da pesca, seguido pela jatuarana, que geralmente no início desse período sobe os rios para a desova. As demais espécies são menos consumidas, pois o rio se apresenta com muita água, dificultando a pescaria. Nota-se a preferência dos extrativistas por algumas espécies, porém, limita-se pela oferta do peixe no rio.

Toda essa demanda por pescados no estado de Rondônia leva a uma sobrepesca nos principais rios do Estado. Os impactos são observados, também, no interior das Reservas Extrativistas, sendo que, geralmente, os rios de maior porte não nascem no interior da unidade, ficando esta à mercê da procura por peixe.

Gráfico 23 - Principais espécies de peixes desaparecendo nas Resex

Fonte: Elaborado pela Autora.

Como acontece em todo o Estado de Rondônia inteiro, o tambaqui aparece como uma espécie com diminuição da população nos rios das Resex. A pesca desta espécie está proibida em alguns rios do estado. O surubim e a jatuarana também são citados como desaparecendo, sendo que em alguns locais com mais destaque, como na Resex Pacaás Novos. Essas três espécies são muito consumidas no estado como um todo, sendo alta a sua demanda. Pescadores profissionais podem causar sérios danos às populações de espécies de peixe, dependendo da forma utilizada para a pesca e a quantidade de pescado obtida. Nas Resex estaduais, poucos são os moradores que exercem a pesca como atividade para a obtenção de renda, geralmente é para consumo próprio.

A diversidade de aspectos ambientais regionais de cada área em que se encontram as Resex demonstram que os extrativistas exercem ainda a caça silvestre e a pesca pela própria cultura como forma de sobrevivência. Essa prática se perdura pelas necessidades como complemento alimentar e por ser também uma forma de lazer.

5.10 Instrumentos de Gestão

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental norteada pela legislação estabelecida pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC e Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SEUC, realiza a gestão das Reserva Extrativistas Estaduais, tendo como base o que é definido no estudo técnico multidisciplinar da UC, conhecido Plano de Manejo de Uso Múltiplo – PMUM e no caso da falta deste é utilizado o Plano de Utilização, um documento gestor elaborado com a participação da comunidade extrativista de forma a garantir a sua sustentabilidade e controle social.

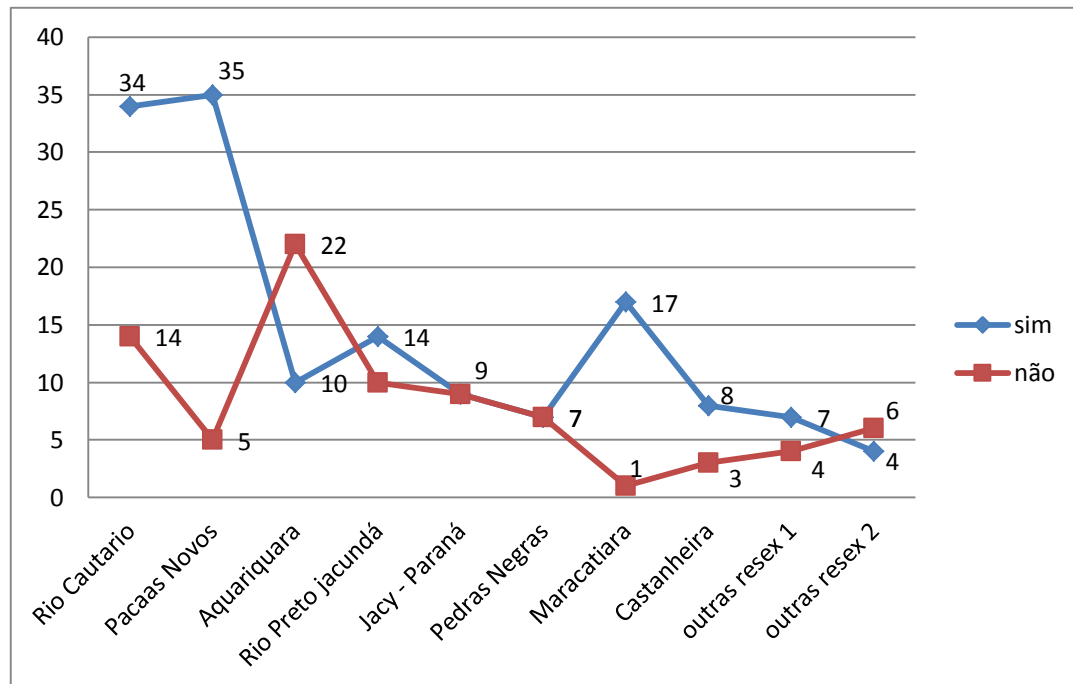
É de responsabilidade das Associações Extrativistas a cogestão dessas unidades, respaldadas pelo Contrato de Concessão Real de Uso, legalizando a representação e permanência dos moradores, sendo fornecido pelos órgãos responsáveis pela gestão.

O Plano de Utilização é o principal instrumento de normatização e planejamento das formas de ocupação e uso do território, que se inspira no princípio da coletividade com objetivos comuns, na busca da integridade cultural e sócio-ambiental, de relações sociais mais justas e de oportunidades econômicas para os extrativistas, produtores e pescadores, condizentes com os objetivos de uma Reserva Extrativista⁵.

Ao questionar a comunidade a respeito destes recursos estatais o principal objetivo foi verificar o conhecimento dos extrativistas diante dos documentos que norteiam as ações dentro das UCs.

Nos gráficos 24 e 25 são apresentados os dados sobre essa dimensão.

⁵ Art. 18. A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (Lei 9.985 de 18/07/2000, a qual institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC).

Gráfico 24 – Conhecimento do Plano de Utilização da Resex

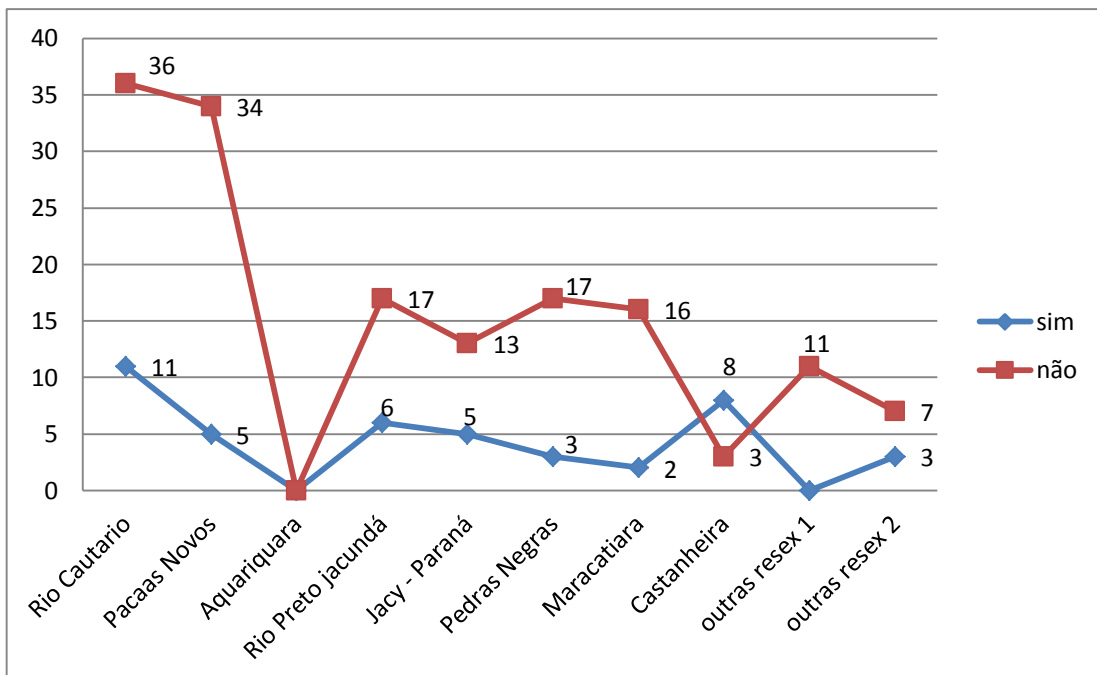
Fonte: Elaborado pela Autora.

Ao serem questionados a respeito do conhecimento ou não referente ao Plano de Utilização, dos moradores das Reservas Rio Cautário e Rio Pacaás Novos, cerca de 35 entrevistados responderam a alternativa “sim”. A Aquariquara aparece com a maioria de entrevistados que responderam a alternativa “não”. O Plano de Utilização compreende as regras de uso da área, de seus recursos naturais e os acordos de convivência estabelecidos entre os moradores, através de um trabalho participativo envolvendo as comunidades locais, técnicos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio/RO, dentre outros órgãos. Inclusive, o Plano de Utilização é o principal instrumento de normatização e planejamento das formas de ocupação e uso do território, que se inspira no princípio da coletividade com objetivos comuns, na busca da integridade cultural e sócio-ambiental, de relações sociais mais justas e de oportunidades econômicas para os extrativistas, produtores e pescadores, condizentes com os objetivos de uma Reserva Extrativista⁶.

⁶ Art. 18. A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (Lei

Quanto ao item sobre o plano de manejo, os moradores das Resex de Pacaás Novos apresentaram um número de 35 moradores que responderam já ter ouvido falar do PMUM. Na Resex Rio Cautário e Rio Preto Jacundá entre 10 a 20 moradores não tinham ouvido falar do PMUM. Jaci-Paraná e Maracatiara, Resex dos grupos 1 e 2 apresentam um número expressivo de moradores que não tinham ouvido falar do Plano, evidenciado que há pouco conhecimento nesta questão, porém as comunidades são sabedoras da importância do mesmo.

Gráfico 25 – Conhecimento do Documento de Concessão de Uso



Fonte: Elaborado pela Autora.

Nessa categoria, um número expressivo dos moradores das Resex não conhecem o documento de concessão real de uso, apesar de todos serem cientes de que não são donos da terra onde habitam e trabalham; as terras são de propriedade da União e, os moradores possuem apenas o usufruto do espaço físico que habitam e onde realizam benfeitorias.

Corroborando os resultados de Imazon (2011), no estudo, o número de Unidades de Conservação da Amazônia com conselhos gestores consultivos ou deliberativos formados ainda é baixo, muito embora tenha aumentado de 2007 a

dezembro de 2010. Nesse período foram criados aproximadamente 61% dos conselhos hoje existentes.

Em dezembro de 2010, 147 (48% do total) Unidades de Conservação do Brasil possuíam seus conselhos estabelecidos; enquanto outras 21 (7%) estavam com seu conselho gestor em formação; e o restante (45%) ainda não possuía conselho gestor. Entre os grupos, as Unidades Federais de Uso Sustentável apresentaram a maior proporção de conselhos gestores criados (69%), seguidas das Unidades Federais de Proteção Integral (46%) e Estaduais de Uso Sustentável (40%).

As Unidades Estaduais de Proteção Integral apresentam-se por último, com 35% dos conselhos criados; para melhor atuação, o conselho gestor necessita ter seu regimento interno elaborado e aprovado por seus participantes. O funcionamento do conselho é definido pelo seu regimento interno, no qual deve constar a forma de participação dos conselheiros, suas atribuições e responsabilidades em relação à UC. A condição das Unidades Estaduais foi relativamente melhor.

Devido ao cumprimento das exigências da legislação para elaboração do plano de manejo, a gestão territorial e participativa aparece como novidade para os extrativistas, sendo recente a sua realização pelas associações, cooperativas e Secretaria do Meio Ambiente, com uma frequência ainda baixa. A sua organização tende a facilitar a comercialização de seus produtos, como nas Resex localizadas em Machadinho do Oeste, que necessitam de uma semana inteira para pesar a produção extraída dos seringais (borracha) e efetuar o pagamento pelo produto recebido. Embora a experiência da gestão seja nova, se faz necessária para viabilizar a transparência nas decisões dos gestores quanto à negociação de preços e para divulgar as formas de aplicação do plano de manejo.

5.11 Organização Social, Aspectos Culturais e Religiosos

As populações tradicionais desenvolvem suas atividades produtivas seguindo o ritmo dos ciclos da natureza e progressivamente respondem aos obstáculos que encontram e, de acordo com Chaves, Simonetti e Lima (2008, p. 19).

[...] adaptándose a las condiciones a ellasles toca enfrentar. De esta manera, al mismo tiempo en que se utilizan de los recursos locales a partir de estos ciclos de la naturaleza, por otro lado, el conocimiento adquirido por éstas a partir de esos ciclos, se configuran en tradiciones heredadas de los mayores con explicaciones míticas y religiosas al respecto de la naturaleza.

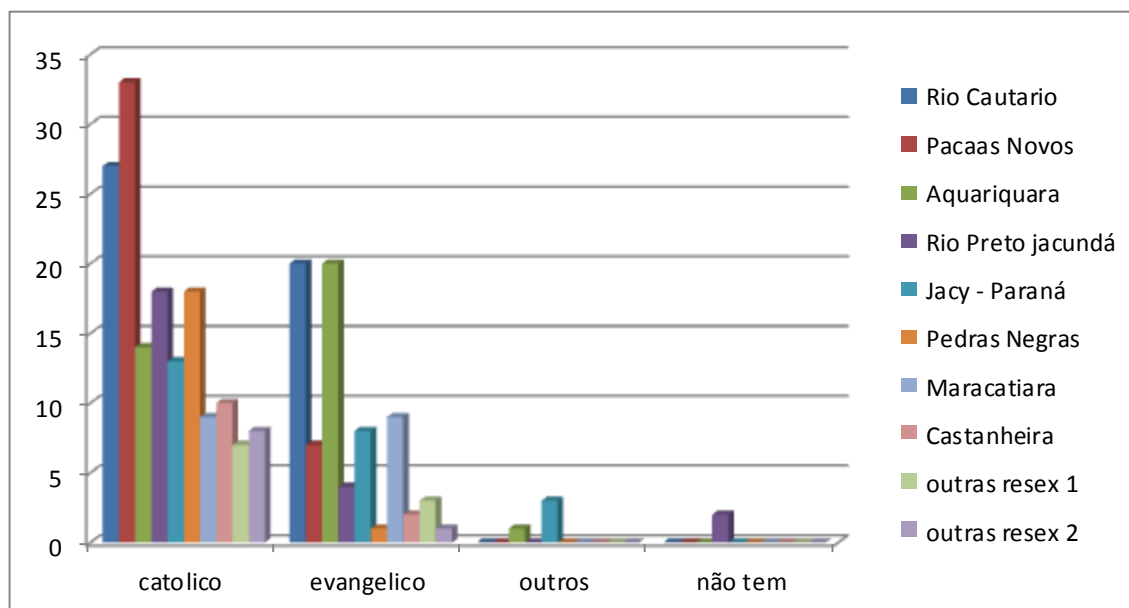
Nesse sentido, povos, populações e comunidades tradicionais, segundo o Decreto 6.040, Art. 3º, de 07 de fevereiro de 2007, são reconhecidas como grupos culturalmente diferenciados, que possuem formas próprias de organização social, protegem, ocupam, usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

As populações tradicionais possuem uma forma de organizar-se particular, e, no presente estudo, contextualizaremos alguns aspectos culturais e religiosos.

A religião dos extrativistas está ligada diretamente à questão cultural dos mesmos. Este item tem o objetivo de saber quais as principais religiões nas Resex e forma como eles se relacionam.

Nos gráficos 26 a 28 são apresentados os dados sobre esses aspectos.

Gráfico 26 – Religião da família



Fonte: Elaborado pela Autora.

Na maioria das UCs, a religião católica é dominante, seguida pelas denominações evangélicas. A Resex Rio Preto Jacundá aponta uma particularidade com moradores que não seguem nenhuma religião.

As populações tradicionais possuem uma forma de organizar-se particular, e, no presente estudo, contextualizaremos alguns aspectos culturais e religiosos.

A reflexão sobre a religiosidade nas comunidades extrativistas não é objetivo específico da pesquisa, mas uma busca para compreender que este aspecto faz parte do universo desse grupo social. Segundo Saraiva (2008, p. 147) “*o conceito de religiosidade popular tem sua origem no culto e está presente em todas as civilizações, permitindo as mais diversas análises; contribuindo para entender as relações do homem com suas crenças e o modo de relacionar-se em sociedade*”.

Concordamos com Saraiva (2008, p. 149), que afirma ser o catolicismo o grupo religioso mais comum na Amazônia ribeirinha. Essa religiosidade é traduzida na forte devoção aos santos católicos, assim como na reunião das comunidades em momentos específicos para celebrarem seus padroeiros, transformando esses eventos em grandes festas (ou festejos) religiosos, como ocorre com os festejos na Reserva Extrativista Lago do Cuniã.

A religião dos extrativistas está ligada diretamente à questão cultural dos mesmos. Este item tem o objetivo de saber quais as principais religiões nas Resex e forma como eles se relacionam.

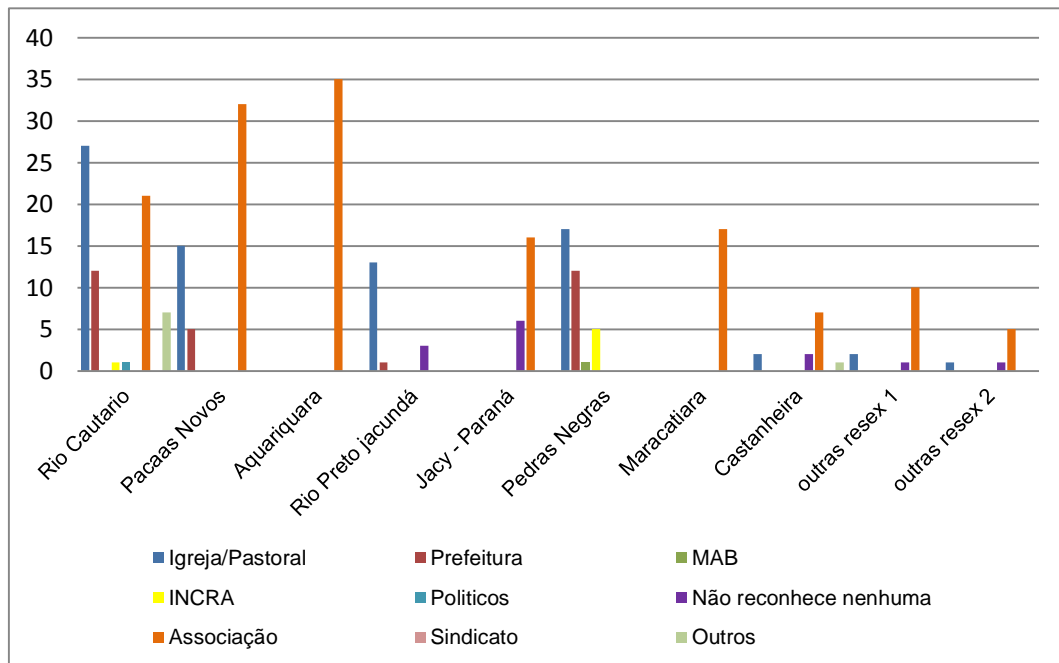
Em algumas regiões acontecem celebrações religiosas e culturais, como a conhecida Festa do Divino Espírito Santo promovida pela religião católica em todo o Vale do Guaporé e Mamoré.

Referente à pergunta se pertence a alguma organização social, a maioria dos entrevistados respondeu a alternativa “sim”, enquanto poucos entrevistados, na Reserva Castanheiras, responderam a alternativa “não”. Esse item possibilita ver a forma de como estão organizados, bem como a predominância das lideranças nas localidades. A organização social está relacionada à forma como as pessoas se organizam para se auto-reproduzirem, em termos biológicos e socioeconômicos,

estando correlacionada às questões de demografia, família, associativismo e organização política. A importância de estar representado nas associações e cooperativas é valorizada pelos extrativistas, pois possibilita a defesa de seus direitos fora da Unidade de Conservação.

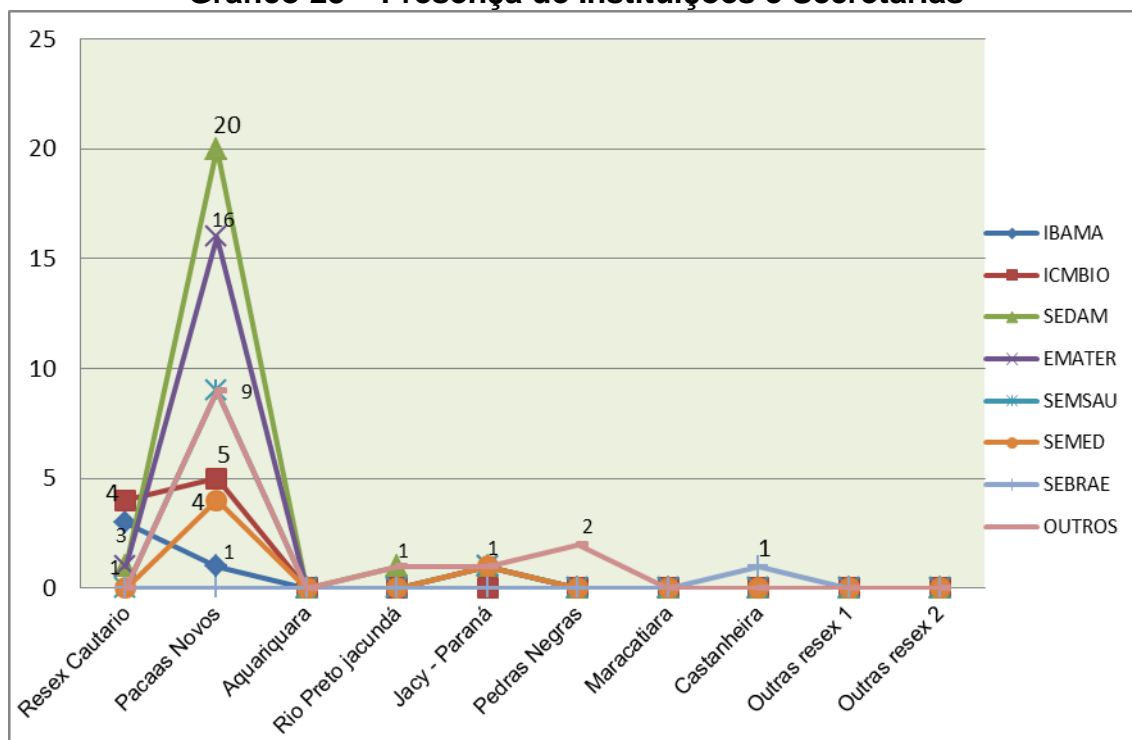
Quanto à participação em assembleias e reuniões, a maioria dos moradores respondeu participar das assembleias e reuniões de suas organizações sociais. O grupo de outras Resex (2) aponta um número significativo de não participação em reuniões, embora os integrantes pertençam a alguma associação.

Gráfico 27 – Lideranças Presentes na Comunidade



Fonte: Elaborado pela Autora.

As respostas a este item mostram a presença das associações nas Resex, com exceção da Rio Cautário e Pedras Negras onde há uma diversidade de lideranças entre igrejas e prefeituras.

Gráfico 28 – Presença de Instituições e Secretarias

Fonte: Elaborado pela Autora.

Em geral, a presença de Instituições e Secretarias nas Reservas Extrativistas ainda é tímida. O destaque está para a Resex de Pacaás Novos que tem a presença de diversas instituições, entretanto, mesmo com a presença do Estado nestas localidades, a carência em muitas áreas ainda predomina.

Por se tratarem de grupos culturalmente diferenciados, a prática dos extrativistas de se organizarem nas igrejas, associações e cooperativas é uma forma de lazer, de troca de informações e de convívio social. A igreja aparece como a organização mais presente e mais antiga nestas localidades.

5.12 Panorama Geral: Falas de Extrativistas sobre Migração, Plano de Manejo e Ocupação das Resex

Este item destina-se a contemplar as falas dos extrativistas sobre migração, plano de manejo e processo de ocupação das Resex. Foram realizados questionamentos e os representantes das famílias responderam de forma livre.

Quanto ao questionamento que teve como objetivo fornecer um panorama geral a respeito da migração dos extrativistas ressalta-se que as Reservas

Extrativistas Rio Cautário e Pacaás Novos apresentam como principal característica a migração interna. Um fato interessante: a migração externa nestas localidades é originária de locais onde funcionavam antigos seringais. Nas Resex de Machadinho do Oeste destaca-se a migração externa, principalmente de outras Resex e municípios vizinhos. Provavelmente este padrão se deve à busca pela manutenção das características culturais destes povos, além da melhoria das condições de vida.

Quanto ao plano de manejo, o extrativismo madeireiro poderá fazer parte das atividades que devem ser previstas, mas não como atividade principal ou exclusiva. Apesar desse fato, em Rondônia, vem sendo apontado por diversos atores ligados às Resex como única alternativa para sobrevivência dos residentes e para preservação ambiental das Resex.

O manejo madeireiro em reservas extrativistas no Estado de Rondônia começou na Resex Rio Preto Jacundá em 1999. O primeiro período de atividades foi até 2002. Foi interrompido nos anos de 2003 e 2004 e retomado em 2005. Mesmo com alteração de alguns atores e dos acordos nesse período, o processo envolve acordo entre a associação de moradores e empresas (madeireiras), com aval do órgão gestor.

Martins (2008), ao estudar os acordos para o manejo florestal na Rio Preto-Jacundá, chega às seguintes conclusões, entre outras: perpetuação de adiantamentos que funcionam como antigas práticas geradoras de relações de dependência; falta de habilidade na administração e gestão dos acordos; falta de transparência na administração da associação; desconsideração aos preços praticados no mercado; dependência em mediadores que interferem criando dependência conceitual sobre a forma correta de realizar as atividades previstas; e, ausência do Estado como interveniente dos processos de acordos em terras públicas.

De acordo com Oliveira (2010), em termos de concepção, o manejo florestal tem a função de financiar obras de infraestrutura e programas que visam melhorar o processo produtivo e a qualidade de vida dos extrativistas. No entanto, no caso da Resex Aquariquara, a comunidade não tem acesso aos benefícios trazidos por esta

atividade, especialmente quanto à parcela do lucro que deveria ser distribuída diretamente para as famílias.

A prática do manejo florestal iniciada na Resex Rio Preto-Jacundá está estendida a várias Resex da região de Machadinho do Oeste e implementada ou discutida em outras regiões. Assim, além dos aspectos já destacados, outros podem ser apontados como problemáticos em outras Unidades.

O maior deles talvez seja a submissão das associações e do órgão gestor às empresas madeireiras que financiam os projetos. Nesta condição, são as empresas que ditam as regras, além dos riscos de se efetivar uma relação imoral ou até mesmo promíscua entre dirigentes e madeireiros (DIR_01 em 03/06/2010). Assim, quando tem início o manejo a associação já está com dívida considerável com a empresa exploradora. Essa prática de financiamento também se entende aos moradores, aumentando a relação de dependência.

Em relação à Resex do Rio Pacaás Novos, a associação dos seringueiros firmou acordo com empresa madeireira da região que investiu, segundo dados oficiais, R\$ 277.000,00 a título de adiantamento pela compra de madeira, o que permitiu a elaboração do plano de manejo (O ECO, 2010, 2008). Entretanto, informações de um entrevistado dão conta de que a empresa já teria investido cerca de R\$ 600.000,00, inclusive para abertura de estradas no interior da Reserva, o que efetivamente foi feito. O processo não seguiu porque o Ministério Público conseguiu liminar da Justiça Federal de Rondônia suspendendo o acordo e a autorização do órgão gestor para a realização do manejo. Além das consequências ambientais já constatadas, como a abertura de estrada, também há danos às famílias da Reserva. Com a promessa de que receberiam uma boa quantia em dinheiro, a maioria acabou fazendo dívidas para promover benfeitorias nas colocações.

Assim, o manejo florestal, como vem sendo adotado nas Resex em Rondônia está longe de ser alternativa tanto para as Reservas quanto para a população residente.

Nas opiniões dos extrativistas entrevistados acerca do Plano de Manejo de Uso Múltiplo – PMUM, existe uma confusão de significado e importância entre o

PMUM e o Plano de Manejo Florestal - PMF. O Plano de Manejo Florestal consiste em apenas um dos estudos do PMUM. Atualmente o PMF vem ganhando destaque entre os moradores pois é apontado como uma alternativa de renda por isso é mais conhecido. As Resex que possuem PMF em execução são: Aquariquara, Maracatiara, Rio Preto Jacundá, Massaranduba, Rio Cautário, Sucupira, Castanheira, Angelim, Itaúba e Piquiá.

Consolidando a resposta dos extrativistas, demonstra-se que possuem uma boa visão sobre o plano, reafirmando que ele facilita a vida dentro das Resex, permitindo a instauração de melhorias. Há opiniões em que o plano é uma alternativa viável para a preservação, bem como, uma solução para os problemas das reservas extrativistas.

Quanto à ocupação nas Resex, esta pergunta manifesta a preocupação dos extrativistas em relação à ocupação das colocações desabitadas. Em sua maioria os mesmos afirmam a necessidade de outras pessoas ocuparem as Resex, evitando-se a ocupação das glebas por meio da grilagem, assim como a exploração ilegal da madeira.

A Reserva Extrativista (RESEX) é produto de uma luta histórica dos seringueiros da Amazônia Ocidental, em especial dos seringueiros do Acre, surgindo por volta do início dos anos 1990 em âmbito institucional como a única modalidade de conservação da legislação ambiental do Brasil, prevendo, simultaneamente, o uso sustentável dos recursos naturais e a regularização fundiária dos espaços das populações tradicionais. Esse movimento social, conforme expõe Cunha (2009, p. 2) desde seu início, tem por base uma forma de sindicalismo adaptado às condições da realidade amazônica, desenvolve estratégias de lutas muito peculiares, com formas de ação e linguagem bastante inovadoras, denunciando as práticas desmedidas de desmatamento na região e um conjunto de injustiças sociais ocorridas com a invasão de fazendeiros do centro sul do Brasil nos territórios tradicionais dos seringueiros.

Optou-se por utilizar um Quadro para melhor visualização dos respondentes. Para tanto, foi feita a seguinte classificação: seringueiro; obedecendo as normas; concorda e discorda.

Quadro 05 – Opinião sobre a ocupação nas Resex

Resex	Seringueiro	Obedece normas	Concorda	Concorda em parte	Discorda	Total Respondentes	% de Concordância
Rio Cautário	09	05	05	00	03	22	22,73
Pacaas Novos	01	00	09	05	05	20	45,00
Aquariquara	01	00	18	01	01	21	85,71
Rio P. Jacundá	04	02	07	00	02	15	46,67
Jaci-Paraná	04	01	09	02	04	20	45,00
Pedras Negras	00	00	09	02	04	15	60,00
Maracatiara	04	00	02	01	02	9	22,22
Castanheiras	03	00	00	01	04	8	0,00
Resex 1	04	01	02	00	00	7	28,57
Resex 2	02	00	06	00	02	10	60,00
Total	33	09	72	12	27	153	47,06

Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Nessa análise, 47% dos extrativistas concordam que as reservas possam ser ocupadas. No decorrer das entrevistas, percebeu-se que os entrevistados concordavam, mas só se fosse seringueiro. Este fato não se confirmou, pois mesmo os entrevistados colocando alguma restrição, “se for seringueiro”, “obedecendo as norma” e “concordando em parte” (se for da família, não necessariamente seringueiro, se for gente boa, se for da região), concordaram com a vinda de outras pessoas.

O item “observações gerais” teve a função de dar liberdade de fala aos entrevistados, questionando quais os principais problemas e o que poderia ser feito para resolvê-los, bem como, algo que o morador julgasse importante registrar no questionário. Percebe-se o anseio e a vontade de melhoria das condições sociais e econômicas nas colocações por meio da divulgação das perguntas abertas. As

maiores indagações estão na saúde, educação, energia e novas alternativas de renda.

Os extrativistas querem, lutam e não medem esforços para que as práticas tradicionais continuem em suas colocações. Pois quando solicitam melhorias e apoio para acesso a fontes de renda alternativas demonstram o interesse em continuar nas Resex com uma qualidade de vida melhor.

5.13 Considerações acerca do levantamento nas práticas tradicionais em reservas extrativistas

Na visão dos extrativistas, a reserva é de grande importância e, no discurso da maioria dos entrevistados, suas presenças contribuem para a preservação, pois sua permanência diminui as invasões e o desmatamento.

Os entrevistados responsáveis pela colocação têm necessidade da presença dos organismos públicos. No último item do questionário, ficou evidente a falta do governo em todas as esferas, pois há necessidade de acesso à saúde, à educação, à energia elétrica, alternativas econômicas para que possam continuar em suas colocações e, assim, continuar com suas atividades.

Nesse sentido, novas alternativas poderiam estar sendo pensadas, em parceria com as organizações (cooperativas, associações, sindicatos) já existentes e as esferas governamentais.

O governo dispõe de poucos funcionários para atuar nas RESEX de Rondônia, tanto que as comunidades reivindicam a presença de órgãos como SEDAM, IBAMA e outros, quando há conflitos internos, estes são solucionados, muitas vezes, sem a participação dos funcionários desses órgãos.

As propostas de geração de renda que visam manter o extrativista na floresta, geralmente apresentam um elevado custo para sua execução, e na prática os resultados são poucos, havendo poucos compradores para a produção das famílias, os preços são quase sempre inferiores aos praticados em outras

localidades. De acordo com o NAPRA⁷ “os produtos vendidos por pequenos comerciantes nas comunidades também são relativamente caros, o que estimula as famílias a produzirem mais para autoconsumo do que em outras comunidades da região”.

Com a criação das reservas, o extrativista teve que se adaptar a toda uma estrutura exterior a ele e seguir novas determinações: plano de utilização, plano de manejo e zoneamento, todos baseados na vivência do grupo. Os extrativistas não precisam de razões para manter a floresta em pé, ou para deixar de caçar em quantidade, ou mesmo para preservar seu espaço, porque aprenderam a tirar dali seu sustento. Hoje, a vivência nas associações fez com que muitos viessem mais para as cidades e tivessem acesso a novas necessidades de consumo, principalmente as novas gerações, que já não se veem mais como moradores de reservas depois de morarem na cidade para estudar, pois nas cidades as trocas simbólicas com outras culturas são mais intensas, há maior velocidade nas mudanças. O sistema de ensino é mais estruturado, os equipamentos culturais são em muito maior número e há o dinamismo próprio das universidades. No ambiente rural, especialmente ribeirinho, a cultura mantém sua expressão mais tradicional, mais ligada à conservação dos valores decorrentes de sua história, o que faz com que muitos moradores mesmo na cidade fiscalizem seu espaço na reserva onde mantém uma pequena roça e às vezes um membro da família fiscalizando o espaço.

O reconhecimento das implicações pelas mudanças geradas nas estruturas políticas determinam nova conjuntura para a gestão do desenvolvimento e do papel do Estado, permite entender as novas condições em que se direcionam os governos da região. O aprofundamento e a intensificação da globalização marcaram o novo cenário para o futuro desenvolvimento da sociedade territorial. Suas implicações, além de econômicas, abrem um mundo de riscos e oportunidades e permitem estabelecer condições de inserção que desvelam grandes debilidades nas estruturas econômicas e políticas.

De acordo com Grupo de Trabalho Amazônico (GTA, 2010), as unidades de conservação em Rondônia encontram-se, via de regra, em situações com grande

⁷ Disponível em: <http://www.napra.org.br/?page_id=148> Acesso em 02 Fev 2013.

precariedade de implementação, o que aumenta a sua vulnerabilidade à invasões que geram devastação ambiental e conflitos sociais. Por exemplo, no caso das UCs estaduais e federais, existem sérias pendências relacionadas à preparação e implementação de planos de manejo e à criação e efetivação de conselhos de gestão das áreas, em contraste com as determinações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - Snuc (Lei 9.985/00) e a legislação estadual em Rondônia, como já abordado anteriormente. Todas as áreas protegidas apresentam problemas crônicos relacionados à alocação e manutenção de pessoal qualificado, infraestrutura física e, sobretudo, à garantia de fontes permanentes de recursos financeiros para a sua gestão e proteção.

As comunidades tradicionais não têm contado com um mínimo de apoio para assegurar a integridade de seus territórios e a viabilização de atividades econômicas ambientalmente sustentáveis e culturalmente apropriadas.

Medidas específicas podem ser adotadas nas Resex, na tentativa de melhoria das condições dessas populações, como proposto pelo grupo de estudo GTA (2008), tais como:

Reativar o Grupo de Trabalho para o apoio às Resex de Rondônia (GT-Resex) instituído pela Portaria Estadual nº 073/2005, realizar ações prioritárias de implementação das Reservas Extrativistas, como resolução de problemas fundiários, concessão de direito de uso e efetivação de conselhos e planos de manejo das unidades; implementar sinalização e reabertura dos limites e marcos das Resex, sobretudo em lugares críticos (divisas secas, especialmente onde há forte pressão sobre os recursos florestais); implantar um programa de alfabetização de adultos para moradores das Resex; realizar auditorias em contratos firmados entre empresas madeireiras e associações de seringueiros, com a suspensão de contratos em desacordo com a legislação e a responsabilização de autoridades públicas que têm praticado irregularidades, conforme demonstrado nesta publicação; garantir investigação e punição dos crimes de assassinato das lideranças João Batista Tomasi (2000), Carlos Francisco Góes (2005) e João Batista Sunktak (2006); implementar medidas para coibir invasões, venda e ocupação de terras para não-extrativistas, responsabilizando formalmente os diretores de associações e outros

responsáveis por tais atos ilegais; e promover a “federalização” das Resex estaduais de Rondônia, considerando o descaso do governo estadual com tais áreas, de modo a garantir condições necessárias para o cumprimento de seus objetivos como espaços territoriais de interesse ecológico e social (GTA, 2010). Inclusive, fazer cumprir a Lei n. 10.267, de 28 de agosto de 2001, que obriga a realizar o georreferenciamento de imóveis rurais e cadastro do imóvel, acabando de vez com a grilagem de terras.

5.14 Percepções da autora sobre Governança

A reflexão sobre a qualidade da participação comunitária, utilizando indicadores de governança, buscou compreender as relações construídas entre as comunidades das reservas extrativistas e demais instituições governamentais e não governamentais, em torno da gestão das Resex. Governança é aqui compreendida como processo pelo qual o Poder Público, o setor privado e a sociedade civil trilham junto o mesmo caminho, buscando alternativas sustentáveis para a implantação de Políticas Públicas. A análise não esgota a discussão, ao contrário, acirra-a, enfatizando, simplesmente, a necessidade de exercícios mais aprofundados.

A governança pressupõe democracia, não se trata de uma ação isolada da sociedade civil buscando maiores espaços participativos e de influência. Pelo contrário, tal conceito compreende “a ação conjunta do estado e sociedade na busca de soluções e resultados para problemas comuns” (VIEIRA, 2011, p. 22), mas, é indiscutível que o surgimento de atores não estatais é central para o desenvolvimento da idéia e da prática da governança.

A leitura sobre a governança nas reservas extrativistas do Estado de Rondônia foi refletida a partir de uma perspectiva observacional, favorecendo a possibilidade de aprimorar a atuação local a partir dos seguintes aspectos: frequência de prestação de contas (dirigentes e controladores) aos demais partícipes das reservas, sobre os resultados das metas compromissadas (apoio e alcance); frequência de cobrança e exigência pelas comunidades e organizações sobre a efetivação e qualidade das práticas; e frequência de cobrança e exigência pelas comunidades e organizações sobre o cumprimento das leis, normas e a ética dos que exercem as práticas.

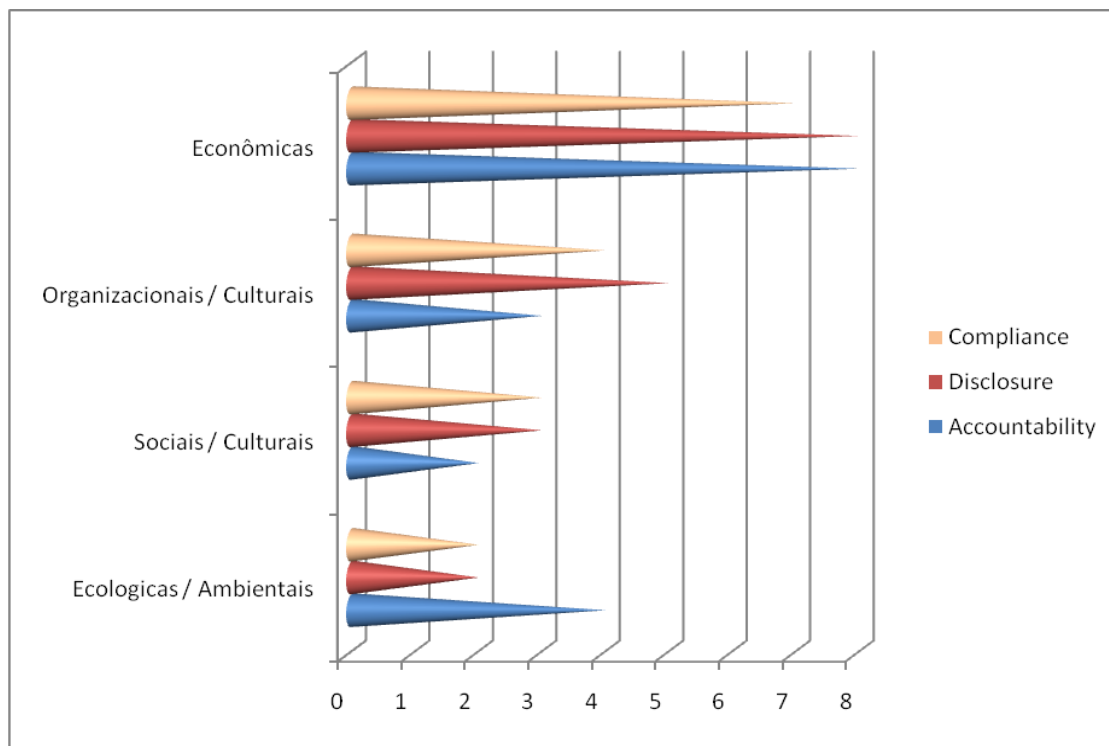
Utilizamos três princípios de governança descritos por Andrade e Rossetti (2011), quais sejam:

- ◆ *Compliance*. Conformidade no cumprimento de normas reguladoras seja dos estatutos sociais, dos regimentos internos ou das instituições legais. Necessidade de divisão de esforços entre gestores no processo de liderar e dirigir a gestão e o desempenho efetivo da organização.
- ◆ *Disclosure*. Transparência das informações que causam impacto nos projetos (RESEX) e que envolvem resultados, oportunidades e riscos. Atuar de modo transparente de forma a estabelecer um clima de confiança entre público interno e externo.
- ◆ *Accountability*. Prestação de contas de forma responsável, fundamentada nas melhores práticas de controle social. Esse princípio se complementa com a demonstração de sua responsabilidade de assumir as consequências de seus atos e omissões.

A ocorrência sobre práticas (impactos) na escala de probabilidade foi descrita como alto (9 e 10 pontos), moderado alto (7 e 8), moderado (5 e 6), moderado baixo (3 e 4) e baixo (0 a 2).

Tomou-se como base as evidências constantes nos documentos oficiais e nos depoimentos das lideranças comunitárias, gestores, técnicos e pesquisadores envolvidos diretamente na execução e gestão das reservas extrativistas do Estado de Rondônia.

Gráfico 29 – Percepções das Lideranças das Resex do Estado de Rondônia



Fonte: Dados da Autora, 2012.

Conforme gráfico 29, a governança na percepção econômica, se destaca o *disclosure* e *accountability*, tendo em vista a organização nas associações e cooperativa, traz resultados positivos para os extrativistas e os seus representantes (presidentes das cooperativas) mostram transparência no processo da venda da extração. Com isso o *compliance*, se destaca no cumprimento das normas estabelecidas.

Na percepção organizacional/cultural, o *disclosure* se destaca pela normatização dos documentos das Resex, em seguida o *compliance*. Percebeu-se que os extrativistas tem noção de documentos que regem as Resex, porém, não há clareza que é uma concessão de uso.

Sociais/culturais, o *compliance* e *disclosure*, os extrativistas são sabedores dos direitos quanto ao serviço de educação e saúde, bem como as atividades culturais, porém na questão de transparências nas respostas (*accountability*) das ações fica claro o falta de apoio nessa percepção.

Por fim, nas percepções ecológicas e ambientais, os extrativistas sofrem com as invasões dos madeireiros, índios e bolivianos, que de certa forma trazem dano ao meio ambiente, bem como a falta de estrutura (banheiros, coleta de lixo) que influencia fortemente para o resultado.

As comunidades das reservas extrativistas criaram associações de base e aglutinaram as famílias em torno de interesses comuns, e, apesar das dificuldades, conseguiram relativo sucesso no processo de mudança da situação de desigualdade e exclusão social. A pesquisa demonstrou que nas Resex do Estado de Rondônia, há insatisfação dos moradores das comunidades quanto à prestação de contas sobre os resultados das metas ecológicas/ambientais e sociais/culturais traçadas e moderada satisfação com as metas organizacionais/culturais.

Discute-se, nesse sentido, a capacidade da população das reservas extrativistas ganharem relevância a partir do interesse de serem percebidas e valorizadas, pelos agentes externos e internos. Se, por um lado, recebem apoio de entidades públicas e privadas, por outro lado, cabe ressaltar que o desenvolvimento endógeno das comunidades está correlacionado ao poder que elas possuem em decidir o que desejam. Tal mudança só se processa de duas formas: ação local e ação institucional que contribuam favoravelmente para a efetiva participação democrática em espaços de tomadas de decisão.

Percebe-se, que a governança nas Resex, está comprometida tendo em vista que tem alteração de documentos (limite natural), os fazendeiros desconsideram a demarcação e a própria existência das Resex. O Zoneamento e Plano de Manejo são elaborados e financiados por empresas privadas e o não cumprimento de informações a respeito de licenciamento ambiental, contribuem para essa fragilidade.

CONCLUSÃO

A presente tese teve como objetivo geral analisar as práticas tradicionais no ambiente vulnerável, utilizando como estudo de caso a atividade do extrativismo vegetal nas 21 Reservas Extrativistas do Estado de Rondônia.

No primeiro capítulo, a partir de uma revisão teórica, procurou-se construir uma síntese que consolida o debate em torno da temática do desenvolvimento territorial, desenvolvimento sustentável, dimensões e critérios de sustentabilidade. Assim, chegou-se ao entendimento de que o território vai muito além do sentido físico, ou seja, o território é o espaço que se estrutura em virtude de uma ação social e que compreende o aspecto econômico, social, ambiental, cultural e político.

Compreende-se que o estudo dos elementos que compõem a base da formação das comunidades são fontes ricas, não apenas de se conhecer suas culturas, ou suas histórias, mas sim, percebê-las como um organismo vivo, possibilitando trocas, de forma a instigar o conhecimento da vida do Outro, a fim de que isso leve todos a uma reflexão da diferença das peculiaridades de cada comunidade. Com isso, teríamos o respeito ao Outro, sustentado pelo conhecimento da história de sua vida e de sua visão de mundo.

Os problemas ambientais como o desmatamento, degradação da terra e contaminação parecem fazer parte da história humana. Entretanto, estudos apontam que o agravamento das dificuldades sociais e ecológicas é, também, consequência do modelo industrial que incentiva uma sociedade cada vez mais consumista.

Também argumentou-se que as práticas extrativistas constroem relações em torno do desenvolvimento das reservas extrativistas, criando identidade. Essa identidade pode ser reinventada se depender dos interesses comuns, fazendo com que seja possível imaginar um novo “futuro” para as Resex, seja pela reestruturação de atividades já existentes, seja pela criação de novos projetos.

Em Rondônia, as reservas extrativistas foram criadas em um ambiente de grande instabilidade, que perdura até os dias atuais, o descompromisso das

instituições governamentais, sobretudo do Estado, é um empecilho à ação de instituições que tem interesse em colaborar para a implementação efetiva destas unidades. Há também, por outro lado, a omissão dos poderes legislativo, judiciário e órgãos federais no cumprimento de suas atribuições.

Quando se analisa o modo como os extrativistas vivem nas colocações, também se verificam outros problemas. De uma maneira geral, a falta de ações do governo revela o quanto essas famílias estão sem assistência social, como falta de escolas na comunidade, atendimento à saúde e pouca assistência técnica pelos organismos específicos. Talvez pela pouca articulação social, em parte pela falta de movimentos sociais engajados na política do desenvolvimento, o que revela baixo capital social acumulado, exigindo do Estado maior intervenção para fomentá-lo.

Em decorrência dessa situação, a questão econômica das famílias ainda é incerta, como comprovado com a renda extrativista menor que o salário mínimo. O desafio está em como manter essas práticas extrativistas.

Nesse sentido, o território assume um papel importante na forma como as práticas tradicionais estabelecem relações de permanência, pois a vulnerabilidade local está presente em todas as dimensões analisadas. As questões como os limites geográficos, a afinidade entre os membros dos municípios envolvidos, as potencialidades econômicas e os limites dos territórios, entre outros, contribuem para a permanência de prática tradicionais como a extração da seringa, a caça e a pesca.

Ficou claro, entretanto, na pesquisa de campo, que projetos sustentáveis se fazem necessários nas colocações, pois os anseios dos extrativistas estão presentes em suas falas quando solicitam: saúde, educação, energia e novas alternativas de renda. Houve desabafos quanto ao esquecimento de apoio do Estado, quando disseram que os funcionários da SEDAM deveriam realizar mais visitas nas colocações, aumentando a fiscalização, pois isso implica no controle da retirada ilegal das madeiras. Solicitaram projetos de ecoturismo, planos de manejo, mudança do presidente de algumas associações, escolas, aproveitamento das árvores que morrem, providências quanto à pesca ilegal, querem uma roça para plantar, mais acesso ao crédito, comunicação entre a Resex e comunidade. Ainda

nesse item, destaca-se que, em algumas reservas, eles ficam sem contato com a comunidade em períodos de seca ou cheia, que tornam o acesso dificultado. Alguns alegam até o atraso em alguns pagamentos de financiamento. Além desses questionamentos, outro chamou a atenção: solicitação de pista de voo e transporte fluvial, mostrando, assim, a discrepância dos interesses das comunidades.

Em síntese, a pesquisa aponta que as Reservas Extrativistas Estaduais de Rondônia têm suas atividades econômicas baseadas na venda de produtos como a borracha, castanha e óleo de copaíba. A produção da farinha de mandioca aparece como uma das principais atividades da agricultura de subsistência, além de sua importância na base alimentar desses povos. Nos últimos anos, a exploração de recursos madeireiros nessas unidades vem despontando como uma das alternativas de renda. Referente aos aspectos sociais, as unidades estudadas seguem uma evasão populacional, decorrente de uma combinação de fatores, entre os quais, a dificuldade no acesso aos serviços sociais básicos.

Essa evasão populacional acaba incidindo na tentativa de resolver o problema da educação uma vez que uma das alternativas seria a implantação de escolas nas UCs, inviável pela falta de alunos em idade escolar e os altos custos em manter escolas nessas áreas vistas pelos órgãos responsáveis como escolas rurais. Concluiu-se que o desafio está em como manter essas práticas extrativistas.

A questão proposta pelo estudo visa descrever e analisar as práticas tradicionais nas reservas extrativistas, buscando compreender um modo relação humano/natureza construído ao longo do tempo, e oferecer proposições que contribuam para o desenvolvimento sustentável. Assim, desenvolvimento sustentável aqui é entendido como alvo a ser alcançado, mas, ao mesmo tempo, como um modo ou estratégia, para a busca da sustentabilidade da floresta diante do contexto atual da globalização e a acirrada competição presente nos mercados em nível local, regional e mundial.

Sem sombra de dúvidas, a reserva é de grande importância, inclusive para o próprio governo, já que, com a presença dos extrativistas na floresta, espera-se que estes cuidem da área de forma que as invasões e os desmatamentos irregulares diminuam ou mesmo tenham fim.

As propostas de geração de renda que visam manter o extrativista na floresta geralmente apresentam um elevado custo para sua execução, e na prática os resultados são poucos.

O estudo apresentou algumas limitações, não foi possível a adequação do questionário, devido à falta de recursos financeiros não foi realizado um pré-teste para validá-lo.

A segunda limitação está relacionada ao deslocamento e acesso às Reservas Extrativistas, por se tratar de uma Região Amazônica, em alguns momentos, os pesquisadores tiveram que se adaptar às condições estabelecidas pelas estações do ano, com isso atrasando o planejamento inicial. A visita da autora a três Resex só foi possível porque as mesmas são de fácil acesso na região de Machadinho do Oeste.

Como pesquisadora, ficou a frustração de não conhecer todas as reservas e vivenciar outros contatos como tivemos nas Resex de Castanheira, Massaranduba e Piquiá, onde desfrutou-se de boas companhias e talentos dos extrativistas, além de usufruir das belezas naturais como um bom banho na cachoeira de Machadinho do Oeste. No início da pesquisa a proposta foi analisar a contribuição das reservas extrativistas na região de Machadinho do Oeste e seu entorno para o desenvolvimento da região, sendo que não foi possível ficando, assim, para futuros trabalhos, pois ainda há poucos voltados para essa realidade regional.

Considera-se que, economicamente o local precisa ser reformulado, até que a conservação se torne mais rentável. Durante o período em que se procedeu a pesquisa, ocorre o seguinte : se o benefício financeiro é insuficiente, muitas vezes ocorre a prática ilegal, como o comércio ilegal da madeira, como vender sua colocação ou deixar caseiro tomando conta, o que é proibido, mas na prática tem acontecido. Os meios para que a conservação se torne rentável devem ser encontrados por meio de políticas públicas que atendam esses povos, sob pena de que, em poucos anos, o contexto em que se estabelecem as relações das práticas entre a população tradicional e a floresta, se apresentem de forma totalmente diferenciada.

A produção deve ser controlada pelo Instituto Chico Mendes e deve estar em conformidade com um Plano de Manejo da RESEX, impedindo-se assim a super-exploração dos produtos comercializados. Nesse contexto, cabe um modelo de governança que promova a capacitação comunitária, conscientizando a comunidade na busca por relações independentes, como instituições públicas ou privadas, além de organismos não governamentais, objetivando apoio logístico, técnico, científico e de investimento, como análise de produtividade, comercialização, estrutura educacional, suporte ambiental, entre outros. Cabe ainda analisar o desenvolvimento econômico produtivo e o nível de preservação ambiental, pois o desmatamento cresce e, se a floresta acaba, acaba também o espaço de atuação e manutenção da vida dos extrativistas. Para alcançar resultados requer-se esforço na luta contra a pobreza, maior equidade no acesso a atividades produtivas sociais, promoção de oportunidade em economias diferentes e dinâmicas, paz e segurança para as populações mais vulneráveis, como o caso dos extrativistas e maiores participações democráticas e garantia de sustentabilidade dos recursos naturais. Concluímos, que a problematização e objetivos da pesquisa foi respondida, tendo em vista que essas práticas tradicionais estabelecem relações, sócias, econômicas, institucionais e cultural, e por fim que as políticas publicas tem um papel importante para a permanência dessas práticas tradicionais nas RESEX.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, A. N. *Amazônia: do discurso à práxis*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. 318 p.

AGRA, K. L. O. Visão colonizadora e desenvolvimento de Rondônia. *Primeira Versão*, Porto Velho, v. Ano II, n. 137, p. 02-09, março, 2004.

ALLEGRETTI, M. H. Reservas Extrativistas: Desafios à sua implantação. Tempo e Presença. *Revista mensal do CEDI*. Rio de Janeiro; São Paulo, Ed. Especial, p.32-34, Ago/Set., 1989.

_____. Ambientalismo político y reforma agrária: de Chico Mendes al movimiento de la tierra. *Nueva Sociedad*, n. 150, 57-68, jul-ago, 1997.

_____. A construção social de políticas ambientais. Doutorado em Desenvolvimento Sustentável. Brasília. 827p. Tese de doutorado. Universidade de Brasília, 2002.

_____. A Construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Editora UFPR, n. 18, p. 39-59, jul/dez, 2008.

ANDRADE, A. A. L. G. de. Artesãos da floresta. Produção tradicional e inovação tecnológica: o caso do couro vegetal na reserva extrativista do Alto Juruá, Acre. Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas: Instituto de Economia, 2003.

ANDRADE, A. S. *ONG's e desenvolvimento regional em Rondônia*. 2001.141f. Dissertação (Mestrado de Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

ANDRADE, Adriana; ROSSETTI, José P. **Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências**. São Paulo: Atlas, 2011.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

ARIMA, E.; BARRETO, P.; BRITO, M. *Pecuária na Amazônia: tendências e implicações para a conservação ambiental*. Belém: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. 2005, 75p.

ARNOLD, M. J. E. & RUIZ PEREZ, M. Can non-timber forest products match tropical forest conservation and development objectives? *Ecological Economics*, 39, 2001, pp. 437-447.

ARNT, R. e SCHWARTZMAN, S. Polonoroeste: a fronteira do desmatamento acelerado. Tempo e Presença: *Revista mensal do CEDI*, Rio de Janeiro; São Paulo, Ed. Especial, p. 20-21, Ago/Set., 1989.

ARPA. ISA. *Amazônia Brasileira 2009* (mapa). Instituto Socioambiental, São Paulo, 2009.

BALZON, Dalvo Ramires; SILVA, João Carlos G. L.; SANTOS, Anadalvo Juazeiro dos. Aspectos mercadológicos de produtos florestais não madeireiros - uma análise retrospectiva. *Revista Floresta*, Set/Dez de 2004, p. 363-371.

BARRETO, P.; SOUZA JR, C.; NOGUERÓN, R.; ANDERSON, A.; SALOMÃO, R. *Human pressure on the brazilian amazon forests*. IMAZON, Belém, Pará. 2006, 84p.

BECKER, B. K; MIRANDA, M; MACHADO, L. O. *Fronteira amazônica: questões sobre o território*. Brasília: EunB; Rio de Janeiro: EUFRJ, 1990.

_____. A Amazônia pós ECO-92. In: BURSZTYN, Marcel (org.). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. 2.ed., São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. *Amazônia*. São Paulo: Ática. 1994.

_____. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? *Parcerias Estratégicas*, n. 12, p. 135-159, Setembro, 2001.

_____. Síntese do processo de ocupação da Amazônia: lições do passado e desafios do presente. In: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia*. Brasília: MMA, 2001.

BEHRENS, C. A. Labor specialization and the formation of markets for food in a Shipibo subsistence economy. *Human Ecology*, 20 (4), 435–462, 1992.

BELCHER, B. & SCHRECKENBERG, K. *Commercialization of non-timber forest products: A reality check*, 2007.

BELCHER, B.; RUIZ-PEREZ, M.; ACHDIAWAN, A. Global Patterns and Trends in the Use and Management of Commercial NTFPs: Implications for Livelihoods and Conservation. *World Development*, 33(9), 2005. pp. 1435-1452.

BELLEN, Hans Michael Van. *Indicadores de Sustentabilidade: uma análise comparativa*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BLUME, R. *Território e ruralidade: a desmistificação do fim do rural*. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

BORGES, K H; BRAZ, E. M. *Recursos florestais não-madeireiros*. Versão preliminar do Workshop “Manejo de recursos não MADEIRÁVEIS – perspectivas para a Amazônia”. Rio Branco, 1998.

BRASIL. Lei nº 1.806, 06 de janeiro 1953.

BRASIL. Lei nº 11.284 de 2006.

BRASIL. Lei nº 4771 de 1965.

BRASIL. Lei nº 9.985, 18 de julho de 2000.

BRASIL. Lei n. 12.727, de 17 de outubro de 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável. *Referências conceituais e metodológicas para gestão ambiental em áreas rurais*. Brasília: MMA, 2006. (Cadernos Gestar nº 1).

BURY J. *Livelihoods in transition: transnational gold mining operations and local change in Cajamarca, Peru*, 2004.

BYRON, E. M. *Market integration and health: the impact of markets and acculturation on the self-perceived morbidity, diet, and nutritional status of the Tsimane' Amerindians of lowland Bolivia*. Tese de PhD, 2003.

CAMPBELL, L.M. & VAINIO-MATTILA, A. Participatory Development and Community-Based Conservation: Opportunities Missed for Lessons Learned? *Human Ecology*, 31(3), 2003. p. 417-437.

CAMPOS, Índio. A sustentabilidade da agricultura na Amazônia. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/gt/agricultura_meio_ambiente/Indio%20Campos.pdf> Acesso: jun. 2010.

CAMPOS, U. O grande reino da biodiversidade. *Revista Amazônia Legal: Programa de prevenção e controle de queimadas e incêndios florestais na Amazônia legal*, Brasília: IBAMA/MMA, 2002, p.04-13.

CANDIDO, Silvio Eduardo Alvarez et all. Desenvolvimento e implantação de mini-fábricas de produtos florestais não madeireiros em comunidades ribeirinhas da amazônia: a experiência do núcleo de apoio à população ribeirinha da Amazônia. In.: *XXVIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção*. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 13 a 16 de outubro de 2008.

CARVALHO, H. M. *Resgate histórico e avaliação do fórum das Organizações não governamentais e movimentos sociais que atuam em Rondônia*. Porto Velho/Curitiba: Oxfam, 1996. (Relatório)

CASHDAN, E.A. *Coping with Risk: Reciprocity Among the Basarwa of Northern Botswana*. Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland: Man New Series, 20(3), 1985. p. 454-474.

CAVALCANTI, Clóvis. Concepções da economia ecológica: suas relações com a economia dominante e a economia ambiental. *Estudos Avançados*, 2002 (68), p. 53-67.

CAVALCANTI, F. C da S. *A política ambiental na Amazônia: um estudo sobre as reservas extrativistas*. Tese (Doutoramento em Economia). Instituto de Economia da UNICAMP, 2002.

CERTEAU, Michael de. *A escrita da história*, 2 ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2000.

_____. *A invenção do cotidiano – 1. Artes de fazer*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1984.

CLAY, J. W. *Strategies for enhancing income generation from the tropical forest in Selected species and strategies to enhance income generation from Amazonian forests*. Clay, J.W. e Clement, C.R. Rome, 1993.

COSTA, Josué et ali. *O uso do solo de várzea: reflexões sobre cultura e produtividade*. In: AMARAL, José Januário; CALDAS, F.L.(org.). *Pesquisa na Amazônia: intervenção para o desenvolvimento* (vol. 2). Porto Velho: Edufro, 2002.

CRAIG, John G. *The nature of Co-operation*. Montréal: Black Rose Books, 1993.

DASGUPTA, P. *Population, Resources, and Welfare: An Exploration into Reproductive and Environmental*, 2000.

DERCON, S. & WEERDT, J. de. Risk-Sharing Networks and Insurance Against Illness. *The Centre for the Study of African Economies Working Paper Series*. Paper nº175, 2002.

DIAGNÓSTICO *da situação atual do manejo florestal comunitário nas reservas extrativistas estaduais de Rondônia*. Porto Velho, RO: OSR - Organização dos Seringueiros de Rondônia e WWF, 2005.

DIAS, L. C. Técnica, território e poder na obra de Milton Santos. In: BRANDÃO, M. (Org.) *Milton Santos e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

DOMENEGHETTI, Ana Maria. *Voluntariado - gestão do trabalho voluntário em organizações sem fins lucrativos*. São Paulo: Esfera, 2001.

ECHEVERRI, Rafael. RIBEIRO, Maria Pilar. *Rurabilidade, Territorialidade e Desenvolvimento Sustentável*. IV. IICA. Brasília, 2005.

ETGES, Virginia Elisabeta. Desenvolvimento Regional Sustentável: o território como paradigma. REDES, Santa Cruz do Sul. v. 10, 2005.

FEARNSIDE, P. M. Reservas Extrativistas: uma estratégia de uso sustentável. *Ciência Hoje: Revista de divulgação científica para o progresso da ciência*, v.14, n. 81, p.15-17, maio/jun, Rio de Janeiro, 1992.

_____. Soybean cultivation as a threat to the environment in Brazil. *Environmental Conservation*, 28(1): 23–38, 2001.

FREITAS, A. V. L.; LEAL, I. R.; Uehara-Prado, M. & Lannuzzi, L. 2005. Insetos como indicadores de conservação da paisagem. In: Lewinsohn, T. M., Freitas, A. V. L. & Prado, P. I. *Conservation of Terrestrial Invertebrates and Their Habitats in Brazil*, 19, 2005. p. 640-645.

GASPAR, J. Técnica, território e poder. In: BRANDÃO, M. (Org.) *Milton Santos e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

GLADWIN, T.N., KENNELLY, J.J. and KRAUSE, T.-S. Shifting paradigms for sustainable development: implications for management theory and research. *Academy of Management Review*, v. 20 n. 4, 1995, pp. 874-907.

GODOY, R.A. et al. The Role of Community and Individuals in the Formation of Social Capital. *Human Ecology*, 35, 2007. p. 709-721.

GTA RONDÔNIA. *RESEX de Rondônia denunciam omissões de governos*. Disponível em: <http://www.gta.org.br/noticias_exibir.php?cod_cel=1534>. Acesso em: 23 mai. 2010.

GTA. *O fim da floresta? A devastação das Unidades de Conservação e Terras Indígenas no Estado de Rondônia*. Grupo de Trabalho Amazônico – GTA, Regional Rondônia, Junho de 2008.

GUIMARÃES, Roberto P. El desarrollo sustentable: propuesta alternativa o retórica neoliberal. *Revista EURE*. Santiago de Chile, v. XX, n. 61, dez, 1994.

_____. Desenvolvimento sustentável: da retórica à formulação de políticas. In: BECKER, K. Bertha, MIRANDA, Mariana (orgs.). *A geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 13-46.

HILL, K. & GURVEN, M. Economic experiments to examine fairness and cooperation among the Ache Indians of Paraguay, pp.382-412. In: HENRICH, J. et al. *Foundations of human sociality. Economic experiments and ethnographic evidence from fifteen small-scale societies*. Oxford University Press; Oxford, UK, 2004 451p.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Reservas Extrativistas: uma opção de desenvolvimento viável para a Amazônia? *R. Pará Desenvolvimento*. n. 25. Extrativismo vegetal e reservas extrativistas, Belém, 1989.

_____. Amazônia: os limites da opção extrativa. *Ciência Hoje*, v, 27, n. 159, 2000.

_____. Extrativismo, biodiversidade e biopirataria na Amazônia. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008. Texto para discussão.

_____. Amazônia: meio ambiente, tecnologia agrícola e segurança alimentar. *Anais da 61ª Reunião Anual da SBPC*, Manaus, Julho, 2009.

IBAMA. *Roteiro Metodológico de Planejamento - Parques Nacionais*, 2002.

IBAMA. *Reserva Biológica e Estação Ecológica*. Ibama, Brasília. 2007. p. 136.

IBGE. Instituto Brasileiro de geografia e Estatística. 2010. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 05 mai. 2011.

IMAZON. Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. *Pesquisa Regional sobre o manejo de produtos florestais não-madeireiros na Amazônia*. Relatório Técnico Parcial. Sebrae/AC – Contrato nº 10/2008. Belém/PA: Imazon, 2008.

IMAZON. **Protected Areas in the Brazilian Amazon: challenges and opportunities/** [organizers Adalberto Veríssimo... [et al.]]. -- Belém: Imazon; São Paulo: Socioenvironmental Institute, 2011.

ISPN. Sistematização das informações cadastrais das reservas extrativistas Chico Mendes, Rio Ouro Preto, RioCajari e Alto Juruá. Relatório. Brasília: 1977.

JESUS, Clesio Marcelino de. *Desenvolvimento territorial no Brasil: a experiência dos consórcios de segurança alimentar e desenvolvimento local - Uberlândia*, 2006. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, 2006.

KAGEYAMA, Paulo. Reserva Extrativista: *um modelo sustentável para quem?* São Paulo, 1996. (trabalho apresentado na mesa redonda sobre Reserva extrativista dentro do programa da reunião anual da SBPC), 1996.

KREMEN, C.; MERENLENDER, A.M.; MURPHY, D.D. 1994. Ecological Monitoring: A Vital Need for Integrated Conservation and Development Programs in the Tropics. *Conservation Biology*, 8(2), 1994. p. 388-397.

KUSTERS, K. et al. Balancing development and conservation? An assessment of livelihood and environmental outcomes of non timber forest product trade in Asia, Africa and Latin America. *Ecology and Society*, 11(2), 2006.

LESCURE, J. P.; PINTON, F.; EMPERAIRE, L. Povos e produtos da floresta na Amazônia: o enfoque multidisciplinar do extrativismo, In: VIEIRA, P. F.; WEBER, J. (Orgs.). *Gestão de recursos renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, 2002.

MACIEL, R. C. G. *Ilhas de alta produtividade: inovação essencial para a manutenção dos seringueiros nas reservas extrativistas*. Dissertação de mestrado. UNICAMP, Campinas, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade. *Antropologia: uma introdução*. 5ª.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, Deryck Pantoja. *Novos caminhos e antigas práticas: acordos de comunidades com empresas para o manejo florestal: o caso da Reserva Extrativista Rio Preto-Jacundá em Machadinho D' oeste – RO*. Dissertação de Mestrado. Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas. Universidade Federal do Pará, 2008.

MEIRA, S. B. *A epopéia do Acre*. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1964.

MICHI, Leny Nayra. *O papel do estado nas parcerias comerciais entre povos indígenas amazônicos e empresas na comercialização de produtos florestais não madeireiros*. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental). USP, São Paulo, 2007, 146p.

MILLIKAN, Brent H. *Zoneamento sócio-econômico-ecológico e políticas Públicas no Estado de Rondônia: oportunidades, limites e desafios para o desenvolvimento sustentável (versão preliminar)*. Porto Velho : PNUD, 1998.

MINAYO, Maria. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2007.

MOREIRA, Rodrigo C. S. *A produção extrativista e o manejo florestal em Reservas Extrativistas: o caso da RESEX Aquariquara de Rondônia*. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGMAD), Universidade Federal de Rondônia (UNIR), 2010.

MORSELLO, C. *Company–community non-timber forest product deals in the Brazilian Amazon: A review of opportunities and problems*. *Forest Policy and Economics*, 8, 2006. pp. 485-494.

_____. e ADGER, W. N. *Do partnerships between large corporations and amazoniaindigenous groups help or hinder communities and forests?* pp. 147-167. In: ROS-TONEN, M.P.P.(Org.) *Partnerships in Sustainable Forest Resource Management: Learning from Latin America*. Amsterdã: Brill, 2007.

MPOG, M. D. P. O. E. G. *Programa Agropecuário e Florestal de Rondônia - PLANAFLORO* , Brasília, 2002.

MURRIETA, R.S.S., et al. Conclusão, p. 351-362. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R. e NEVES, W. (Eds) *Sociedades Cablocas Amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006.

NOGUEIRA, Salvador. **O fator Humano**. Pesquisa Fapesp, 198, agosto de 2012. Disponível em: < http://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2012/08/15_castanheiras_198.pdf>. Acesso em 12 Fev 2013.

O FIM DA FLORESTA. A Devastação das Unidades de Conservação e Terras Indígenas no Estado de Rondônia Grupo de Trabalho Amazônico – GTA Regional Rondônia. Junho de 2008.

PASCUAL, Jordi. ideias sobre “Rio +20 e a Dimensão Cultural da Sustentabilidade”. 28 Fev 2012. Disponível em:<<http://www.cultura.gov.br/riomais20/rio-20-dimensao-cultural-da-sustentabilidade/>>. Acesso em 04 Fev 2013.

PROJETO DIÁLOGOS: OLHARES SOBRE O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. *As diversas verdades sobre a Amazônia*. Livro de entrevistas WWF-Brasil, 2009.

PEDRO, Antônio Fernando Pinheiro. Aspectos ideológicos do meio ambiente. In: **Direito ambiental: enfoques variados**. São Paulo: Lemos & Cruz, 2004.

PERES, P. S. Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 68, Outubro, 2008.

PERRAUD, D. Le soutien de l’agriculture: politiques agricoles et territoires. In: Laurent, C.; Thinon, P. (eds.). *Agricultures et territoires*. Paris: Lavoisier, 2005.

PETERS, C.M.; GENTRY, A.H.; MENDELSON, R.O. Valuation of an Amazonian Rainforest. *Nature*, 339, 1989. p. 655-656.

PINEDO-VASQUEZ, M.; ZARIN, D.J.; COFFEY, K.; PADOCH, C.; RABELO, F. Post-Boom Logging in Amazonia. *Human Ecology*, 29(2), 2001, p. 219-239.

Pinto, L. P. *Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios*. Estação Liberdade/ISA, São Paulo, 2001.

PINTON, F. e AUBERTIN, C. Extrativismo e desenvolvimento regional. In: EMPERAIRE, L. et al. *A floresta em jogo*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000, p.151-159.

Portal do extrativismo (2009). *Neoextrativismo e o agroextrativismo*. Disponível em: <<http://www.florestavivaextrativismo.org.br/>>. Acesso em: 9 abr. 2009.

PUTSCHE, L. A Reassessment of Resource Depletion, Market Dependency, and Culture Change on a Shipibo Reserve in the Peruvian Amazon. *Human Ecology*, 28(1), 2000.

PYHÄLÄ, A.; BROWN, K.; ADGER, W.N. Implications of livelihood dependence on non-timber products in Peruvian Amazonia. *Ecosystems*, 9, 2006. p. 1328-1341.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RÊGO, J. F. A. D. E. A. N. *Revista Ciência Hoje*, 1999. Disponível em: <http://www.cienciamao.usp.br/tudo/exibir.php?midia=chj&cod=_amazonia-doextrativismoaoneoextrativismo-opiniaocienciahoje147mar1999>. Acesso em: 16 fev. 2012.

RIBEIRO, Beatriz; VERÍSSIMO, Adalberto; PEREIRA, Kátia. O avanço do Desmatamento sobre áreas protegidas em Rondônia. *Imazon: O estado de Rondônia*, n. 06, dezembro/2005. Disponível em <www.imazon.org.br>. Acesso em: 10 mai. 2006.

_____. O Estado da Amazônia: o Avanço do Desmatamento sobre as Áreas Protegidas em Rondônia. *IMAZON*, nº 6, Dezembro de 2005. Disponível em <www.imazon.org.br>. Acesso em: 08 jan. 2010.

RIZEK, Mayte Benicio. *Efeitos da exposição ao mercado de produtos florestais não madeireiros sobre o capital social de comunidades extrativistas da Amazônia brasileira*. São Paulo: 2010. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental). Universidade de São Paulo, 2010.

ROCHA, E. *Padrões de distribuição espacial de três espécies de palmeiras com potencial econômico: Açaí (Euterpe precatória), Patauá (Oenocarpus bataua) e Bacaba (Oenocarpus mapora) na Reserva Extrativista Chico Mendes (informações PZ/UFAC)*, 1996.

RODRIGUES, M. T. *The conservation of Brazilian reptiles: challenges for a megadiverse country*. *Conservation Biology*. Willwy-Blackwell.19, 2005. p. 659- 664.

RONDÔNIA/PLANAFORO. *Zoneamento socioeconômico-ecológico de Rondônia*. Porto Velho, 2000.

RONDÔNIA/PLANAFORO/ITERON/SEDAM/OSR. *Plano de utilização da reserva extrativista estadual do Rio Pacaás Novos*, Porto velho, 2002.

ROS-TONEN, M.A.F. The role of non-timber forest products in sustainable tropical forest management. *Holz als Roh- und Werkstoff*, 58, 2000, P. 196-201.

RUEDA, R. P. *A defesa do extrativismo na Amazônia: as reservas extrativistas*. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/RESEX/textos/h9.htm>>. Acesso em: 23 mai. 2006.

SABOURIN, E. Desenvolvimento rural e abordagem territorial: conceitos, estratégias e atores. In: SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. A. *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências*. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002.

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, Marcel. *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. *Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SARAIVA, Márcia Pires. *Identidade multifacetada: a reconstrução do "ser indígena" entre os Juruna do Médio Xingu*. Belém: NAEA, 2008.

SANTANA, Valdinéia de Oliveira. *Reservas Extrativistas Estaduais de Rondônia: uma História em Construção* Marília-Sp. 2007. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, 2007.

SANTOS, C. *A fronteira do Guaporé*. Porto Velho: Eudfro, 2007.

SANTOS, M. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Território e sociedade: Entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SEIXAS, C. S & DAVY, B. Self-organization in integrated conservation and development initiatives. *International Journal of the Commons*, 2(1), 2008. P. 99-125.

SENCEBE, Y. *Les territoires de développement em France : Analyse des référentiels de la décentralisation et de leurs traductions locales dans les espaces ruraux*. Colóquio Internacional sobre Desenvolvimento Territorial Sustentável, Florianópolis, 22 a 25 de agosto 2007

SHANLEY, P.; PIERCE, A., e LAIRD, S. Além da Madeira: a certificação de produtos florestais não madeireiros. Bogor, Indonésia: Centro de Pesquisa Florestal Internacional (CIFOR), 2005.

SIENA, O. et al. Sustentabilidade dos produtos florestais não-madeiráveis (PFNM) do estado de Rondônia. *RARA. Revista de Administração e Negócios da Amazônia*. Versão impressa, Porto Velho, v. II, n. 1, 2011.

_____; FACHINELLO, D. T.; MAIA, D. D. S. Constatações Sobre Reservas Extrativistas no Estado de Rondônia. *V Encontro Nacional da Anppas*, Florianópolis, Outubro 2010.

_____; et al. *Projeto: Busca da sustentabilidade para os Produtos Florestais Não-Madeiráveis para o Estado de Rondônia*. PPGMAD/UNIR, 2008.

SILVA, José da Costa (Coord). *Nos banzeiros do rio: ação interdisciplinar em busca da sustentabilidade em comunidades ribeirinhas da Amazônia*. Porto Velho/RO: EDUFRO, 2002.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. DEL GROSSI, Suely Regina. *A regionalização do espaço amazônico: o caso de Rondônia*. *Revista da Católica*, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 126-135, 2010.

TENORIO, Fernando G. (org). *Gestão de ONGs: principais funções gerenciais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

TOCANTINS, L. *O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia*. Rio de Janeiro: biblioteca do Exército, 1973.

TOURAINÉ, Alain. *Um novo paradigma – para compreender o mundo de hoje*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo da Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo, Atlas, 1992.

USAID. Biodiversity Conservation and Sustainable Use. USAID Program Overview. Washington, DC, 1994.

VALIENTE, José Otavio. *A Sustentabilidade da Produção Extrativa da RESEX do Rio Ouro Preto (RO)*. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGMAD), Universidade Federal de Rondônia (UNIR), 2008.

WANDERLEY JÚNIOR, Bruno. VOLPINI, Carla Ribeiro. **Mondiacult: A Cultura Como Dimensão Dos Direitos Humanos**. S.d. Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/bh/bruno_wanderley_junior.>. Acesso em 17 Fev 2012.

WOLLENBERG, E. Methods for Assessing the Conservation and Development of Forest Products, pp 1-17. In: WOLLENBERG, E. & INGLES, A. (Eds.) *Incomes from the Forest Methods for the development and conservation of forest products for local communities*. Indonésia: Center for International Forestry Research, 1998. 227p.

YOUNGER, S. Reciprocity, Sanctions, and the Development of Mutual Obligation in Egalitarian Societies. *Journal of Artificial Societies and Social Simulation*, 8(2), 2005. 24 p.

**APENDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTA
UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL – UNISC**

**PROJETO DE TESE: PRÁTICAS TRADICIONAIS EM RESERVAS EXTRATIVISTAS
NO ESTADO DE RONDÔNIA**

Tese de doutorado:
Doutoranda: Gleimíria Batista da Costa
Orientadora: Heleniza Ávila Campos
Coorientador: Osmar Siena

ROTEIRO DE ENTREVISTA

**PRODUTORES (EXTRATIVISTAS) VEGETAL – Município de Machadinho do
Oeste (RO)**

1. DADOS DE LOCALIZAÇÃO: (número da reserva:)

- 1.1. Ponto de Marcação no GPS:.....
- 1.2. Nome da localidade de exploração dos produtos extrativistas:
- 1.3. É reserva indígena ? []sim [] não
- 1.4. Esfera de controle []Federal [] Estadual
- 1.5. Ponto de referência (físico):
- 1.6. Nome do entrevistado:
- 1.7. Idade:
- 1.8. Papel que exerce na comunidade

2. SOBRE A COMUNIDADE ENVOLVIDA

- 2.1. Número de famílias da reserva
- 2.2. Número aproximado de pessoas nas famílias
[] Mulheres [] Homens [] Crianças [] Outros
- 2.3. Principais lideranças:
[] Mulheres [] Homens [] Crianças [] Outros
- 2.4. Há quanto tempo esta comunidade está envolvida com esta atividade?
- 2.5. Há migrações para outras localidades?
- 2.6. Quais as relações com a cidade e a região (comércio, serviços)
- 2.7. Contribuições financeiras para o sustento da família (por ordem de importância):

Extrativismo	Agricultura	Programas Governamentais	Aposentadoria	Outras
--------------	-------------	--------------------------	---------------	--------

3. MODO DE PRODUÇÃO

- 3.1. Extensão territorial da área da reserva utilizada para extração?
- 3.2. Principais produtos (em ordem de quantidade extraída)
 óleo de copaíba castanha açaí madeira
 outros
- 3.3. Principais produtos (em ordem de importância econômica)
 óleo de copaíba castanha açaí madeira
 outros
- 3.4. Como é feita a extração da principal atividade mais rentável?
- 3.5. Tecnologia necessária para a atividade mais rentável?
- 3.6. Assistência técnica e tecnológica?
- 3.7. Há incentivo do Estado para escoamento da produção?
- 3.8. Outras áreas na reserva para outra forma de produção (rural, subsistência, lazer, etc.)?
- 3.9. Quais os principais conflitos com produção madeireira e rural?

4. RELAÇÃO DA COMUNIDADE COM O INTERMEDIÁRIO:

- 4.1. Onde está situado?
- 4.2. Como faz o transporte dos produtos?
- 4.3. Em que período do ano e quantas vezes no ano há contato com o intermediário?
- 4.4. Valor aproximado dos produtos extraídos:
 - óleo de copaíba
 - castanha
 - açaí
 - madeira
 - outros
- 4.5. Sabe qual o destino dos produtos de sua reserva?

5. OBSERVAÇÕES E COMENTÁRIOS

ANEXO A – QUESTIONÁRIO SOCIOECONOMICO

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

CADASTRO SÓCIO-ECONÔMICO DA RESERVA EXTRATIVISTA: _____

1. IDENTIFICAÇÃO.

1.01 - Data: / / 2011.

Latitude: (S) _____

Longitude: (W) _____

1.02 – Nomes:

Nome (responsável pela família): _____ Apelido: _____

Nome (entrevistado): _____ Apelido: _____

1.03 – Nome da UC: _____

Nome da Comunidade: _____

Nome da Colocação: _____

1.04 - Idade: _____

1.05 - Meio de Acesso a Colocação:

Estrada

Ramal

Varadouro

Fluvial

Outros: _____

1.06 - Estado Civil:

Casado

Solteiro

Viúvo

Outro: _____

1.07- Quantas pessoas moram na residência atualmente?

1.8- Qual a faixa etária dos jovens? Idade

(0 a 5)

(5 a 10)

(10 a 15)

(15 a 20)

1.9 – Qual a faixa etária dos adultos? Idade

(20 a 30)

(30 a 40)

(40 a 50)

(50 a 60)

(60 a 70)

(70 a 80)

acima de 80 anos

1.10 – Quantas pessoas do sexo Feminino?

1.11 – Quantas pessoas do sexo Masculino?

1.12 - A família/responsável possui alguma propriedade na cidade?

() Sim () Não

Quantas? _____ Localidade: _____

1.13 - Categoria do responsável pela propriedade:

- () Proprietário rural
- () Posseiro em área rural
- () Arrendatário de propriedade rural
- () Ocupante (extrativista)
- () Parceiro ou meeiro em propriedade rural
- () Empregado rural (caseiro ou vaqueiro)
- () Pescador
- () Proprietário de comércio em povoado
- () Empregado em área urbana
- () Trabalhador autônomo em área urbana
- () Outro: _____

1.14 - Documentos pessoais do morador:

RG: _____

CPF: _____

Título de Eleitor: _____

Documentos pessoais do companheiro (a):

RG: _____

CPF: _____

Título de Eleitor: _____

1.15

Há quantos anos reside nesta colocação? _____

Há quantos anos reside nesta reserva? _____

1.16 - Qual a situação dominial da propriedade?

- () Escritura definitiva
- () Documento de compra e venda
- () Recibo simples
- () Sem documentação
- () Outro documento: _____

1.17 - O chefe da família sempre morou nesta colocação?

() Sim () Não

1.18 - Se a resposta for não, em que localidade residia anteriormente?

Localidade: _____

2. INFRA-ESTRUTURA E SANEAMENTO BÁSICO.

2.01 - Há energia elétrica na colocação?

() Sim () Não

2.02 - Se a resposta no item anterior for sim, especificar o tipo de fonte de energia:

- () Rede pública
- () Solar
- () Motor diesel/gasolina
- () Outro: _____

2.03 - Tipo de paredes da moradia:

- () Alvenaria
- () Mista

- Madeira
- Palha
- Outro: _____

2.04 - Tipo estrutural da cobertura da moradia:

- Cobertura c/ telha de barro
- Cobertura c/ telha de amianto
- Cobertura com palha
- Material aproveitado
- Outro: _____

2.05 - Número de cômodos da moradia:

2.06 - Tipo de piso da moradia:

- Cimento
- Madeira
- Material aproveitado
- Cerâmica
- Tijolo
- Outro: _____

2.07 - Há sistema de esgoto na colocação?

- Sim
- Não

2.08 - Se houver, onde é lançado o esgoto?

- Mato
- Rio / Igarapé
- Lago ou lagoa
- Solo
- Outro: _____

2.09 - Qual o tipo de instalação sanitária na sua colocação?

- Fossa rudimentar
- Fossa séptica e sumidoro
- Fossa seca (latrina)
- Valas abertas
- Lançamento em cursos d'água
- Não há instalação sanitária
- Outro: _____

2.10 - Qual o tratamento que se dá à água consumida?

- Fervida
- Coada
- Não é tratada
- Filtrada
- Tratada com cloro
- Outro: _____

2.11 - Qual é a forma de abastecimento da água utilizada?

- Rede geral de distribuição
- Poço ou nascente (na propriedade)
- Rio ou igarapé
- Outros: _____

2.12 - Qual o destino para o lixo doméstico?

- Joga no rio/igarapé
- Enterra
- Joga no mato
- Queima

() Outro: _____

2.13 - Quais são os bens materiais existentes na colocação?

TV	
Rádio	
Carro	
Barco	
Motor	
Trator	
Antena Parabólica	
Motor para geração de energia	
Bomba hidráulica para captar água	

3. EDUCAÇÃO.

3.01 - O morador é alfabetizado?

() Sim () Não

3.02 - Qual a escolaridade do morador?

- () Somente alfabetizado
 () Ensino Fundamental
 () Ensino Médio
 () Superior
 () Outro: _____

3.03 - Existe escola na comunidade?

() Sim () Não

3.04 - Se a resposta anterior for Sim, a escola está funcionando atualmente?

() Sim () Não. Por que? _____

3.05 – As crianças estão freqüentando a escola? Se não Por quê?

3.06 - Se houver escola na comunidade, especificar quem é o gestor?

- () Estado
 () Prefeitura
 () Projeto
 () Outro: _____

4. SAÚDE:

4.01 - Quais as doenças que já ocorreram na família?

- () Malária
 () Dengue
 () Febre Amarela
 () Epilepsia
 () Gastrite
 () Derrame
 () Problemas cardíacos
 () Doenças da pele
 () Verminoses/diarréia
 () Doenças respiratórias
 () Doenças mentais (nervos)
 () Tuberculose
 () Problemas renais
 () Alcoolismo
 () Hanseníase
 () Nenhuma
 () Outras: _____

4.02 - Quantas vezes, nos últimos 6 meses, sua família contraiu malária:

R: _____

4.03 - Existe agente de saúde atuando na comunidade?

Sim Não

4.04 - Onde a família recorre a serviços médicos?

Agende de saúde
 Posto de saúde da região
 Posto de saúde da cidade
 Hospital da cidade
 Outro: _____

4.05 - Existe campanha de vacinação na comunidade?

Sim Não

4.6 – Quem é o responsável pela saúde da mulher?

Posto de Saúde
 Agente Comunitário
 Ninguém

5. ECONOMIA.

5.01 - Utiliza crédito rural?

Sim Não

5.02 - Qual a instituição de crédito?

EMATER
 Banco da Amazônia - BASA
 INCRA
 Banco do Brasil
 Outros: _____

5.03 - Qual a utilidade do crédito?

Atividades agrícolas
 Atividades pecuárias
 Atividades extrativistas
 Benfeitorias

5.04 - Está em dia com o pagamento?

Sim Não

Se a resposta for não, especificar há quanto tempo e por que: _____

5.05 - Como está dividida a utilização das terras desta colocação?

Áreas com lavouras: _____
 Áreas com pastagens: _____
 Áreas com matas: _____

5.06 - Qual a quantidade de estradas de seringueiras na colocação?

R: _____

5.07 - Qual a média de seringueiras por estrada?

R: _____

5.08 - Apicultura (produziu mel no último ano)?

Produção em Litros: _____

5.09 - Local de colheita do mel?

Floresta
 Criação

Onde é comercializada a maior parte da produção agrícola?

- Associação
 Cooperativa
 Comércio local
 Cantina
 Comércio na cidade
 Regatão
 Outro: _____

5.18 - Qual a modalidade de produção agrícola?

- Comercial
 Subsistência
 Mista
 Não informou

5.19 - Especifique quais são as culturas permanentes existentes na colocação:

Cultura	Nº de pés
Manga	
Coqueiro	
Biribá	
Goiabeira	
Castanheira	
Bananeira	

5.20 - Meio de transporte utilizado para o escoamento da produção agrícola e extrativista:

- Caminhão ou caminhonete
 Ônibus
 Carro pequeno
 Carroça, cavalo
 Barco
 Outro: _____

5.21 - Qual a principal fonte de renda da colocação?

- Agricultura
 Pecuária
 Extrativismo
 Outro: _____

5.22 - Qual o tipo de criação e efetivo existentes na propriedade?

Tipo de rebanho(espécie)	Éfetivo atual (cabeças)	Quantidade comercializada no último ano	Destino

5.23 – Produz algum tipo de artesanato? Se sim qual?

- Sim
 Não
 Qual

6. MEIO AMBIENTE.

6.01 - Quantas pessoas caçam na sua colocação?

R: _____

6.02 - Qual o modo mais utilizado para caçar?

- A ponto
 Espera

- () Com cachorro
- () Armadilha
- () Outro: _____

6.03 - Qual é a melhor época do ano para caçar?

- () Verão
- () Inverno

6.04 - Qual o tempo de duração das caçadas em horas?

Verão (hs): _____
 Inverno (hs): _____

6.05 - Onde costumam realizar suas caçadas no verão?

- () Terra firme
- () Várzea
- () Estrada de seringa
- () Capoeira
- () Roçado
- () Castanhal
- () Outros: _____

6.06 - Onde costumam realizar suas caçadas no inverno?

- () Terra firme
- () Várzea
- () Estrada de seringa
- () Capoeira
- () Roçado
- () Castanhal
- () Outro: _____

6.07 - No último ano, quais as três espécies de animais que sua família mais consumiu?

VERÃO	INVERNO

6.08 - Quais as três espécies de caça que mais gosta de consumir?

--	--	--

6.09 - Existem espécies de caça que estão desaparecendo da floresta?

- () Sim
- () Não

Se a resposta for SIM, especificar quais espécies: _____

6.10 - Existem espécies de animais silvestres causando danos aos animais domésticos ou plantações na sua colocação?

- () Sim
- () Não

Se a resposta for SIM, especificar quais espécies: _____

6.11 – Qual (ais) o(s) principal (ais) problema(s) ambiental(ais) encontrado(s) na RESEX?

- () Desmatamento
- () Retirada ilegal de madeira
- () Caça ilegal
- () Pesca ilegal
- () Queimadas
- () Não tem problemas
- () Outros: _____

6.12 - Quantas pessoas da sua família pescam na sua colocação?

R: _____

6.13 - Qual a época do ano que mais há abundância de peixes nos locais que vocês costumam pescar?

- Verão
- Inverno

6.14 - Qual o tempo de duração da pesca em horas?

Verão: _____
 Inverno: _____

6.15 - Qual o modo mais utilizado para pescar no verão?

- Anzol
- Tarrafa
- Malhadeira
- Cipó
- Mergulho
- Outro: _____

6.16 - Qual o modo mais utilizado para pescar no inverno?

- Anzol
- Tarrafa
- Malhadeira
- Cipó
- Mergulho
- Outro: _____

6.17 - Onde costumam pescar no verão?

- Igarapé
- Lago
- Rio
- Açude
- Igapó / Várzea
- Outro: _____

6.18 - Onde costumam pescar no inverno?

- Igarapé
- Lago
- Rio
- Açude
- Igapó / Várzea
- Outro: _____

6.19 - No último ano, quais as três espécies de peixes que mais consumiu (verão e inverno)?

VERÃO	INVERNO

6.20 - Existem espécies de peixes que estão desaparecendo dos locais onde costumam pescar?

- Sim
- Não

Se a resposta for SIM, especificar quais espécies: _____

6.21 - Utiliza fertilizantes e defensivos (agrotóxicos) na colocação?

- Sim
- Não

6.22 - Se a resposta no item anterior for SIM, especificar quais os tipos:

- Adubos químicos
- Adubos orgânicos
- Calcário
- Defensivos (agrotóxicos): _____

() Remédio para gado: _____

() Outros: _____

6.23 - Explora recursos não-madeireiros na colocação (exemplo: cipós, sementes, essências, etc.)? Caso NÃO, deixe em branco.

Qual recurso	Nome popular	Forma de exploração	Se vende, onde?

7. GESTÃO DA RESEX.

7.01 - Conhece o plano de utilização da reserva extrativista?

() Sim () Não

7.02 - Já ouviu falar do plano de manejo de uso múltiplo da reserva extrativista?

() Sim () Não

Se SIM, qual a opinião a respeito: _____

7.03 - Pretende continuar morando na reserva nos próximos anos?

() Sim () Não () Não sabe informar

7.04 - Conhece o documento de concessão real de uso da reserva extrativista?

() Sim () Não

Se SIM, qual a opinião a respeito: _____

7.05 - Você é a favor que as colocações vazias da reserva sejam ocupadas por pessoas de outras localidades?

() Sim () Não

Por que? _____

8. LAZER.

8.01 - Qual a forma de lazer da família?

() Futebol
 () Festas
 () Encontros Religiosos
 () Outros: _____

8.02 - Qual a religião da família?

() Católico
 () Evangélico
 () Outros: _____

9. ORGANIZAÇÃO SOCIAL.

9.01 - Alguém da família pertence a alguma organização social?

() Sim () Não

Se SIM, especificar qual: _____

9.02 - Vocês participam das assembleias e reuniões realizadas?

() Sim () Não

Se NÃO, por quê? _____

9.03 - Quais as lideranças presentes na localidade?

() Igreja/Pastoral
 () Prefeitura
 () MAB
 () INCRA
 () Políticos
 () Não reconhece nenhuma

Associação: _____
Sindicato: _____
Outros: _____

10. FAMÍLIA.

10.01 - Quantas pessoas integram sua unidade familiar? ()

Nome Completo	Sexo	Idade	Parentesco	Escolaridade completa	Ocupação

11. OBSERVAÇÕES GERAIS

ANEXOS B: Fotos tiradas no período da coleta de dados em campo

A) Práticas de Locomoção dos Extrativistas



Fonte: SEDAM/MACHADO, 2011.

B) Produção da Farinha como fonte de renda



Nas Resex, a produção da farinha serve como fonte de alimento e renda.
Fonte: SEDAM/MACHADO, 2011.

C) Extração do Látex como fonte de renda



O Látex é extraído e repassado para as Cooperativas.
Fonte: SEDAM/MACHADO, 2011.

D) Castanha para Comercialização nas Resex



Produção da Castanha, para comercializar nas Cooperativas.
Fonte: COSTA, 2011.

E) Casa de Extrativista



As casas, nas Resex são feitas de acordo com a localização e poder aquisitivo dos moradores.
Fonte: DANIELLE MOREIRA e COSTA/2011.

F) Casa de Extrativista



As casas, nas Resex são feitas de acordo com a localização e poder aquisitivo dos moradores.
Fonte: DANIELLE MOREIRA e COSTA/2011.

G) Casa de Extrativista



As casas, nas Resex são feitas de acordo com a localização e poder aquisitivo dos moradores.
Fonte: DANIELLE MOREIRA e COSTA/2011.

H) Mulheres Extrativistas Lavando Objetos no Rio



Essa prática nas Resex é comum, devido a falta de infraestrutura.
Fonte: SEDAM/MACHADO, 2011.

I) Escola nas Resex



Crianças de várias idades, estudando no sistema multisseriado.
Fonte: SEDAM/MACHADO, 2011.

J) Criança Estudando com uma Lâmparina



Alternativa de luz como a lâmparina para as atividades da escola.
Fonte: SEDAM/MACHADO, 2011.

K) Produtos Artesanais



Produtos artesanais para comercialização local.
Fonte: COSTA e DANIELLA MOREIRA, 2011.

L) Produtos Artesanais



Produtos artesanais para comercialização local.
Fonte: COSTA e DANIELLA MOREIRA, 2011.

M) Porco do Mato nas Resex



Os porco do mato, transitam com tranquilidade nas Resex
Fonte: COSTA, 2011.

N) Extrativistas Reunidos nas Resex



Reunião dos Extrativistas sobre o Plano de Manejo.
Fonte: SEDAM/MACHADO, 2011.

O) Igreja Católica Resex Pedras Negras



O festejos religiosos acontecem ao redor da Igreja.
Fonte: SEDAM/MACHADO, 2011.

P) Resex Desocupada



Resex desocupada no Município de Machadinho do Oeste, devido os conflitos com os madeireiros.
Fonte: DANIELLA MOREIRA, 2011.

Q) Extrativista Confeccionando Remo



Os extrativistas confeccionam material para seu uso, alternativa de renda e na maioria das Resex para passar o tempo.
Fonte: DANIELLA MOREIRA, 2011.

R) Práticas de Retirada do Látex



S) Práticas de Retirada e Armazenamento do Látex



T) Práticas de Retirada e Armazenamento do Látex



Sequencia da retirada do Látex, armazenamento, até formar uma grande quantidade para pesada.
Fonte: COSTA, 2011.

U) Cooperativa ASMOREX



Local de armazenamento da produção do Látex para pesada.
Fonte: COSTA, 2011.

V) Práticas de diversão das Crianças nas Resex



Nas Resex, as crianças se divertem, subindo nas árvores, brincando com barcos feito pelo pai e ajudam na produção da farinha, sendo, uma forma de se integrarem com a família.
Fonte: DANIELLE MOREIRA, 2011.